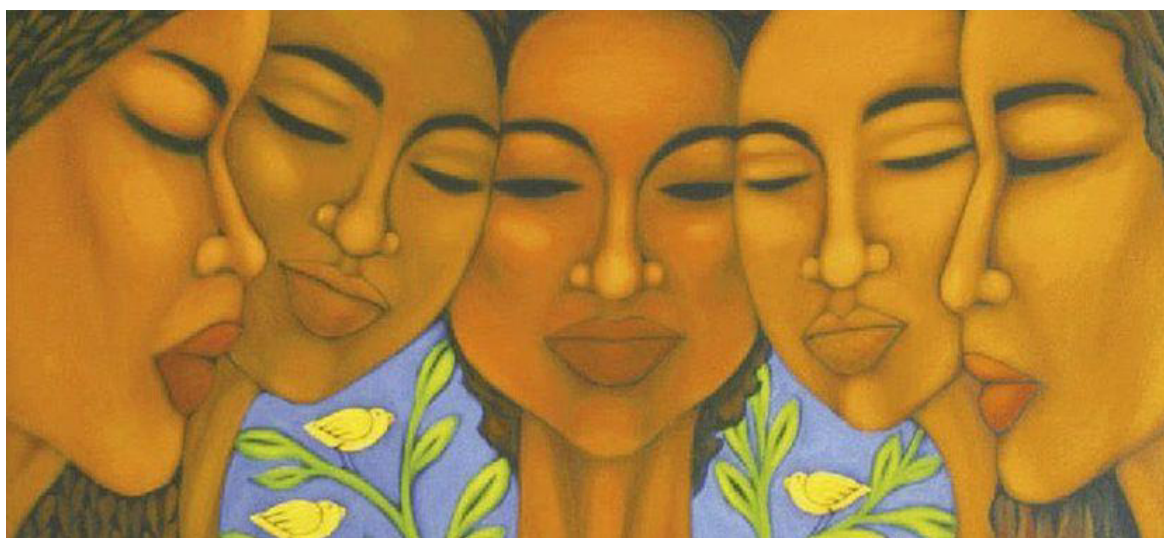


UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ANTONIETA LAGO TEIXEIRA



**PERCURSOS FORMATIVOS DAS MULHERES LÍDERES COMUNITÁRIAS EM
SÃO LUÍS**



São Luís
2019

ANTONIETA LAGO TEIXEIRA

**PERCURSOS FORMATIVOS DAS MULHERES LÍDERES COMUNITÁRIAS EM
SÃO LUÍS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Professora Doutora Iran de Maria Leitão Nunes.

São Luís-Ma

2019

Teixeira, Antonieta Lago

Percursos formativos das mulheres líderes comunitárias em São Luís. Antonieta Lago Teixeira – São Luís, 2019.

137 f

Orientador (a): Profa. Dra. Iran de Maria Leitão Nunes.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós- Graduação em Educação. Universidade Federal do Maranhão - UFMA

1. Identidade. 2. Percorso formativo. 3. Liderança feminina.

ANTONIETA LAGO TEIXEIRA

**PERCURSOS FORMATIVOS DAS MULHERES LÍDERES COMUNITÁRIAS EM
SÃO LUÍS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal do Maranhão como
requisito para a obtenção do título de Mestre
em Educação.

Aprovada em: ____/____/____

Professora Doutora Iran de Maria Leitão Nunes (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Francisca das Chagas Silva Lima
1º Examinador

Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha
2º Examinador

São Luís-Ma
2019

Dedico esse estudo às mulheres que de uma forma ou de outra lutam por dias melhores para si e para outras pessoas.

Às mulheres submergidas numa sociedade capitalista, machista que vivenciam todas as formas de subjugação e discriminação.

Dedico também aos meus familiares companheiras/os dessa jornada e à todas as pessoas inebriadas pelo sentimento da vivência coletiva.

E em especial dedico essa pesquisa a ANA CLAUDIA BARROS, mulher, negra, liderança comunitária atuante no Bairro Vicente Fialho em São Luís-Ma, que foi vítima de homicídio no ano de 2016 em razão de sua influente atuação com crianças e adolescentes através do trabalho de prevenção ao uso de drogas, em nome de quem homenageio todas as mulheres vítimas de todas as formas violência em nossa sociedade.

AGRADECIMENTOS

Com a permissão de uma força maior que para mim é Deus, trago aqui meus sinceros agradecimentos, pois a gratidão deve ser sempre uma das nossas maiores virtudes e no decorrer de nossos feitos sempre teremos alguém pra agradecer, sobretudo à aquelas ou aqueles que ao longo de importantes jornadas como essa estão nos impulsionando para nunca desistir e sempre avançar.

Em meio a tantas pessoas envolvidas em nossas vivências, há pessoas, nomes e acontecimentos que não podemos deixar de citá-los, pois nem que seja por algum instante, tiveram importante significado que nos permite ou nos permitiu grandes experiências, aprendizagens e acima de tudo algum crescimento.

Foi a partir dessas presenças que consegui chegar à Universidade Federal do Maranhão, no Programa de Pós-Graduação em Educação, cursando o Mestrado em Educação, uma vivência recheada de compartilhamentos, a partir de novos saberes, velhas e novas amizades, contato com inusitados conhecimentos, discussões e aprendizagens teóricas que nos proporcionaram uma riqueza e organização de saber sem igual.

Estar nesse espaço de construção do conhecimento é uma experiência rica e gratificante, assim como é também participar de salutarens discussões, nas aulas, seminários, encontros, cursos e grupos de estudo. Nesses momentos e espaços venho usufruindo da vivência nessa esfera acadêmica que tem me possibilitado a construção de uma trajetória recheada de muito conhecimento, despertando o prazer em estudar, conhecer e acima de tudo o prazer em fazer pesquisas na linha de gênero e educação, mas em especial, fundamentada por uma relação de vivência direta com essas categorias que sem dúvida nos fortalece e troca saberes para novas investigações, passando a ser o foco de minha atuação também nesse espaço acadêmico.

Assim, como referido outrora, não chegamos e nem construímos esse percurso sozinha. Toda essa caminhada foi sustentada por Instituições e pessoas que passaram a ser bastante significativas nesse processo em que destaco aqui, o apoio recebido da UFMA, através do Departamento de Pós - Graduação em Educação na pessoa da Professora Mariza Wall Borges de Carvalho e demais membros da equipe do Mestrado em Educação, não somente durante o curso do Mestrado, mas em todas as demais atividades concernentes a pesquisa.

À minha querida Orientadora, Professora Doutora Iran de Maria Leitão Nunes na pessoa de quem encontrei todo um equilíbrio, incentivo, solidariedade, escuta com a maior

leveza, calma e paz, além das valiosas contribuições, segurança e apoio nos momentos mais difíceis.

Às professoras que fizeram parte da banca de qualificação: as Professoras Doutoras Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha e Francisca das Chagas Silva Lima, pelas significativas contribuições.

Aos colaboradores dessa pesquisa na coleta dos dados.

À minha família e em especial à minha amada filha Sofia Lara, pela compreensão nos momentos de ausência para dar conta desse estudo.

E por fim, mas não menos importante, um agradecimento especial e caloroso às mulheres líderes comunitárias sujeito dessa investigação, que doaram seu tempo e histórias para que essa pesquisa efetivamente acontecesse.

RESUMO

A história de atuação das mulheres ao longo de sua trajetória tem sido segregada, invisibilizada, deixada em segundo plano, embora estas estejam sempre nas trincheiras das lutas sociais, e mais recentemente nos movimentos comunitários. Partindo daí, surge o interesse por essa pesquisa que tem o objetivo de analisar e revelar como tem se dado os percursos formativos e sua influência na construção identitária de mulheres líderes comunitárias no Município de São Luís, com vistas a produção de elementos significativos e originais sobre o ser mulher no exercício da liderança comunitária. Para tanto, refletimos sobre os conceitos de identidade e da categoria *percurso* para nos levar a compreender os percursos formativos e como estes intervêm na construção identitária dessas mulheres, além da atuação e exercício da liderança feminina, perpassando pela sua trajetória e pelos diversos aspectos da vida pessoal e coletiva. Recorremos a estudos que abordam o percurso histórico dos movimentos sociais e do movimento comunitário, além do envolvimento das mulheres à frente desses movimentos e seu protagonismo feminino. Quanto aos aspectos acadêmico, esse estudo está inserido Área de Concentração: Diversidade, Cultura e Inclusão Social, cuja Linha de Pesquisa é: Educação, Mulheres e Relações de Gênero – do Grupo de Pesquisa GEMGE. Assim, definimos que quanto à sua abordagem essa pesquisa é qualitativa do tipo Auto biográfica, considerando que trará a trajetória de vida das mulheres a partir dos estudos levantados, possibilitando a estas o Falar do Eu através da pesquisa. Trata-se de um estudo que nos possibilitou compreender que a construção da trajetória das mulheres líderes comunitárias pesquisadas vai se construindo a partir das realidades que está envolta por uma diversidade de situações que também é permeada por necessidades específicas do âmbito da coletividade. Não tem como ponto de partida uma intencionalidade, mas vai se desenvolvendo de forma espontânea fazendo surgir e visibilizar essa mulher que lidera outras pessoas, outras mulheres e atrelada a essa trajetória vai se construindo também os processos de seu percurso formativo que passa a ter sentido e significado na atuação dessas mulheres para o exercício da liderança.

Palavras-chave: Identidade. Percurso formativo. Liderança feminina.

ABSTRACT

Women's history of action along the way has been segregated, invisible, and left behind, although they are always in the trenches of social struggles, and more recently in community movements. From this point of view, there is an interest in this research that aims to analyze and reveal how the formative pathways and their influence on the identity construction of women community leaders in the Municipality of, being a woman in the exercise of community leadership. In order to do so, we reflect on the concepts of identity and the category of course to lead us to understand the formative paths and how these intervene in the identity construction of these women, in addition to the performance and exercise of female leadership, passing through their trajectory and the various aspects of life personal and collective. We turn to studies that address the historical course of social movements and the community movement, in addition to the involvement of women in front of these movements and their feminine protagonism. Regarding the academic aspects, this study is included Area of Concentration: Diversity, Culture and Social Inclusion, whose Research Line is: Education, Women and Gender Relations - of the GEMGE Research Group. Thus, we define that as far as its approach this research is qualitative of the Auto biographical type, considering that it will bring the trajectory of life of the women from the studies raised, enabling them to Speak of the I through the research. Its starting point is not intentionality, but it develops spontaneously, giving rise and making visible to this woman who leads other people, other women and linked to this trajectory, the processes of her formative pathway, which becomes meaningful and constructive, meaning in the performance of these women to exercise leadership..

Keywords: Identity. Formative course. Women's Leadership.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O início de tudo.....	13
Figura 2 – O percurso	24
Figura 3 – A transformação	42
Figura 4 – O movimento.....	65
Figura 5 – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua	78
Figura 6 – Movimento Nacional pela Moradia Popular	79
Figura 7 – Movimento contra a Carestia	80
Figura 8 – Fundação da Confederação Nacional das Associações de Moradores.....	82
Figura 9 – Aqualtume	89
Figura 10 – Dandara	90
Figura 11 – Tereza de Benguela.....	91
Figura 12 – Adelina	93
Figura 13 – Novos Percursos.....	97
Figura 14 – A chegada de uma nova vida	97
Figura 15 – Atividades culturais e educativas na ONG Clube de Mães Mateus.....	112
Figura 16 – Atividades de Mutirão da saúde realizadas na ONG UNIMAR	113
Figura 17 – Reunião de organização das ações lideradas por mulheres lideranças	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Instituições registradas no CMDCA/2017 - São Luís-Ma.....	18
Quadro 2 – Instituições para Convênio na SEMED/2017 - São Luís-Ma.....	18
Quadro 3 – Instituições de Mulheres em São Luís – Ma.....	108
Quadro 4 – Instituições Comunitárias registradas e atuantes em São Luís Ma.....	108
Quadro 5 – Certificados de cursos das mulheres.....	113

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Instituições Comunitárias conveniadas no CMDCA-2017	99
Gráfico 2 – Instituições Comunitárias conveniadas na Semed – 2017.....	100
Gráfico 3 – Percentual das Instituições e sua atuação	110

LISTA DE SIGLAS

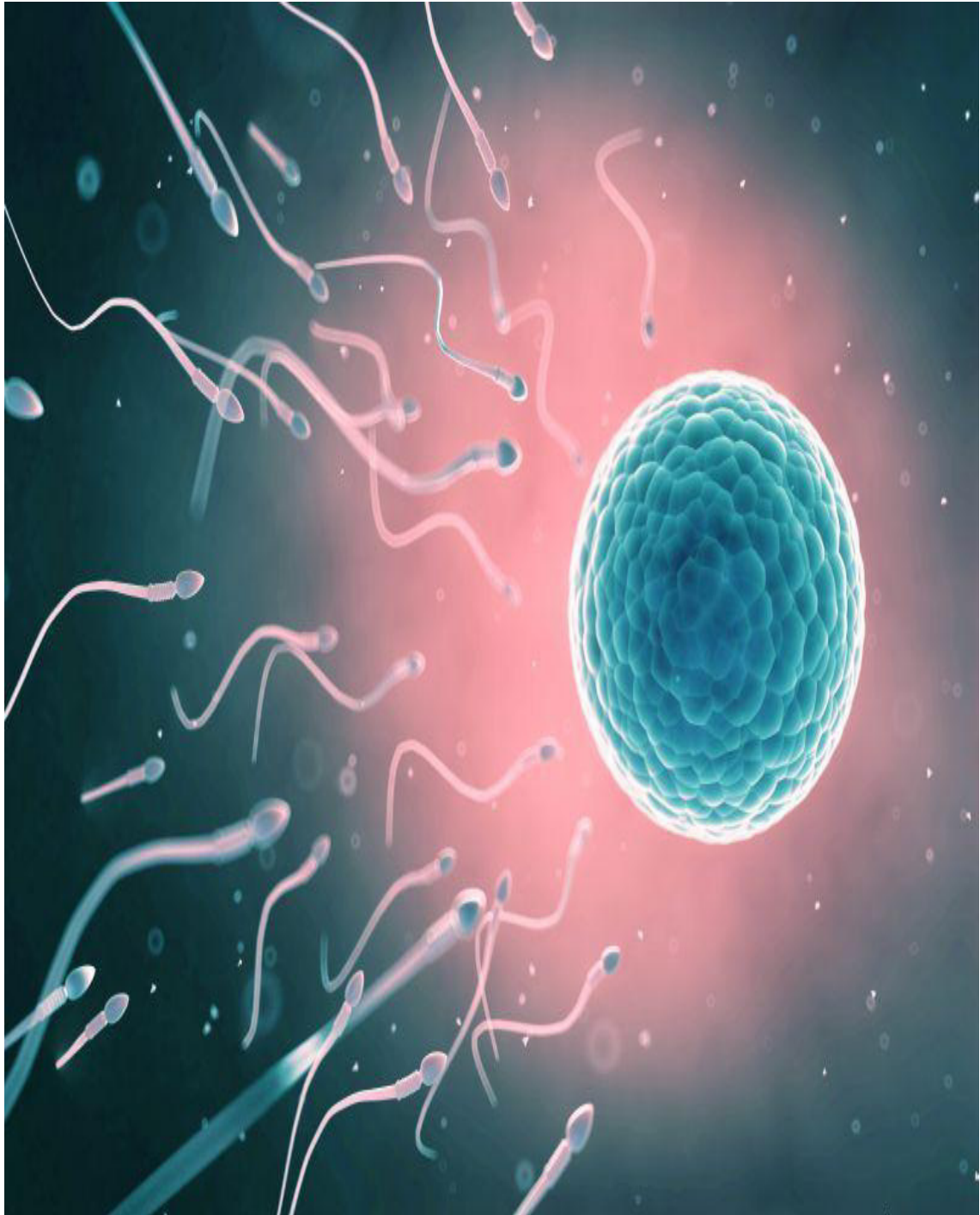
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EFA	Educação e Formação de Adultos
EDUCARE	Instituto de Educação, Atuação Social e Comunitária
ONG's	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAN	Operação Amazônia Nativa
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEMCAS	Secretaria Municipal da Assistência Social
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNIMAR	União dos Moradores do Bairro Sol e Mar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	DA FERTILIZAÇÃO AO PERCURSO DA VIDA	25
2.1	Contextualizando e caracterizando o espaço da pesquisa	31
2.2	Falando do Eu através da pesquisa (Auto) Biográfica	38
3	DO MOMENTO EMBRIONÁRIO À CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS	43
3.1	Conceituando Identidade	45
3.2	Construindo a categoria percurso para entender o percurso formativo	54
4	NOVAS PERCEPÇÕES EMBRIONÁRIAS: o movimento comunitário em movimento.....	66
4.1	Movimento comunitário e sua trajetória	68
4.2	A mulher no contexto do movimento comunitário	86
5	A CHEGADA DE UMA NOVA VIDA A PARTIR DE NOVAS PERCEPÇÕES	97
5.1	Entre o percurso formativo e o exercício liderança feminina	99
5.2	Experiências, sentidos e significados	117
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
	REFERÊNCIAS	129

1 INTRODUÇÃO

Figura 1 - O início de tudo...



Fonte: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br>

O COMEÇO DA VIDA

*A noite não adormece
nos olhos das mulheres,
a lua fêmea, semelhante nossa,
em vigília atenta vigia
a nossa memória.*

*A noite não adormece
nos olhos das mulheres,
há mais olhos que sono
onde lágrimas suspensas
virgulam o lapso
de nossas molhadas lembranças.*

*A noite não adormece
nos olhos das mulheres,
vaginas abertas
retêm e expulsam a vida
donde Ainás, Nzingas, Ngambeles
e outras meninas luas
afastam delas e de nós
os nossos cálices de lágrimas.*

*A noite não adormecerá
Jamais nos olhos das fêmeas,
pois do nosso sangue-mulher
de nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede
de nossa milenar resistência.*

Poema *A Noite que Não Adormece nos Olhos das Mulheres*.

(CONCEIÇÃO EVARISTO, 2008).

Ao longo de todo esse estudo e ao descrever sobre os achados deste, tenho me envolvido e me apaixonado pelo sentido metafórico da força fenomenal do sujeito mulher. A mulher que vivencia o contexto de uma sociedade carregada e entranhada de sentimentos, olhares e atitudes que a inferioriza, incapacita e a invisibiliza em relação ao homem diante de seu poder dominador, sendo essa uma construção simbólica em que “A força particular da sociedade masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar ela própria, uma construção social naturalizada”. (BOURDIEU, 2007).

Então, utilizo-me nesse trabalho de imagens representativas dessa força da mulher simbolizadas pelas etapas da gestação para introduzir as Seções a serem percorridas, fazendo-me refletir e reconstruir meu próprio olhar como mulher, também entranhada por uma cultura diferenciadora que às vezes nos faz sentir em estado de conformidade com essa incapacidade que “Inscritas nas coisas, a ordem masculina se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados”. (BOURDIEU, 2007).

Essas imagens em alguns instantes podem até serem vistas como impactantes, mas nos trazem um significado marcante a partir de um olhar incomensurável da força feminina, sendo nosso desejo demarcar aqui o impulsionamento desse ser mulher que pela dinâmica da vida e de seu labor cotidiano enfrenta, supera, encoraja, busca e trilha novos percursos nas suas trajetórias de vida. Em que “*A noite não adormece nos olhos das mulheres, há mais olhos que sono onde lágrimas suspensas virgulam o lapso de nossas molhadas lembranças*”. (Trecho do poema *A Noite que Não Adormece nos Olhos das Mulheres* de Conceição Evaristo). E as mulheres numa jornada de lutas pessoais e coletivas seguem um percurso de vida e como todo percurso parte de um ponto, de um início, esse caminho para o surgimento da vida e para a vida, também, como o que se apresenta nas efigies que inicia cada Seção desse estudo.

O ponto de partida é: ‘O início de tudo’, ‘o começo da vida’, de uma gestação, demonstrando que essa trajetória já se configura como um movimento desafiador, de acelerada disputa espermatozoidiana que em meio à milhões deles apenas uns e depois um com seus mínimos décimos de milímetros chega a seu destino final, iniciando o começo de tudo, a transformação, o início da vida. E o ventre feminino é o habitat natural para esse começo, um lugar onde tudo acontece, desde a primeira viagem intrauterina do óvulo que se dá de forma lenta e silenciosa, quase imperceptível, invisível, à fecundação e à sua transformação, à chegada de um novo ser. É um novo visitante construindo a sua trajetória de vida.

Um ser em formação. Uma nova jornada de lutas, desafios, conquistas e avanços que passam a se configurar no ventre materno. E aliado a esse momento, é na sua veemência feminina que a mulher passa a vivenciar diferentes momentos, emoções, sentimentos e situações que emergem e lhe permite construir outros olhares, rumos e traçados de vida. Nesse novo trajeto “*A noite não adormece nos olhos das mulheres, a lua fêmea, semelhante nossa, em vigília atenta, vigia a nossa memória*”. (EVARISTO, 2008).

Uma memória que nos faz percorrer e recorrer a tudo que nos foi ensinado, a tudo que aprendemos e ao que nos transformamos enquanto mulher. E nesse caso (Eu), mulher que no momento de transmutação da adolescência para a vida adulta já me inebriei para o envolvimento relacional com outras vidas, assim como muitas outras mulheres, com um despertar para o se juntar, para cuidar do outro, para a vivência no espaço coletivo, passando por um processo desde muito cedo de aprendizagem e (auto) formação, necessários para buscar respostas a diversas inquietações presentes nesse lugar da vivência coletiva.

A partir do rememorar dessa trajetória que contribuiu e continua contribuindo na construção do meu percurso formativo e da minha identidade como ser, ser mulher, (Eu, negra) e na vivência com o movimento comunitário, depois de trilhado duros e longos caminhos, passo agora a enveredar para o curso da pesquisa, um outro trajeto significativo entrelaçado no meu percurso formativo e que vai nos ajudar a analisar e compreender os percursos formativos que norteiam a construção da identidade das mulheres para a atuação como líderes comunitárias. Assim, os estudos aqui propostos sobre o percurso formativo das mulheres líderes comunitárias têm o propósito de analisar e produzir elementos significativos e originais sobre o ser mulher no exercício da liderança comunitária, cuja finalidade é contribuir para revelar e dar visibilidade a atuação dessas no Município de São Luís.

A propósito, cabe constar que o movimento comunitário ao qual essas mulheres estão inseridas, surge ao longo dos anos, a partir dos movimentos sociais que foram se consolidando na tentativa de buscar soluções para os problemas sociais emergentes. Especificamente nos bairros e nos mais populares, estão os movimentos comunitários que emergem e funcionam como uma espécie de ativismo político com viés comunitário e se fortalecem a partir da luta isolada dos membros desses grupos sociais na tentativa de buscar e garantir seus direitos, bem como a concretude da sua cidadania (MOCELIN, 2009, p.49).

No Brasil e, sobretudo no Maranhão, estudos demonstram que o surgimento e fortalecimento desses movimentos emergentes se dão a partir do contexto efervescente das mudanças sociais e políticas com o surgimento dos ideais democráticos que passam a se

consolidar com a redemocratização do país em meados da década de 1980, o que possibilitou a participação e mobilização da sociedade civil, sobretudo no contexto político com atuação nas diversas frentes de lutas e principalmente nas lutas populares urbanas, para reivindicação de bens e equipamentos coletivos de consumo, além de diversas outras frentes que geraram novos campos de lutas como meio ambiente, gênero, direitos humanos, étnico-raciais, culturais, religiosos, comunitários etc. E muitos desses movimentos contribuíram para o surgimento de outros organismos sociais como as Organizações Não Governamentais que estão inseridas no contexto do movimento popular urbano. (GOHN, 2003).

Nesse sentido, surge o movimento comunitário e à frente deste estão os denominados “líderes comunitários” ou “lideranças comunitárias”, pessoas que se destacam na sua localidade de atuação, a partir da forma organizacional e implementária, com a construção de estratégias e ações articuladas mobilizadoras de interesses, com vistas à solução de suas demandas emergentes nas comunidades para mudanças e transformação social. (GOHN, 2006, p. 248). E apesar da historicidade não nos mostrar, em decorrência da invisibilidade de seu protagonismo e segregação, sempre emergindo com forte atuação nesse espaço dos movimentos sociais e comunitários, estão as mulheres que desde tempos remotos sempre estiveram inseridas nessas lutas sociais.

Em muitos bairros de São Luís, em sua maioria são as mulheres que exercem esse papel de liderança, assumindo a frente das lutas sociais e dos movimentos reivindicatórios com ações concretas, sobretudo na função da organicidade e chamamento para as lutas coletivas, em que ao longo da história sempre o fizeram. Mas, no aspecto das lutas mais feministas que vai incidir no fortalecimento das lutas comunitárias, tem seu marco inicial “[...] a partir do final da década de 1980, as lutas das mulheres foram pela regulamentação dos direitos conquistados e pela implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade de gênero [...]” (CORDEIRO; SCOTT, 2007, 240).

Além destas conquistas na linha da igualdade de gênero, as mulheres, ao longo do tempo e atualmente, organizam-se através das ONGs – Organizações Não Governamentais, quer seja no seu processo de fundação ou assumindo o comando-direção dos denominados Clubes de Mães, Associações Comunitárias, Centros Comunitários, Uniões de Moradores, Associações de mulheres entre tantas outras. Instituições estas que possuem função social importante na comunidade, implementando espaços de debates e ações que tem a finalidade de promover e articular a busca por direitos sociais básicos, assumindo em diferentes demandas, a execução de ações relacionadas as políticas públicas como educação, saúde, assistência social.

No Município de São Luís evidenciamos essa realidade, a partir de dados encontrados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), Órgão responsável pelo monitoramento das políticas voltadas para as ações de proteção à criança e adolescente, bem como do credenciamento das ONG's que executam projetos sociais no âmbito dessa temática, e na SEMED - Secretaria Municipal de Educação, Órgão responsável pela política da Educação no âmbito do município de São Luís, cuja estratégia de mais oferta de vagas na rede municipal de ensino nos anos iniciais do Ensino Fundamental se dá através da realização de Convênio com as ONG's que possuem em uma de suas ações a Escola Comunitária, como observa-se nos quadros abaixo,:

Quadro 1 - Instituições registradas no CMDCA/2017 - São Luís-Ma

Entidades registradas	Dirigidas por Mulheres	Dirigidas por Homens
155	117	38

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, a partir dos dados obtidos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente-São Luís –Ma (2017).

Quadro 2 - Instituições para Convênio na SEMED/2017 - São Luís-Ma

Entidades aptas ao Convênio	Dirigidas por Mulheres	Dirigidas por Homens
206	180	26

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, a partir dos dados obtidos na Semed -São Luís –Ma

Verifica-se, portanto, que nas diversas frentes de lutas populares e comunitárias as mulheres estão à frente, mobilizando e organizando outras pessoas, fundando e dirigindo as Organizações Comunitárias em São Luís para atuarem em diversas áreas sociais como no atendimento à crianças e adolescentes, na área da educação com as denominadas Escolas Comunitárias, na saúde ou em outras demandas sociais.

Esses dados nos revelam ainda que as mulheres suplantam a nulidade e ausência nos registros historiográficos e se firmam cada vez mais na luta incessante e na presença atuante enquanto protagonista nos movimentos sociais, sobretudo nas diversas lutas populares, construindo uma trajetória de desafios e possibilidades no seu entorno. E essas mulheres que atuam no exercício da liderança comunitária evidenciadas nesse estudo, são em sua maioria mulheres que não se acomodam diante das dificuldades vivenciadas, quer seja pela rotina da vida cotidiana, quer seja pelas dificuldades e problemáticas existentes no entorno do seu local

de habitação ou ainda pelas situações diversas do construto familiar, mas sobretudo, agem diante das situações emblemáticas existentes nos mais distintos campos sociais como classe, raça/etnia, entre outros aspectos, destacando-se aqui a maneira organizacional e protagônica de mobilização, articulação social para o enfrentamento das suas inquietudes.

Assim, esses organismos comunitários denominados de ONG's não surgem pura e simplesmente de forma aleatória. Muitas vezes organizados e mobilizados por mulheres, eles vão se constituindo, se estruturando e institucionalizando-se a partir de interesses e das necessidades evidenciadas por seus próprios integrantes no interior das comunidades, que a propósito, dentre alguns significados, esse termo Comunidade, segundo Ferdinand Tönnies (1995, p. 239) diz que “a onde quer que os seres humanos estejam ligados de forma orgânica pela vontade e se afirmem reciprocamente, encontra-se alguma espécie de comunidade”. Para o autor, a comunidade se origina da consciência de dependência de que cada indivíduo tem do outro, da necessidade de se compartilhar o espaço para sobreviver e das próprias relações de parentesco que passa a brotar. Essa relação é proporção que se constitui, vai se tornando uma espécie de fraternidade, de luta coletiva.

Max Weber em seus estudos sobre comunidade aponta que esta se refere a

Uma relação social quando a atitude na ação social - no caso particular, em termo médio ou no tipo puro – inspira-se no sentimento subjetivo (afetivo ou tradicional) dos partícipes da constituição do todo. (WEBER, 1973, 140-143).

Partindo desse entendimento, podemos aqui referendar que as organizações comunitárias surgidas no interior das comunidades partem de interesses comuns, integrados e subjetivos que são mobilizadores de ações e estratégias capazes de possibilitar mudanças a partir de seus anseios e necessidades. E nessa perspectiva, cabe enfatizar que embora a mulher estando sempre presente em múltiplas atividades que envolvem o labor cotidiano, quer seja nas diversas frentes de lutas que exigem o cuidar, como a saúde, educação, social, além de outros, o que temos observado é que ao longo da história ao descrever sobre os movimentos comunitários, sobretudo o papel da liderança comunitária os registros tem dado especial atenção de forma mais contundente a atuação do homem nesse contexto, em que

A autoridade máxima é uma figura masculina e não uma mulher, embora as mulheres, desde sempre, enfrentem mais diretamente os problemas que envolvem a saúde, a segurança alimentar e a responsabilidade pela educação dos filhos. (KAINGÁNG, 2012, 411).

Assim, a História de luta das mulheres tem sido segregada, deixada em segundo plano, embora estas estejam sempre nas trincheiras das lutas sociais, como afirma Louro (2010,

p. 17) “A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tiveram como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da ciência”, além de diversas outras áreas, como nas lutas dos movimentos sociais. E é exatamente na ausência do registro histórico que se assenta a importância e viabilidade desse estudo por pretender preencher as lacunas existentes na tentativa de produzir elementos significativos, a partir da sua originalidade sobre as mulheres líderes comunitárias, seus percursos formativos que norteia a construção de sua identidade para a atuação como líderes comunitárias com vistas a possibilitar a construção de um novo olhar, agora tornando aparente a mulher como sujeito histórico nas lutas sociais, a partir do movimento comunitário nas comunidades.

Conforme Paulilo (2004) “é preciso observar as diferenças significativas dos movimentos e como as mulheres e as questões de gênero se inserem nesses espaços”. Partindo dessa necessidade de compreender, revelar e visibilizar as lutas femininas que surge o objeto de estudo dessa pesquisa que pretende investigar sobre os percursos formativos que norteiam a construção da identidade das mulheres líderes comunitárias para sua atuação no Município de São Luís.

Mesmo compreendendo, a partir da imersão desde muito cedo nesse movimento que a atuação das mulheres líderes comunitárias nas Comunidades de São Luís é marcante e protagonizam a construção de um percurso, partindo da articulação, organização e mobilização dos/as interessados/as para a garantia e conquista dos seus direitos e das pessoas à sua volta. Em sua maioria esses direitos são básicos e elementares, quando da ausência do poder público nessas localidades. E o que se torna ainda mais evidente é que certas situações pautadas pelas mulheres que são de interesse coletivo, conflita-se com alguns interesses particulares e políticos, levando essas mulheres a sofrerem diversas formas de violência, tendo muitas vezes o registro de seu percurso e história de luta, somente através dos noticiários quando essas diversas violências vivenciadas se tornam visíveis ou quando são vitimadas, resultado de sua atuação, como se configura no caso ocorrido em São Luís no ano de 2016 em que Ana Cláudia Barros, mulher negra, liderança comunitária, Presidente de Associação de Moradores e muito atuante na Comunidade Vicente Fialho, foi vítima de homicídio em razão de sua influente atuação com crianças e adolescentes através do trabalho de prevenção ao envolvimento e uso de drogas por parte desse segmento juvenil. E essa realidade de violências, insegurança e vulnerabilidade decorrente de sua atuação se configura como aspectos marcantes vivenciados

por muitas mulheres no exercício da liderança comunitária, mas, invisibilizada e despercebida tanto pelas próprias mulheres quanto pela sociedade de modo geral.

Baseada nessa reflexão, e como bem destaca Michelle Perrot, “Mais prosaicamente, é a ideia muito difundida de que as mulheres puxam os fiozinhos dos bastidores, enquanto os pobres homens, como marionetes, mexem-se na cena pública.” (PERROT, 1998, p.168) e indo mais além, enfatiza “Da História, muitas vezes a mulher é excluída...” (PERROT, 1998, p.185). Assim, a pretensão aqui é, a partir de um novo olhar na perspectiva feminina, “[...] inverter as perspectivas historiográficas tradicionais, de mostrar a presença real das mulheres na história mais cotidiana...” (PERROT, 1998, p.171). E assim, contribuir de forma significativa para a produção científica e acadêmica acerca do protagonismo das mulheres, dos seus percursos formativos que incidem na construção de sua identidade para atuação como líderes comunitárias no cenário de São Luís.

Para tanto, todo esse estudo se fundamenta a partir das vivências, olhares e percepções das mulheres no contexto desse movimento, assentados nas considerações teóricas, fundamentalmente com a interlocução inicial de Pierre Bourdieu, com o conceito de *habitus*, nos permitindo compreender as determinações sociais que atuam sobre os indivíduos no que se refere às diferentes apropriações construídas, a partir das experiências vividas nos espaços sociais e coletivos, além de seus estudos sobre *A dominação masculina*, muito presentes nessa investigação.

Assim, seguindo os caminhos da pesquisa, definimos que quanto à abordagem, nossa pesquisa pretende ser de cunho qualitativo por centrar-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (MINAYO, 2001) e ainda que seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991, p. 58). É Exploratória Descritiva por proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito (GIL, 2007), além de descrever os aspectos peculiares das mulheres líderes comunitárias (Silva e Menezes 2001).

Quanto ao tipo, tencionamos em explorar a Autobiografia, considerando que trará a trajetória de vida das mulheres a partir dos estudos levantados através de seus percursos e identidades, que fundamentados por Maria da Conceição Passegi (2008), Pierre Dominicé (2008), Antonio Nóvoa (1988) e Elizeu Clementino de Souza(2006) compreendemos que esse procedimento de estudo possibilita o Falar do Eu através da pesquisa Auto (Biográfica), a partir do discorrer sobre a vivência na comunidade e o processo de (Auto) formação das mulheres que atuam nesse movimento.

Assim, baseada nessas e outras constatações teóricas, organizamos esse estudo em quatro seções fazendo sempre uma analogia com todo o percurso da gestação humana. Na Seção 1, temos a Introdução denominada O INÍCIO DE TUDO, contextualizando toda essa tessitura. Na Seção 2 – intitulada DA FERTILIZAÇÃO AO PERCURSO METODOLÓGICO, buscamos a metáfora do percurso do embrião, desde a fertilização, do começo de tudo, do surgimento da vida para a construção de um novo ser, de um percurso de vida, na tentativa de relacionar a dinâmica e os mistérios do momento inicial da vida com o despertar, ainda recheado de nuances, por essa investigação sobre a atuação feminina no âmbito da liderança e de demonstrar como surge esse emaranhado de dúvidas, inquietações e interesse por esse estudo. Percorrendo o processo de transformação pelo qual a/o pesquisador/a passa ao longo dos estudos para a elaboração de uma pesquisa, delineando um percurso que vai da descoberta e escolha do objeto de estudo, ao processo metodológico, perpassando pela caracterização do espaço da pesquisa, pelos sujeitos e aqui, o sujeito mulher, para ir ao encontro das respostas para as inquietudes levantadas.

Na Seção 3 nomeada - DO MOMENTO EMBRIONÁRIO À CONSTRUÇÃO DE NOVOS CONCEITOS, metaforizamos o processo de transformações que vamos trilhando, a partir do conhecimento das diversas teorias até a construção de novos entendimentos e indo mais além à ousadia de construção de novas categorias de estudos. Nessa Sessão tecemos e introduzimos os conceitos de identidade e percursos formativos, fundamentados em Zygmunt Bauman (2004) e Stuart Hall (1996), Thomaz Tadeu da Silva (2014) e Claude Dubar (1997), que nos indicam que a identidade é construída a partir de um lugar social individual ou coletivo que o indivíduo ocupa na sociedade. Nessa Seção, pretendemos trazer à luz novos entendimentos sobre a categoria *percurso* para nos levar a compreender os percursos formativos e como estes intervêm na construção de identidade dessas mulheres, perpassando pela sua trajetória de vida e pelos diversos aspectos da vida pessoal e coletiva.

Designamos a Seção 4 - NOVAS PERCEPÇÕES EMBRIONÁRIAS: o movimento comunitário em movimento, trazendo a metáfora associada a uma nova fase do ser, os novos caminhos e descobertas para mudança e transformações de realidades, como forma de demonstrar as novas concepções desse movimento na história. Essa análise se fundamenta nos estudos de Pierre Bourdieu (2001), Carlos Montano e Maria Lúcia Duriguetto (2011), Daniel Gustavo Mocelin (2009) e Maria da Glória Gohn (1997, 2001), abordando a construção histórica e função social do movimento comunitário, com destaque para a liderança comunitária na perspectiva da ação coletiva. Nessa seção, recorreremos a estudos que abordam o percurso

histórico do movimento comunitário no Brasil com recorte em São Luís, apresentando dados significativos sobre as ONGs em São Luís e as ONGs lideradas por mulheres. E ainda a mulher nesse contexto, suas lutas e conquistas a partir de novas perspectivas e percursos trilhados. Ao mesmo tempo em que esse momento, com destaque a efígie, simboliza a preparação da mulher para um momento de fortes expectativas do processo gestacional, se preparando para conceber uma nova dimensão de vida, agora do cuidar, do zelar, tutelar, mas sem perder de vista que com toda essa força feminina, estando na liderança de situações diversas, quer seja no aspecto individual ou em um movimento específico, ainda assim, sua trajetória inicia e se dá ao longo dessa atuação num contexto de diferenças, discriminação e condição de subalternidade, num construto social já naturalizado.

Por fim, completamos esses estudos com a Seção 5 cognominada - A CHEGADA DE UMA NOVA VIDA A PARTIR DE NOVAS PERCEPÇÕES, em que discutimos de forma geral todo percurso da pesquisa, destacando o percurso formativo, o exercício da liderança feminina, as experiências, os sentidos e os significados para essas mulheres. Nessa seção, a partir da evidência dos resultados dos relatos Auto biográficos, foi perceptível compreender como os percursos formativos influenciam na construção da identidade das mulheres para o exercício da liderança comunitária, sendo evidenciada uma forte relação do percurso formativo dessas mulheres com o campo da educação, tendo em vista que grande parte das ações desenvolvidas está intrinsecamente relacionada com essa política pública.

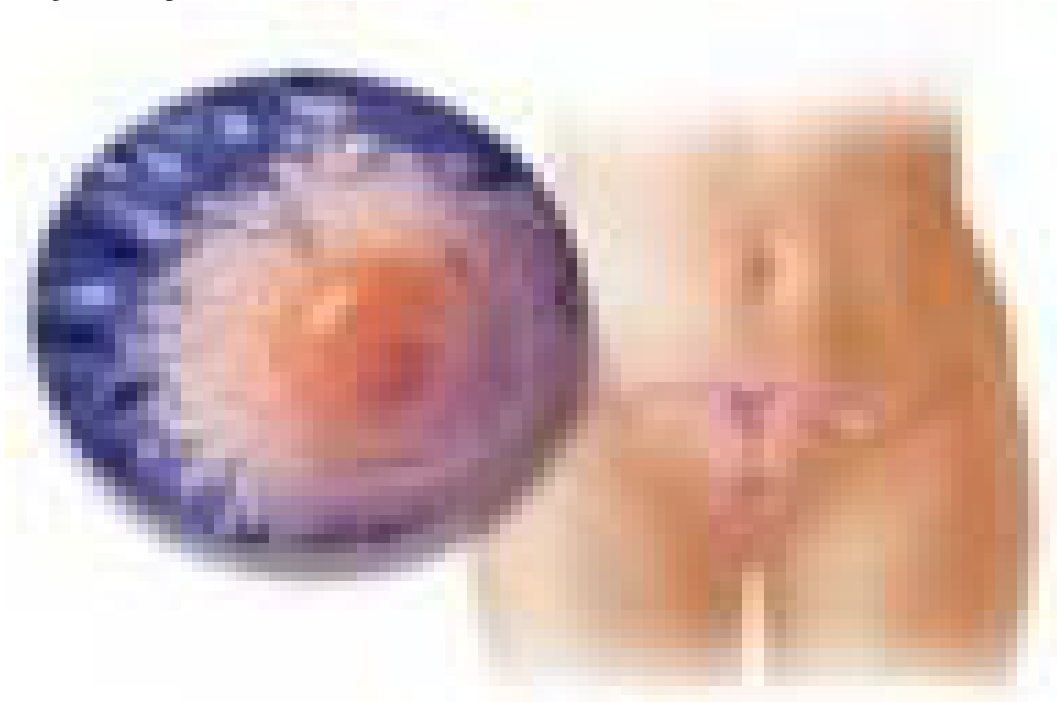
Compreender, a partir de novas concepções, como os percursos formativos norteiam a construção da identidade dessas mulheres para sua atuação como líderes comunitárias através dos registros autobiográficos traçados, das vivências e experiências narradas por elas, estão para além de somente revelar os percursos formativos sistemáticos ou assistemáticos, mas de maneira bem mais profunda ter esses percursos analisados e refletidos com o despertar e tomada de consciência das próprias mulheres para a sua força e protagonismo no exercício da liderança comunitária. Tais estudos permitirão a visibilização dos seus percursos, traduzindo referenciais de trajetórias de vida de si para com a mudança de vida do outro que se desenvolve através da (auto) aprendizagem, (auto) conhecimento, das relações sociais e interpessoais, dos processos formativos formais e informais e, sobretudo do aspecto auto formativo que envolve todas as dimensões da vida humana.

Assim, acredita-se que, a partir de estudos e pesquisas em campos pouco explorados, e especificamente no que se refere a estudos voltados a temática feminina, será possível se produzir e reescrever novos registros sobre a atuação das mulheres nos movimentos

sociais, sobretudo comunitários, educacionais entre outros, com o intuito de romper com os processos que excluíram e vem excluindo o protagonismo e história das mulheres no contexto da sociedade, principalmente na atuação enquanto líderes comunitárias. Haja vista que o protagonismo das mulheres não deve se dar somente no campo das lutas, dos enfrentamentos, mas sobretudo no campo da visibilidade de suas ações, pois *“A noite não adormecerá jamais nos olhos das fêmeas, pois do nosso sangue-mulher, de nosso líquido lembradiço em cada gota que jorra um fio invisível e tônico pacientemente cose a rede de nossa milenar resistência”*. (Trecho do Poema *A Noite que Não Adormece nos Olhos das Mulheres* de Conceição Evaristo).

2 DA FERTILIZAÇÃO AO PERCURSO DA VIDA

Figura 2 - O percurso



Fonte: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br>

O PERCURSO

MULHER, MÃE, AMIGA.

*Tu és uma criatura admirável, trás vida no teu ventre...
Trás força, saúde, amor e paz para toda esta gente.
Mulher que corre, grita, se agita, educa, ama e sente-se aflita
Aflita em ver os teus em harmonia, desejando a todos alegria.*

*No teu íntimo geras vida, teu ventre um novo ser.
Que se alimenta, cresce e se aquece dentro de você.
Ah...não podes gerar no teu ventre? Consideras-te doente?
Geras de forma diferente, pois a doença está apenas na mente.*

*Geras vida quando acolhes e acalenta uma criança...
Que vive neste mundo, jogada, abandonada, sem segurança...
Geras vida por tuas atitudes e dedicação.
Quando abres teus braços e o teu coração.*

*Não mereces apenas um dia, mas sim muitas melodias.
És guerreira, amiga, companheira e tens ousadia.
Ousas em trabalhar, estudar, educar e ser dona de casa no fim do dia.
És exemplo de determinação, amando a todos, pais, filhos e irmãos.*

(NIVALDO JOAQUIM)

O começo de tudo...

Ao trazer essa efígie, rememoramos um momento propício pra lembrarmos de como tudo inicia. Como essa dinâmica da vida vai se constituindo, se delineando embrincada de várias nuances, se enraizando com uma força fenomenal e nos fortalecendo a cada momento, a cada instante até nos constituirmos em um ser existencial. Porém tudo parte de um começo e para o início da vida humana esse começo surge com um instante único, um mistério e ainda há muito a ser desvendado. Surge com uma força única que vem de dentro para fora e emerge do interior da força feminina, o útero, lugar considerado o cálice (vaso) ou taça sagrada, um templo da feminilidade, integrada à conexão com a alma e a vida. É a nossa ligação com a Mãe Terra, com seu poder, com a sabedoria e com os seres que a protegem e a servem. Esse começo surge com a fertilização, um momento que marca o mistério para o nascimento da vida.

Do útero da mulher brota uma vida que vai seguir um percurso. Percurso esse que ao longo da história da humanidade tem sua explicação ainda na era mitológica, que vem sendo demarcada pela força da presença feminina. Uma de suas explicações ou simbologia está representada pelas Deusas do Universo, a exemplo de Epona, Deusa protetora dos animais que trazia e representava a fertilidade e a abundância. Era considerada a líder das almas (BENOT, 1950). Outra referenciada é a Deusa Trina que corporificava as forças da vida, da morte e do renascimento, abarcando todas as espécies com vida do universo, a mãe madura e anciã transformadora, estando na origem da primeira divisão do ano em três períodos distintos que irão caracterizar as fases da lua e, por conseguinte, pelo sangrar da mulher, denominado de período menstrual. Esses momentos passaram a ser considerados por expressões do fenômeno da vida, fenômenos que demarcam as forças cíclicas da criação. Uma força tão poderosa, capaz de manter o universo em constante movimento.

Essa é a força da mulher...

Um impulso permanente que supera riscos desde o fertilizar, gerar, fazer surgir uma nova vida, a vencer os desafios de seus percursos de vida. Com uma sensibilidade impressa na alma que embora terna, com um misto de delicadeza, possui o furor, vigor, a razão e a coragem necessária para florir, brotar, vencer. Foi com essa força que construí (Eu) um percurso de vida carregado de um lastro de memórias de muitas lutas e que a partir de então, fui delineando uma identidade própria da luta feminina no meio social que me fez superar os mais diversos desafios vivenciados com o afimco querer, de desejar aprender cada vez mais e esse aprender possibilitou-me um fortalecimento interior e coletivo, diariamente.

Essas vivências construídas em meio a dura realidade social brasileira permeada de desigualdades e muito presente, sobretudo, nas comunidades de bairros populares, foram embalando nossas experiências coletivas, despertando em nós uma sensação de pertencimento ao nosso contexto social ora vivido. Vivências que foram sendo aglutinadas ao desejo de mudanças dos processos históricos de muitos contrastes a que fomos submetidos socialmente ao longo desse percurso, se constituindo como o nosso patrimônio social que nos fortaleceu para a busca de novos rumos, a partir do caminhar para o saber acadêmico e profissional, fundamentais para a integração da ação, teoria e prática, ou seja, o saber para agir.

Um novo rumo, um novo percurso...

Agora embasado pelo conhecimento que liberta, que dá autonomia, permitindo que “A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo”. (Freire, 1987), nos permitindo construir uma conexão entre os saberes sistemáticos e assistemáticos no labutar cotidiano através, e nesse caso, do movimento comunitário, foi possível lutar ativamente e possibilitar algumas melhorias sociais ao nosso redor, aglutinar e mobilizar pessoas para a ação coletiva, favorecendo melhores condições de vida para aquelas que precisam de um pouco mais de cuidado, de mais condições digna de vida. E assim as experiências e identidade com o movimento comunitário foram se definindo, a partir dessas vivências coletivas, “adquirindo um sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas”. (SILVA, 2014).

Essas memórias e identidades construídas ao longo desse percurso aglutinam um somatório de experiências entre o ser mulher, ser mulher negra (no meu caso) e ser mulher no exercício da liderança comunitária. Uma mulher (Eu) que assim como um embrião que luta na corrida para se constituir uma vida, também enfrentou os múltiplos desafios e se formou na luta da vida, nas vivências gregárias. A mulher (Eu) que “... *és uma criatura admirável, trás vida no teu ventre... Trás força, saúde, amor e paz para toda essa gente...Mulher que corre, grita, se agita, educa, ama e sente-se aflita. Aflita em ver os teus em harmonia, desejando a todos alegria...*” (Trecho da poesia, Mãe, mulher, amiga Nivaldo Joaquim).

Em vista disso, a imagem que descerra essa seção e que retrata a fertilização, exhibe a silhueta de um corpo feminino que gera um novo ser, apontando para o surgimento, o germinar de uma nova vida, uma vida que se desenha com percursos a serem trilhados, construídos e percorridos numa trajetória a ser desvendada. Dessa mesma maneira, como na vivência da mulher na construção de sua trajetória de vida no exercício da liderança comunitária, se afirmando enquanto mulher no espaço coletivo e público, fecundando novos rumos,

descobertas, saberes e práticas a partir das aprendizagens que renascem da luta diária no desejo de fazer o melhor pelo e para o outro. Quando faz *“Gerar vida quando acolhes e acalenta uma criança... Que vive neste mundo, jogada, abandonada, sem esperança. Geras vida por tuas atitudes e dedicação. Quando abres teus braços e o teu coração”*. (Trecho da poesia de Nivaldo Joaquim).

Assim tem sido a construção da trajetória das mulheres líderes comunitárias, para o cuidar do outrem. E é baseada nesse caminhar que destaco que a história de vida dessa escrevente possui intrínseca relação com o objeto de estudo ora pesquisado em que sua trajetória e identidade estão envoltas de referências que se inter cruzam com o percurso de outras vidas, de outras histórias de vidas, de mulheres que estão no exercício do labor comunitário, na dedicação, no dispor até de suas vidas para pensar e lutar pelo bem viver de outras pessoas, do exercer a liderança comunitária, instante em que peço consentimento para que nessa sessão, o traçado se dê na primeira pessoa do singular.

Início então refletindo sobre o refazer do meu trajeto desde menina à mulher, em que me vejo ao longo desse curso carregada de lembranças e memórias, ora de revolta, ora de inquietações que em muitos momentos fizeram sentir-me minimizada, subalternizada, em situações carregadas de discriminação por ser mulher, negra e de baixa condição social, mas que em muito foram esses aspectos que impulsionaram para não naturalizar alguns sentimentos e atitudes. Me propeli a buscar mecanismos de (auto) defesa para o enfrentamento dessa sombria realidade e assim partir para agir, me envolver, sair do lugar de conformidade.

Então, passo a discorrer o meu percurso pessoal e de vivência no contexto da luta comunitária que me impulsionaram, primeiramente na construção de um percurso formativo assistemático, de auto formação, sem a intencionalidade ou objetividade de graduações. Processo que me permitiu uma aprendizagem individual a partir das inquietações vivenciadas e necessidade do encontro, de respostas a essas dificuldades e ainda por se tratar de uma luta coletiva, fortificada pelo sentimento de pertencimento identitário a esse movimento, quando tomamos a consciência, a junção e a parceria dos demais pares. E posteriormente, fundamentados pela auto formação com vistas a ampliação de olhares frente as problemáticas, passamos a demarcar a inserção no processo formativo sistemático pelo caminho do conhecimento acadêmico e percurso profissional, iniciando e demarcando a nossa trajetória de inclusão nas lutas sociais. E todo esse trilhar aqui percorrido fundamenta o caminho dessa pesquisa que passa a ter um cunho investigativo surgido a partir das dúvidas, inquietações, hipóteses levantadas sobre a atuação das mulheres no exercício da liderança comunitária.

Cabe aqui destacar que o ato de escolha por um objeto, sujeito, campo de pesquisa que leve a/o investigador/a a enveredar por trajetos, percursos, trilhas no espaço da pesquisa, deve sempre está relacionado ou com a sua vivência, interesse ou até uma profunda relação com o objeto a ser estudado. Estando embutido aí vários desejos, inquietações, busca de respostas, construção de vários olhares e percepções. E foi a partir dessa concepção que surge o interesse por esse campo de estudo que se dá fundamentado por uma vivência que ao longo de mais de vinte anos nos impulsiona para através da atuação no exercício da liderança comunitária, construirmos uma identidade pessoal e coletiva com esse movimento que passa a ser a mola propulsora para a construção de percursos formativos (meu) e das mulheres pesquisadas, capazes de nos direcionar para uma melhor atuação nesse espaço coletivo.

Então esse momento(meu) passa a ser balizado na vivência comunitária, a partir da luta pelo direito à moradia, quando tive a oportunidade de me envolver juntamente com as/os moradores/as de uma ocupação (Bairro Sol e Mar), local em que passei a residir no ano de 1989, momento que ocorreu a derrubada truculenta de vários casebres com pessoas vitimadas. A partir daí nos mobilizamos pela garantia do direito à moradia e aos 17 anos nos envolvemos nesse movimento, passando a atuar em várias frentes de lutas sociais, sobretudo como Dirigente de Organização Comunitária (UNIMAR – União dos Moradores do Bairro Sol e Mar e Instituto Educare – Instituto de Educação, atuação social e comunitária) em que tive a oportunidade de Coordenar diversos Programas e Projetos Sociais, buscando sempre parcerias com outras Redes de enfrentamento às situações de vulnerabilidade social das pessoas em situações de discriminação, intolerância e opressão. Iniciando esse percurso como Professora voluntária na Escola Comunitária, espaço em que fundamos para atender as crianças sem oportunidade de frequentar uma escola pública nessa área periférica de São Luís.

A partir dessa vivência à frente da Direção de ONG's e no exercício da docência, experiência que nos impulsionou para buscar cada vez mais conhecimento e através das organizações comunitárias esse percurso passa a ter uma intrínseca relação com a trajetória das mulheres líderes comunitárias sujeitos desse estudo. Com esse atuar na comunidade, no exercício da liderança e ao mesmo tempo no envolvimento com a educação é que surgem novas necessidades de formação, de fundamentação, de busca de teorias, cabendo destacar aqui que essa evidência também se deu na minha experiência de vida em que após inserção na luta comunitária, passei a buscar a formação sistemática e iniciei a minha trajetória acadêmica ingressando na Universidade Estadual do Maranhão para cursar Licenciatura em História e depois Pedagogia, mais adiante Especializações até ingressar no Mestrado, além de vários

curso de extensão, passando a ofertar formações na ONG em que desenvolvia as atividades como forma de contribuir com a melhoria das ações e das demais Entidades do entorno.

Essa relação da docência e a trajetória de vida das mulheres líderes comunitárias, embora não sendo o foco nesse estudo, se faz muito presente na fala das mulheres pesquisadas, que conforme veremos mais adiante e, a partir dessa forma de atuação na comunidade, em sua maioria se dá através da luta e envolvimento com a educação, ou seja, é a partir da ausência dessa importante política pública que as mulheres iniciam um processo organizacional e por conseguinte sua atuação, quer seja organizando e fundando as denominadas escolas comunitárias que passam a funcionar nos espaços das ONG's ou mobilizando e envolvidas nos movimentos reivindicatórios de melhoria das escolas existentes na localidade para atendimento das crianças. Essa relação se dá de forma muito contundente e o estudo nos aponta que a maioria das mulheres líderes comunitárias são também dirigentes das Escolas Comunitárias que funcionam no interior das Organizações Comunitárias como podemos evidenciar no Quadro 1 e Quadro 2 desse trabalho em que a maioria das Instituições possuem relação direta com a educação, ofertando esse serviço nas comunidades e em sua maior quantidade as Mulheres Dirigentes das Instituições são também Diretoras das referidas escolas. Tal fato, impulsiona essas mulheres para a busca de novos saberes, formações sistemáticas, teorias que irão fundamentar essa atuação.

Assim, todo esse percurso pessoal e depois contribuindo para o profissional, tanto na vivência dos movimentos sociais e comunitários quanto na área educacional, foram se dando a partir das necessidades (as minhas) em que as mulheres lideranças estão imersas e a auto formação, ou a busca pessoal, a partir de diversas necessidades, estiveram sempre presentes, assim como alguns aprendizados, sobretudo no campo acadêmico, além de cursos e formações vivenciadas ao longo dessa trajetória. As experiências vividas demarcaram aspectos pessoais que subsidiaram a construção identitária (a minha) e das mulheres pesquisadas, sendo fundamentais para a compreensão de que as mulheres que estão nesse movimento possuem uma trajetória de vida e que seus percursos formativos perpassam por diversos aspectos quer sejam os formativos considerados formais ou os informais. E esses percursos delineiam e influenciam sobremaneira a construção de uma identidade que irá incidir sobre essa forma de atuação.

Compreendo que ao fazer esse recorte das minhas vivências, desviei um pouco do curso “normal” das finalidades e foco desse estudo, mas se dá na tentativa deliberada, de demarcar os tempos vividos e presentificados ao longo de um percurso formativo formal e não

formal que contribuíram na construção de uma identidade (a minha), mas evidenciando, sobretudo a de outras mulheres, fundamentando assim essa atuação no movimento comunitário.

2.1 Contextualizando e caracterizando o espaço da pesquisa

Como já referendado e considerando a marcante presença e envolvimento das mulheres à frente dos movimentos populares urbanos e por conseguinte das demandas das comunidades, constituindo-se em lideranças comunitárias, a partir da sua atuação social, educacional, cultural e política na localidade em que atua, torna-se pertinente compreender como tem se dado a construção da trajetória de vida dessas mulheres a partir do seu percurso formativo para a atuação como líder comunitária? Há uma construção identitária a partir desse percurso formativo? Qual o sentido que essas mulheres atribuem aos possíveis processos formativos como mecanismo de fortalecimento para sua atuação? Qual a formação (nível de escolaridade) dessas mulheres e qual sentido atribuem a esta?

Para a busca de resposta a essas inquietações foi necessário percorrer um caminho primeiramente no campo bibliográfico na tentativa de refletir sobre o que os estudos têm apontado a cerca dessa temática, o que já se apresentou como uma certa dificuldade, considerando a pouca literatura produzida sobre o assunto e as categorias a serem analisadas. Como solução, esgotamos as possibilidades de buscas ao conhecer as poucas pesquisas já elaboradas, bem como passamos a percorrer as bibliografias que trata das categorias ora em estudos. Por conseguinte, passamos a ir para o campo de pesquisa coletar os dados e analisar o discurso, a partir da fala das mulheres líderes comunitárias fundamentadas nas teorias em análise, o que nos possibilitou a originalidade da produção aqui descrita como resultados dos estudos.

É oportuno destacar que na investigação ora apresentada, os percursos formativos se referem a trajetória de vida das mulheres, perpassando pela formação humana, pela (auto) formação, pela formação sistemática e assistemática, além de todos os processos que as instrumentalizam e influenciam para a construção identitária e com o movimento, fundamentando essa mulher como uma liderança comunitária.

Assim, o objetivo geral dessa investigação foi analisar e revelar como tem se dado os percursos formativos e sua influência na construção identitária de mulheres líderes comunitárias no Município de São Luís, com vistas a produção de elementos significativos e originais sobre o ser mulher no exercício da liderança comunitária. Para tanto todo processo

metodológico se deu seguindo algumas etapas que foram primordiais para o alcance dos resultados esperados.

Partimos então de algumas hipóteses iniciais sobre os problemas levantados, de que as mulheres têm um papel protagônico como líder comunitária nas comunidades onde atuam. Outra hipótese sugerida foi a de que a consolidação do exercício de liderança das mulheres não perpassa pelo percurso e processos formativos da mesma maneira e no mesmo tempo. E por fim que as mulheres líderes comunitárias possuem uma “liderança forjada na luta” e a aprimoram ao longo da inserção e atuação no movimento em que seus percursos e processos formativos vão sendo construídos através das necessidades e demandas surgidas sem nenhuma relação com os processos formativos formais. Hipóteses que serão comprovadas ou não ao longo desse estudo.

Seguindo o curso da investigação, partimos para o processo seguinte que em se tratando do *locus* da pesquisa, inicialmente foram definidos três Bairros do Município de São Luís para a investigação ora posta. Foram eles Divinéia, Sol e Mar e Vila Luizão. Essa definição se deu em virtude primeiramente da nossa inserção no movimento comunitário ter se dado nessa região e em razão do marcante número de Organizações Comunitárias existentes nesses três Bairros que conta com dez Instituições entre Uniões e Associações de Moradores, Clube de Mães e Centros Comunitários, e ainda da forte atuação das mulheres à frente dessas ONG's em que das dez existentes todas atualmente são dirigidas por mulheres.

A realidade dos três bairros que compõem o campo da pesquisa são similares, sobretudo no que se refere aos aspectos de suas origens, em sendo todos três fundados a partir da ocupação ou invasão de terras em áreas ou bairros pertencentes à União (Governo Federal) ou em situações de desapropriação. Na ocasião dessas ocupações houveram muitos conflitos agrários que se deu entre possíveis grileiros e o aparato de segurança do Estado. Essas e diversas outras problemáticas vivenciadas marcaram o surgimento dessas comunidades e ainda com a ausência de políticas públicas e equipamentos sociais, o que contribui de forma marcante para a efervescência do movimento comunitário e surgimento das diferenciadas ONG's que de uma forma ou de outra tentam buscar soluções para as constantes dificuldades e desigualdades sociais existentes.

Então seguindo o caminho da pesquisa, realizamos um levantamento das Organizações Comunitárias lideradas por mulheres na região e localizamos um número de 10 (dez) Organizações e conseqüentemente 10 (dez) mulheres dirigentes. Partimos então para a busca de definição das três mulheres líderes comunitárias para a descrição da sua Autobiografia.

Adotamos como critério de definição que os relatos seriam feitos por mulheres presidentas/dirigentes das Organizações Comunitárias dessas localidades que estão no exercício do mandato e com mais tempo de vivência na atuação como liderança comunitária, uma em cada Bairro (Divinéia, Sol e Mar e Vila Luizão).

Como caracterização da localidade utilizada como campo para a pesquisa, destacamos que a área escolhida e a ser pesquisada fica localizada em região periférica de São Luís e os Bairros escolhidos Divinéia, Vila Luizão e Sol e Mar localizam-se em uma faixa de terras que fica do lado direito no limite entre São Luís e Araçagi (São José de Ribamar), compondo um aglomerado de cerca de 23 unidades entre Bairros e Conjuntos Habitacionais. Como já referendado, em sua maioria esses bairros e especificamente os em destaque são oriundos de ocupações ou as conhecidas invasões que por sua vez possuem diversas carências de infraestrutura e políticas públicas associadas a um enorme contingente populacional, chegando há mais de 100 mil habitantes o que evidencia a marcante desigualdade social a que está imersa seus habitantes.

Cabe constar que a cidade de São Luís durante seu processo de construção e histórico foi marcada por transformações e sobretudo, a partir de 1970, com a dinamicidade da economia maranhense devido a chegada de grandes empresas e indústrias, passou a atrair a população do interior do estado para a capital, contribuindo assim para a migração e seu processo de urbanização. E todo “O crescimento populacional desordenado trouxe problemas de habitação, saúde, segurança e favoreceu o surgimento de ocupações irregulares [...] (DINIZ, 2007, p.169). E é a partir desse contexto que surge os Bairros ora definidos como local da pesquisa.

O Bairro Divinéia limita-se com os Bairros Olho D’água, Brisa do Mar, Sol e Mar e Turu, cujo seu surgimento se dá na década de 1970, fruto da ocupação espontânea em que foi se constituindo como uma localidade desassistida pelo poder público. Ao longo dos anos convive com os mais diversos problemas de infraestrutura e realidade social emblemática como a maioria da população possui renda baixíssima em que a principal fonte de renda é oriunda dos benefícios de programas sociais como “Bolsa Família”, sem acesso até pela inexistência a equipamentos sociais básicos como escolas públicas, postos de saúde entre outros¹.

O Bairro Sol e Mar limita-se com os Bairro Olho D’água, Planalto Turu, Vila Luizão e Divinéia, surgiu em 1989, a partir da ocupação urbana de uma faixa de terras em sua

¹ Dados oriundos da Pesquisa O Processo de segregação socioespacial de São Luís-Ma e suas implicações no Bairro da Divinéia, produzido por Caroline Silva da Cunha (UFMA), Luciano Farias de Lucena (UFMA), Rodrigo Aires Silva (UFMA) apresentado no VII Congresso Brasileiro de Geógrafos em Vitória/ES.

maioria por pessoas oriundas de outros municípios do estado. É considerado uma subdivisão do Bairro Olho D'água, bairro visto como nobre por residir pessoas de alto poder aquisitivo que apesar de se localizar nas suas proximidades o que contribuiu para a sua denominação, contrasta com uma realidade social totalmente diferenciada deste. Com a maioria de seus habitantes com renda de um salário mínimo. Possui sérios problemas de abastecimento d'água com total ausência do poder público nesse aspecto. Tendo um único equipamento social existente que é uma escola pública de Ensino Médio e dois anexos da Rede Municipal de Ensino que funciona em espaços cedidos pelas Entidades locais, ademais a ausência é total de outras diversas políticas públicas necessárias a garantia de cidadania a população como saúde, esporte, lazer, cultura entre outras.

De forma semelhante, o Bairro Vila Luizão que é o mais recém surgido, localiza-se próximo ao Sol e Mar e Araçagi, foi fundado em 25 de agosto de 2001, como alternativa de moradia, a partir da ocupação liderada pelo líder comunitário “Luizão” (já falecido), o qual o nome do Bairro o homenageia, juntamente com cerca de cinco mil famílias. Passados diversos conflitos quando da ocupação até com pessoas vitimadas, o Bairro se consolidou e atualmente é considerada uma das maiores ocupações de São Luís. No Censo de 2010 contava com 22.353 moradores, apesar de possuir uma Unidade de Saúde, uma Escola Pública Municipal e mais dois anexos, ainda assim, devido ao grande contingente populacional há existência de muitos problemas sociais, sobretudo em razão do elevado número de habitantes vivendo condições financeiras precárias e ainda devido ausência de políticas públicas voltadas para atendimento da população em várias áreas como segurança, saneamento básico, geração de renda entre outros.

A partir desses dados colhidos, passamos a discorrer sobre as Instituições desses Bairros, sendo a primeira, um Clube de Mães, em seguida uma União de Moradores e por fim um Centro Comunitário definidas para essa investigação, e ainda, o perfil das Mulheres dirigentes e atuantes como líderes comunitárias nestas Instituições, nos atendo aqui a tratá-las por codinomes como forma de preservar suas identidades e atuação. Então as denominamos utilizando o nome de mulheres negras que foram protagonistas através de suas lutas, resistências e enfrentamentos às diversas formas de violência durante o período da escravidão no Brasil, mas invisibilizada pela historiografia.

Dessa maneira iniciamos por um dos Bairros mais antigos da região, a Divinéia cuja Instituição definida foi o Clube de Mães Mateus, fundada em 1984, mantenedora da Creche e Escola Comunitária Caiane Mateus, tendo como Presidenta Aqualtume. A instituição

desenvolve diversas atividades, dentre elas educacionais, nas etapas de Educação Infantil com Creche e pré-escola, Ensino Fundamental, além de atividades diversas ligadas à cultura, à saúde, arte e defesa dos direitos sociais de seus beneficiários, possuindo como objetivo,

A nossa Entidade já existe há muitos anos e a gente sempre trabalhando aqui pra melhorar nossa comunidade e ela tem muitos objetivos como a promoção de atividades com finalidades de relevância pública, visando realizar um conjunto de ações educacionais sócio assistenciais integradas à família, Escola e comunidade, tendo em vista o fortalecimento dos vínculos familiar e social, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, reflexivos e participativos. (AQUALTUME).

A Dirigente da Instituição e mulher atuante na liderança comunitária é Aqualtume, 40 anos de idade, residente no Bairro, solteira, mãe de 01 filha de 08 anos, Graduada em Serviço Social. Iniciou sua trajetória no movimento comunitário no ano de 1990, aos 17 anos, a partir da sua vivência na Igreja Católica, tendo participado de várias ações nesse espaço coletivo e passando a se envolver nas lutas da comunidade, conforme sua fala,

Sempre gostei de atividades em grupos, desde quando fazia o ensino médio, sempre me envolvi nas coisas e na minha comunidade também. Eu iniciei através da Igreja Católica, participando de Grupos de Jovens da Igreja São Paulo que é localizada na minha comunidade. Passei a representar a Igreja na Pastoral da Juventude, da Catequese, depois no Conselho Comunitário. Ingressei aos 17 anos nesta Entidade como colaboradora e depois como professora e me identifiquei com os trabalhos aqui desenvolvidos, estando até hoje como representante legal e dirigente. Encerrei um mandato de 04 anos, fui reeleita e estou no 2º mandato. (AQUALTUME).

No Bairro Sol e Mar, a Instituição é a União dos Moradores do Bairro Sol e Mar, tendo como Presidenta Dandara. A Entidade foi fundada em 11/03/1990 e é mantenedora da Escola Comunitária Criança Esperança. Sua origem se dá pela luta ao direito à moradia quando da ocupação e constituição do Bairro, perpassando pela busca de melhorias como saneamento básico, energia elétrica, transporte público, abastecimento d'água, bem como ações na área da educação, saúde, cultura, lazer entre outros, conforme destaca a Dirigente,

Eu vim morar aqui na comunidade do Sol e Mar depois que eu já estava participando de algumas atividades voluntárias aqui na Associação e vim por causa disso e aqui encontrei meu caminho. Passei a participar dessa Entidade que tem como objetivo principal desenvolver ações em benefício das pessoas em situação de vulnerabilidade social como proteção à família, à infância, à maternidade, à adolescência, à juventude, ao adulto e ao idoso, bem como atividades diversas que integrem a população na busca de respostas às suas necessidades. (DANDARA –Dirigente).

Trata-se de uma Instituição tida como referência na região onde localiza-se dada a sua amplitude de atuação nas diversas áreas sociais. Possui parcerias com órgãos públicos para o desenvolvimento de suas ações, tais como a Escola Comunitária Criança Esperança que se mantém através de convênio com a Semed para atendimento do Ensino Fundamental e

Educação de Jovens e Adultos, atendimento a crianças, adolescentes e idosos em parceria com a Semcas, realizando ações sócio-educativas e fortalecimento de vínculos, do Núcleo de Mediação de Conflitos em parceria com o Ministério Público através da Promotoria de Justiça, entre outras atividades.

A Dirigente atual e liderança comunitária à frente da Instituição é Dandara, moradora e mulher atuante na comunidade. Possui 42 anos, casada, mãe de 02 filhos, um de 06 e outro de 07 anos. Graduada em Licenciatura em Letras. Iniciou seu trilhar no movimento em 1995 a partir de seu envolvimento na Instituição, participando como voluntária das atividades relacionadas à Escola Comunitária. Ao longo dos anos foi assumindo a mobilização e articulação de várias frentes e projetos sociais na Instituição até ser eleita Presidenta e atualmente está no segundo mandato.

Eu iniciei na comunidade em 1995 quando vim convidada por uma amiga a participar de ações como voluntária na comunidade, daí fui me envolvendo em todas as atividades que eram realizadas aqui. Comecei a ajudar na organização e fui me envolvendo tanto sem perceber. Quando vi já estava era organizando as pessoas e coordenando as atividades. Depois fui indicada para ser candidata a Presidente e até hoje estamos aqui. É muita luta, mas vale à pena. E tudo se deu diante de algumas necessidades observadas na comunidade. (DANDARA).

Na Vila Luizão, a Instituição definida foi o Centro Social das Donas de Casa da Vila Luizão, que tem como Presidenta Tereza de Benguela. Foi fundada em 1985, mantenedora de uma Creche comunitária. Promove várias ações de assistência social junto à comunidade e em especial na área da infância através de cursos e oficinas para crianças e adolescentes. Desenvolve ainda atividades de integração das mulheres ao mercado de trabalho através da realização de cursos profissionalizantes. Implementa política de combate à violência no seu entorno, estimulando os jovens a inclusão ao mercado de trabalho através de capacitações diversas.

A Direção da Instituição é composta por um Grupo de Mulheres em que a Dirigente e mulher atuante que lidera todo o trabalho é Tereza de Benguela, casada, 37 anos de idade, mãe de dois filhos. Bacharel em Teologia. Iniciou seu envolvimento no exercício da liderança a partir da inquietação e preocupação com diversas situações que envolviam as crianças, adolescentes, jovens e mulheres do seu Bairro, que com a ausência de políticas públicas específicas vivenciavam diversas dificuldades, a exemplo dos adolescentes e jovens do seu entorno de moradia que imergiam ao mundo da criminalidade e drogadição, com muitos vitimados por consequência desse envolvimento.

Outro fator marcante evidenciado para a fundação desse Centro Social pela Tereza de Benguela foi o contato que a mesma teve com as mulheres e as que são mães que estão excluídas do mercado de trabalho pela ausência de espaço para deixarem seus/suas filhos/as para buscarem uma qualificação profissional. Então passou a convidar outras mulheres para organizarem uma Instituição, para que buscasse soluções para essas inquietudes, conforme relata,

Meu envolvimento com o movimento comunitário se deu quando eu vi no meu Bairro jovens e adolescentes morrendo pela criminalidade e o desespero das mães que choravam a morte de um filho que estava nas drogas e que foi morto por alguma facção criminosa porque esse jovem não tinha uma ocupação a fazer. (TEREZA DE BENGUELA).

Em outro trecho destaca,

Um dia eu conversando com uma vizinha e ela me disse que gostaria de trabalhar, mas tinha filhos pequenos e ainda não tinha preparação alguma para o mercado de trabalho. Foi aí que pensei, vou abri uma associação e lutar pelas donas de casa que não tem capacitação e nem onde deixar seus filhos. (TEREZA DE BENGUELA).

Assim, observa-se que as Instituições sociais existentes nos Bairros mais empobrecidos, a exemplo das localidades campo dessa investigação, possuem função importante onde estão inseridas, mantendo uma relação direta com os processos de desigualdades, exclusão, mas sobretudo nos processos educativos e formativos de diversos atores, quer seja através da atuação na educação, a partir da fundação das creches e escolas comunitárias que mantém, quer seja com as ações voltadas para a promoção de várias políticas sociais que favoreçam as pessoas que mais precisam, conforme podemos evidenciar também na fala das mulheres aqui pesquisadas

Inicialmente me envolvi no movimento comunitário e no decorrer iniciei minha vida acadêmica. Além da faculdade, fiz também vários cursos pra melhorar minha atuação como os cursos Mulheres da Paz, Pacto pela Paz, Líderes de Hoje e outros. Esses cursos me ajudou muito e contribuiu bastante para minha atuação, pois atrelou a teoria com a prática. (DANDARA).

Busquei a minha formação escolar durante o meu envolvimento na comunidade. Me graduei em Serviço Social e depois busquei participar de várias capacitações, oficinas e cursos ao longo destes anos de atuação. E acredito que a Profissional de Serviço Social que me tornei me fez aprofundar em conhecimentos das relações sociais e seus arranjos no que tece a cidadania, direitos, deveres e os mecanismos que garantem ou lutam por garantias de direitos. (AQUALTUME).

“Quando iniciei no movimento das Donas de Casa eu só tinha o Ensino Médio, mas depois achei que tinha que buscar mais conhecimentos e fiz o Curso de Bacharel em Teologia que conclui em 2010 e hoje estou fazendo Pedagogia. Na minha opinião a minha formação ou eu fazer novos cursos não interfere na minha atuação, mas contribui para auxiliar na minha atuação como liderança”. (TEREZA DE BENGUELA).

No que se refere às mulheres dirigentes sujeitos dessa pesquisa, observa-se que possuem trajetórias de vida específicas e a inserção nesse movimento se dá de modos diferenciados, porém vivenciaram inquietações, angústias e desejos de mudanças nos contextos em que estavam inseridas, passando a protagonizarem outras possibilidades através da mobilização, organização coletiva e por meio de seus percursos formativos.

2.2 Falando do Eu através da pesquisa (Auto) Biográfica

Após trilhar pelo *locus* da pesquisa e a partir das novas leituras, foi sendo necessário definir percursos, traçar um caminho que direcionasse toda a investigação, conforme afirma Minayo (1998, p.25-26),

[...] a pesquisa é um labor artesanal, que se prescinde da criatividade, se e realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, preposições e técnicas, linguagem esta que se constrói com ritmo próprio e particular. A esse ritmo denominamos ciclo da pesquisa, ou seja, um processo de trabalho espiral que começa com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem novas interrogações. (MINAYO, 1998, p.25-26).

Assim, para o desenvolvimento e fundamentação desse estudo e o cumprimento de todos os objetivos preconizados, desenvolveu-se numa perspectiva exploratória descritiva com abordagem qualitativa e do tipo autobiográfica, que segundo Michel (2005, p. 33) “a abordagem qualitativa permite-nos a descoberta, a identificação, a descrição aprofundada e a geração de explicações. Busca o significado e a intencionalidade dos atos, das relações e das estruturas sociais”.

Para Richardson (2008, p. 90),

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamento.

E ainda sobre a pesquisa qualitativa Godoy (1995, p.58) afirma que,

[...] a pesquisa qualitativa parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Geralmente implica a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos mediante contato direto do pesquisador com a situação estudada. Com isso, busca-se a compreensão dos fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos que participam da situação em estudo.

Diante do exposto, fica evidenciado que os estudos qualitativos se caracterizam basicamente por serem realizados numa situação natural, ricos em dados descritivos,

enfatizando mais o processo do que o produto e, sobretudo visando compreender as particularidades do comportamento dos indivíduos e poder analisá-los. E em específico no que se refere aos estudos aqui em andamento, o tipo de pesquisa qualitativa adotada está ancorada nos princípios autobiográficos, que segundo Nóvoa e Finger (2010, p. 23) esta,

[...] permite que seja concedida uma atenção muito particular e um grande respeito pelos processos das pessoas que se formam e nisso reside uma das suas principais qualidades, que a distingue, aliás, da maior parte das outras metodologias de investigação em ciências sociais

Então ao adotar nesse trabalho de investigação, a (auto)biografia é decidir trilhar por um percurso que nos leva a conhecer a trajetória de vida das mulheres que possuem uma atuação como lideranças comunitárias, através dos seus escritos e relatos, a partir de uma história oral e descritiva na perspectiva de conhecer e analisar o percurso formativo formal, informal e não formal trilhado por elas ao longo de suas vivências, não descuidando do rigor metodológico, mas buscando o desvelamento dos possíveis conflitos existentes nesse percurso de vida, além das contradições que possam estar presentes, como se veem e como são vistas pelos sujeitos ao serem pensadas como componentes de uma totalidade do movimento comunitário que estão envoltas há vários aspectos sociais e olhares nesse espaço público que é considerado como de dominação masculina, (BOURDIEU, 1983) e não pretender somente destacar fatos, datas e acontecimentos decorridos nessa trajetória de vida.

Nesse sentido, perpassar pela história de vida das mulheres líderes comunitárias, é adotar perspectivas sobre vivências que essas mulheres relatam sobre si, seus transcurso de vida. Assim, o estudo ora apresentado vai permitir que estas falem de seus percursos de vida e formativos que, segundo Schutze (1970) “a história de vida está impregnada de forma marcante pelos modelos de análises e pelas interpretações do portador da biografia”, e é justamente esse contexto que vale a pena desvendar para que possamos compreender quais processos integram os percursos formativos dessas mulheres, o que e como vivenciaram, devendo ser levado em consideração [...] a estrutura temporal e sequencial da história de vida [...] das mesmas para compreendermos essa relação com os processos formativos que influenciam na construção da identidade dessas mulheres para sua atuação enquanto líderes comunitárias.

Assim, para refletirmos sobre o falar do eu através da pesquisa (auto)biográfica, inicialmente buscamos entender a gênese do termo biografia com vistas a construção conceitual dessa terminologia. Então, trata-se de um gênero literário em que o autor narra a história da vida de uma pessoa ou de várias pessoas. De um modo geral as biografias contam a vida de

alguém. Tem sua origem etimológica nos termos gregos *bios*, que significa "vida" e *graphein*, que significa "escrever".

Surgido no Egito, onde se registravam vestígios biográficos sobre faraós, sacerdotes e outros personagens ilustres. Decorre também dos ensinamentos de santos e sábios, encontrados nos livros proféticos da Bíblia, das sentenças e ditos de Buda. Depois no relato da vida dos Filósofos no período Clássico quando surge o primeiro grande modelo de obra autobiográfica *Confessiones* (*Confissões*) de Santo Agostinho no século IV, influenciando outros filósofos a exemplo de Pascal e Rousseau. Nos demais períodos da história da humanidade vem permeando e dando consistência a outras produções de autores consagrados dentre eles Jean Paul Sartre em *The Words*, na Autobiografia de Simone de Beauvoir em seus quatro volumes: *Mémoires d'une jeune fille rangée* (1958) *La Force de l'âge* (1960) *La Force des choses* (1963) *Tout compte fait* (1972).

No Brasil, esse método de pesquisa autobiográfica tem como um de seus expoentes em Joaquim Nabuco com o clássico *Minha Formação*, além de Graciliano Ramos Oswald de Andrade, entre outros. Cabendo destacar que dado o seu crescimento e relevância há todo um processo organizacional institucionalizado dos pesquisadores autobiográficos com fundação de associações internacionais e nacionais a exemplo da *Associação Internationale de Vie en Formation* (1990/1991) e a *Associação Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica* – a BIOgraph (2008).

Na contemporaneidade esse método de investigação tem transcorrido uma trajetória bem significativa no campo dos estudos acadêmicos como um método possível de pesquisa, o que podemos evidenciar nas coletâneas: Pesquisa (auto)biográfica, trajetórias de formação e profissionalização; Pesquisa (auto)biográfica narrativa e formação e, Pesquisa (auto)biográfica questões de ensino e formação, organizados por Elizeu Clementino de Souza, Maria da Conceição Passeggi e Paula Perin Vicentini que trazem dimensões como a construção da identidade, (auto)biografia, a partir de diferentes estratégias discursivas, despertando para a tomada de consciência das suas verdades para o/a narrador/a da sua própria história de vida.

Esses estudos refletem ainda que “[...] o ato de narrar como um fenômeno antropológico e civilizatório, que se realiza mediante diferentes sistemas semióticos, notadamente, a linguagem oral e escrita.” Revela que “[...] as narrativas autobiográficas como método de pesquisa, preocupa-se com a constituição e a análise de fontes biográficas e autobiográficas para investigar aspectos históricos, sociais, multiculturais, institucionais da formação humana”. (DELORY-MOMBERGER, 2003, 2005)

Elizeu Clementino de Souza, na obra denominada *Memórias autobiográficas, profissionalização docente e identidade* nos chama atenção quando reflete sobre os conceitos de “biografização, identidade e formação a partir da centralidade do sujeito que narra”. Trata-se de uma análise que muito se relaciona com os estudos que ora nos debruçamos por buscar refletir sobre questões [...] vinculadas a construção identitária [...] por meio das narrativas, das falas, dos escritos, que conforme Delory-Momberger as “linguagens” tem aqui um sentido muito amplo: códigos, repertórios, figuras de discurso; esquemas, scripts de ação etc., cujo “o objeto visado pela pesquisa biográfica, mediante esses processos de gênese sócio individual, seria o estudo dos modos de constituição do indivíduo enquanto ser social e singular.” (DELORY-MOMBERGER, 2003, 2005).

Outro aspecto preponderante nesse modelo de pesquisa se dá exatamente pela maneira como o portador da biografia interpreta a sua história de vida, podendo ser analisada sobre vários aspectos, mas, sobretudo refletidas sobre a fecundidade das memórias e das trajetórias de vida que ocorreram ao longo das vivências, perpassadas pelos processos de socialização nos diversos espaços sociais.

Partindo da compreensão dessa trajetória da pesquisa (auto)biográfica, podemos assim considerar como uma derivação da biografia que se refere à produção feita pela pessoa de quem a biografia fala, geralmente resulta de quando o autor procede o levantamento de sua própria existência, e sua história, de sua trajetória. Nesse modelo de pesquisa o indivíduo e nesse caso, o sujeito mulher objeto desse estudo é vista como um ser social singular, mas considerando o seu individual e o social em que predomina aqui o interesse pelo percurso da vida para compreensão do percurso formativo que influenciará na construção identitária. Assim “a pesquisa biográfica estabelece uma reflexão sobre o agir e o pensar humano mediante figuras orientadas e articuladas no tempo que organizam e constroem a experiência segundo a lógica de uma razão narrativa”. (CHRISTINE DELORY-MOMBERGER, 2012).

Ao mesmo tempo em que nesse método de investigação o pesquisador, a partir de diversas fontes, recorre a memória como recurso essencial como forma de reconstituir os elementos de análise que irão subsidiar a compreensão sobre o objeto de estudo e nesse caso, os percursos formativos para a construção identitária, conforme destaca Maria Helena Menna Barreto Abrahão,

Ao trabalhar com metodologia e fontes dessa natureza o pesquisador conscientemente adota uma tradição em pesquisa que reconhece ser a realidade social multifacetária, socialmente construída por seres humanos que vivenciam a experiência de modo holístico e integrado, em que as pessoas estão em constante processo de auto-conhecimento. Por esta razão, sabe-se, desde o início, trabalhando antes com emoções e intuições do que com dados exatos e acabados; com subjetividades, portanto, antes

do que com o objetivo. Nesta tradição de pesquisa, o pesquisador não pretende estabelecer generalizações estatísticas, mas, sim, compreender o fenômeno em estudo, o que lhe pode até permitir uma generalização analítica. (ABRAHÃO, 2003).

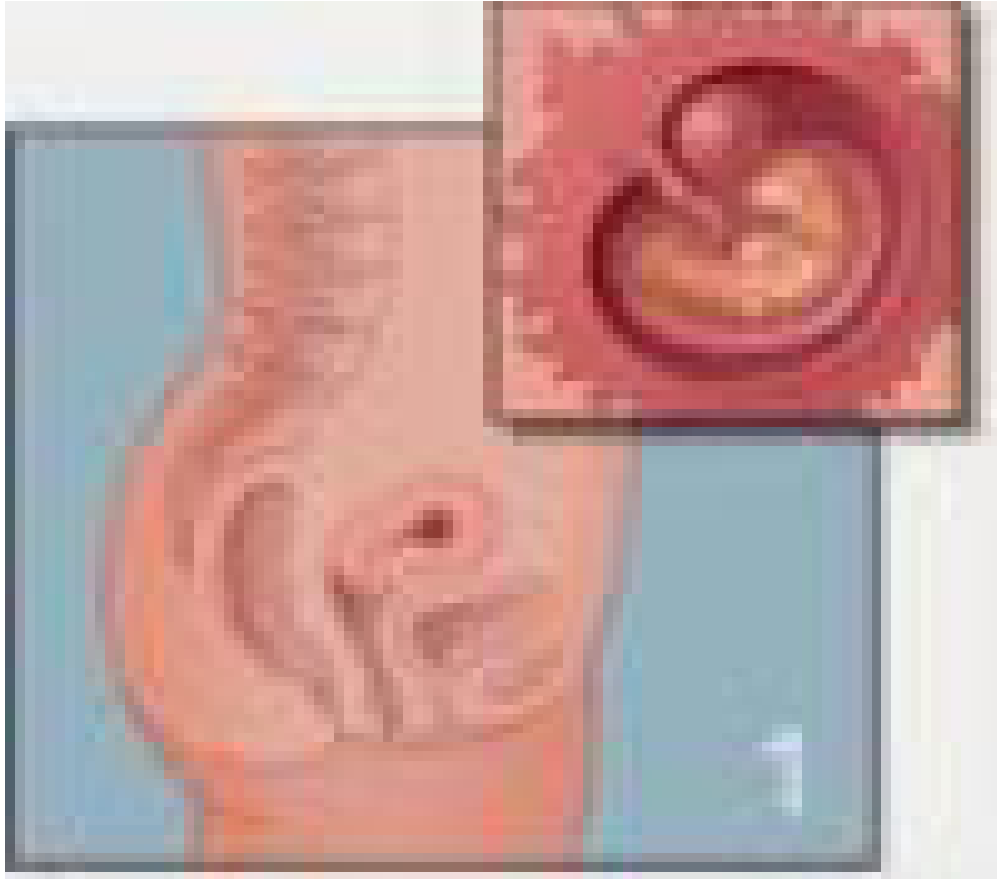
Nesta perspectiva, fazemos uma interlocução com Bourdieu, para enfatizar que dentro dessas análises é pertinente se considerar o espaço social em que o narrador/a ou (auto)biografado/a e o pesquisador está situado, observando as relações de significados tanto por ruptura ou continuidade dos relatos no momento da coleta de informações “por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança, ou de distanciamento e, também, por relações de ordem como acima, abaixo, e entre” (Bourdieu, 1996, p.18-19). Bourdieu ainda nos adverte para observar a metodização interrogativa para se alcançar a objetividade nesse modelo de pesquisa e destaca,

Os acontecimentos biográficos definem-se como alocações e como deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado. É evidente que o sentido dos movimentos que levam de uma posição a outra (de um editor a outro, de uma revista a outra, de um bispo a outro) define-se na relação objetiva entre o sentido dessas posições no momento considerado, no interior de um espaço considerado. (BOURDIEU, 1996, p. 81-82).

Assim, compreende-se que as histórias de vida ou suas trajetórias estão impregnadas de forma marcante pelos modelos de análise e pelas interpretações do portador da biografia que irão possibilitar exatamente o que se deseja desvendar, devendo ser considerada a sua estrutura temporal e sequencial da história de vida (SHUTZE, 1983). A trajetória dessas mulheres que no transcurso desse movimento e como sujeito desse estudo, será possibilitado a elas falarem de si através da pesquisa. Então ao adotar o método da (auto)biografia, adotamos como pressuposto que ao narrar sobre si, sobre suas trajetórias, tanto de forma oral quanto escrita, estarão contribuindo para a construção de sentidos histórico-culturais, sociais e orais, de si e de outras mulheres com trajetórias similares.

3 DO MOMENTO EMBRIONÁRIO À CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS

Figura 3 - A transformação



Fonte: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br>

A TRANSFORMAÇÃO

MULHER DE FIBRA

*Mulher amiga de onde vem tanta fibra?
Que não se deixa abater pelas armadilhas da vida...
Que luta e labuta por seus sonhos e segue de cabeça erguida.....*

*Mulher amiga que chora, ri e grita....
Grita pela vida, pelo amor...
Não grita por uma vida sem dor, mas sim por alguém que lhe dê valor....*

*Amiga mulher que vibra com nossas conquistas...
Que dividi suas alegrias, suas angustias....
Que canta e encanta quem por perto estiver.....*

*Minha amiga, de onde vem tanta fibra?
Que mesmo nos momentos mais difíceis...
Encontras motivos para sorrir, para sonhar...*

*Ahhhh... Eu sei de onde vem esta fibra...
Vem do desejo de ser feliz, de amar e realizar...
Vem de Deus, que está sempre por perto para nos amparar...*

(NIVALDO JOAQUIM)

O processo de transformação por si só acarreta uma alteração, uma mudança no estado normal de algo ou alguém e em se tratando do percurso formativo das mulheres líderes comunitárias, delineamos esse momento como um processo de transmutação da realidade pessoal e coletiva vivenciada por essas mulheres e de seus percursos de vida. Em que como num passe de mágica, tudo vai se modificando, se adaptando, criando novas formas e resistências para esse momento novo que passa a se construir, em que as mulheres buscam uma força prodigiosa para vivenciar esse ápice da vida. Nesse instante, com a fertilidade que se dá, chegamos a nos indagar:

Mulher amiga de onde vem tanta fibra? Que não se deixa abater pelas armadilhas da vida... Que luta e labuta por seus sonhos e segue de cabeça erguida... Mulher amiga que chora, ri e grita.... Grita pela vida, pelo amor... Não grita por uma vida sem dor, mas sim por alguém que lhe dê valor... Amiga mulher que vibra com nossas conquistas... Que dividi suas alegrias, suas angustias.... Que canta e encanta quem por perto estiver... Minha amiga, de onde vem tanta fibra? Que mesmo nos momentos mais difíceis... Encontras motivos para sorrir, para sonhar... (Trecho do Poema Mulher de Fibra de Nivaldo Joaquim).

Nesse sentindo, metaforizando com a imagem introdutória a essa sessão, em que demarcamos esse momento para referendar que há um ápice marcante nesse período da gestação, em que do estágio embrionário passa a dar lugar ao surgimento de novas estruturas, um novo ser, uma nova vida. Surge com um embrião que vai traçando o caminho a ser seguindo, um curso de novas descobertas que está por trazer à tona todo um esforço e comprometimento com um fazer diferenciado. Momento em que se constitui como desafiador também para a mulher, em que outras representações sociais passam a ser vigentes, com novas expectativas e até atitudes que vão surgindo.

Todo esse processo pode aqui ser caracterizado como sendo uma fase transmutacional que sem dúvida passa a ser essencial na vida de muitas das mulheres que desejam esse momento, na busca de uma realização, da alegria, da felicidade. É a força fenomenal do ser mulher em que “*Ahhhh... Eu sei de onde vem esta fibra... Vem do desejo de ser feliz, de amar e realizar... Vem de Deus, que está sempre por perto para nos amparar...*” (Trecho do Poema de Nivaldo Joaquim). Assim, nesse percurso que segue, com outras vivências e experiências, novos segmentos identitários vão surgindo, conforme refletido a seguir

3.1 Conceituando Identidade

Com base na trajetória pessoal e coletiva das mulheres no curso do gregário comunitário em que tudo surge da necessidade de aprender permanentemente, de buscar saberes pra caminhar tanto para si, para crescer, para cuidar, como para o outro, para fazê-lo crescer, partimos para analisar e compreender algumas categorias presentes nesse estudo que perpassam pelo percurso formativo, construção de identidade e a liderança feminina das mulheres que atuam como líderes comunitárias, nos apontando algumas inquietações que passam a ser norteadoras desse estudo. E a essas inquietudes nos dispomos a buscar respostas a serem dadas ao longo dessa pesquisa.

Então para trilhar o caminho em busca dessas respostas, partimos para situar as categorias aqui evidenciadas no contexto das relações sociais e inicia-se com a reflexão sobre o conceito de *habitus*, que etimologicamente trata-se de uma palavra latina de origem antiga que traduz a ideia grega de *hexis* utilizada inicialmente por Aristóteles para designar então características do corpo e da alma adquiridas em um processo de aprendizagem. Posteriormente utilizada por Émile Durkheim no seu livro *A Evolução pedagógica* (1995) para designar um estado geral dos indivíduos, estado interior e profundo que orienta suas ações de forma durável. Tornando-se um termo bem conhecido nas pesquisas realizadas por Bourdieu na Argélia entre camponeses da região francesa Bean (BOURDIEU, 1963, 1972). Para esse autor o conceito de *habitus* surge da necessidade empírica de apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e ainda dos condicionamentos sociais.

Esse termo ganha maior relevância a partir dos seus estudos educacionais, para quem o *habitus* se refere às disposições incorporadas pelos sujeitos sociais ao longo de seu percurso e processo de socialização. A sua gênese está nas experiências passadas, que funciona como uma matriz das vivências, a partir das percepções observadas, das apreciações experienciadas e das ações realizadas, que irão funcionar como a força motora na produção dos esquemas necessários para a ação e intervenção humana na vida cotidiana. Para Bourdieu (2002) essas disposições ou espécie de acomodação não se dão de forma fixa e nem tão pouco se constitui a identidade dos indivíduos: “*habitus* é um operador, uma matriz de percepção e não uma identidade ou uma subjetividade fixa”. (BOURDIEU, 2002, p.83). Assim, conforme explicita o autor: “Sendo produto da história, o *habitus* é um sistema de disposição aberto, permanentemente afrontado a experiências novas e permanentemente afetado por elas. Ele é durável, mas não imutável”. (BOURDIEU, 2002, p. 83).

Comungando dessas assertivas em que o *habitus* se faz presente nas vivências pessoais como essa matriz de disposições que parte das experiências de vida, funcionando como a força motora para a ação humana, compreendemos que se trata de,

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (BOURDIEU, 1983b, p. 65).

Habitus pode ser assim compreendido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituídos de disposições estruturadas e estruturantes em que a primeira se dá no campo social e a segunda na mente dos agentes, e a partir daí, depois de adquiridas nas e pelas experiências práticas passarão a fazer parte das experiências vividas e acumuladas pelo agente, tendo como resultado um produto da história no percurso da sua trajetória individual, mas que em vivência social passa a incorporar no coletivo, recuperando a noção ativa dos sujeitos como produtos da história de todo campo social e de experiências acumuladas no curso de uma trajetória individual.

Podemos assim afirmar que os *habitus* individuais, produtos da socialização, são constituídos em condições sociais específicas, por diferentes sistemas de disposições produzidos em condicionamentos e trajetórias diferentes, em espaços distintos como a família, a escola, o trabalho, os grupos de amigos e/ ou a cultura de massa, mas que intrinsecamente fazem parte de suas trajetórias de vida.

As experiências se integram na unidade de uma biografia sistemática que se organiza a partir da situação originária de classe, experimentada num tipo determinado de estrutura familiar. Desde que a história do indivíduo nunca é mais do que uma certa especificação da história coletiva de seu grupo ou de sua classe, podemos ver nos sistemas de disposições individuais variantes estruturais do *habitus* de grupo ou de classe [...]. O estilo pessoal, isto é, essa marca particular que carregam todos os produtos de um mesmo *habitus*, práticas ou obras, não é senão um desvio, ele próprio regulado e às vezes mesmo codificado, em relação ao estilo próprio a uma época ou a uma classe. (BOURDIEU, 1983b, p. 80-81).

Pensando a partir desse conceito segundo o entendimento de Bourdieu, consideramos que na realidade mais presentificada, o *habitus* do agente desse mundo mais moderno seja construído na interação e nas suas vivências nos distintos espaços sociais. Toda essa construção possibilita o aparecimento de sujeitos sociais constituídos cuja gênese se dá em um *habitus* heterogêneo fundamentado nas experiências, ação e na sua construção permanente.

Assim, a partir do meu percurso de vivências e experiências, da constituição do meu *habitus* individual, passo a me identificar com a história e vivências de outras mulheres,

trajetórias que se entrelaçam e que nos ajudam a identificar os percursos pelos quais percorremos quando do acúmulo de vários saberes adquiridos, do envolvimento e do debruçar em uma causa, da identidade construída a partir da inserção em um movimento, o que nos impulsionam para a ação em uma luta e nesse caso, na liderança do movimento comunitário. Daí passando a amalgamar o pessoal com o coletivo, fazendo-me refletir a fecundidade da memória dessas trajetórias de vida nos processos formativos que nós, sujeito mulher, estamos imersas no cotidiano da vida privada e pública. O que me faz comungar com a afirmativa de Carrilho (2007), ao tratar da escrita de si,

Escrevo sobre minha história, meu percurso de formação e aí aprendo a melhor definir os meus limites, minhas fragilidades, meus medos, minhas forças, minhas competências, minhas aprendizagens. Enfim, descubro o poder formador da escrita autobiográfica. (CARRILHO, 2007, p. 23).

Essa assertiva traz profundas reflexões ao nos transportar para os momentos vividos ao longo do percurso formativo e na trajetória percorrida no envolvimento com o exercício da liderança comunitária, em que nos deparamos com uma diversidade de desafios que culminaram na construção identitária do ser mulher no movimento comunitário. Então no rememorar dessas vivências e trajetórias desse envolvimento, passamos a adentrar nos conceitos de *identidade* para posteriormente compreendermos o que é essa nova categoria aqui ensaiada denominada de *percurso* e, por conseguinte o *percurso formativo* no contexto da construção da identidade para a atuação das mulheres líderes comunitárias.

Para nosso entendimento sobre identidade, encontramos inicialmente estudos destacando que etimologicamente, o termo identidade deriva do latim “identitas”, que se refere ao “idêntico”, ou seja, um autônimo geral de “diferente”. Então, a identidade é construída a partir da diferença.

Eliane Furtado (1999, p. 47) ao abordar sobre o assunto, faz destaque que a “constituição de uma identidade positiva” se dá a partir da composição da “[...] palavra *ideo*, do grego *idéa*, e positiva, do latim escolástico *positivu*.” Com essa definição a autora associou a ideia com o significado de princípio, aparência, e *positivu* com o sentido de evidente, efetivo, real. O que nos leva a compreender que a identidade é a consciência que cada um tem de si e sua relação em sociedade.

Destacamos ainda que esse conceito de *identidade* teve origem na Grécia antiga, incorporando outras diversas concepções que comungava com os pensamentos do contexto e da época. Conceito esse que remonta ao pensamento de Parmênides (século VI a.C.), que a partir de seus estudos sobre a lógica se torna o primeiro criador do princípio da identidade ou

da não-contradição, ou seja, “ou uma coisa é ou não é”. Ou: “o ser é; o não ser é”. Para Parmênides, o ser para existir tem de ser dito, logo, há uma identidade entre ser, pensar e dizer. E, na tentativa de compreender mais profundamente sobre o conceito de identidade, visitamos algumas literaturas já produzidas sobre essa categoria e observamos como essas pesquisas, com diferentes vertentes, vem tratando essa categoria de análise, conforme destacamos algumas.

Branco Filho (2017), na produção intitulada *A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE - Tentativa de empreender um diálogo sobre a temática*, analisa o conceito de identidade preso a uma realidade concreta, erigindo a era do sensório como determinante de todos os fenômenos, quer sejam físicos, quer seja psíquicos. Segundo o autor, a história da identidade encontra-se, pois, entrelaçada à própria história do pensamento, e é assim que na modernidade assistiu-se a um notável esforço no sentido de despregar-se desse enfoque estático. Enfatiza que dessa forma, o confronto do eu com os outros, com o mundo, ocorreria sempre segundo um processo dialético, numa perspectiva de agenciamento, mediada pela adoção da melhor situação possível dentro de perspectivas locais. Indo mais além, Branco Filho, destaca que na modernidade, cientistas sociais começaram a pensar a identidade como produto do social e cita Goffman (1975 apud NUNES, 1986), “a identidade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias”. Cita ainda Berger e Luckman (1976) que retratam bem esta tendência, ao focar a identidade como um elemento chave da realidade subjetiva, colocando-a, portanto, em relação dialética com a sociedade.

Nunes (2006) na sua Tese de Doutorado *O IDEAL MARIANO E DOCÊNCIA: A identidade feminina da proposta educativa Marista*, cujo objetivo é analisar o percurso histórico da docência da mulher professora nos Colégios Maristas, se fundamenta em estudiosos como Stuart Hall para quem a identidade “é de natureza interativa”, sendo uma construção social que está entrelaçada pelos diversos campos das ciências sociais e afirma que em se referindo ao objeto de seus estudos, “a identidade feminina se revela na proposta educativa Marista”. Mas é em Claude Dubar (1997) que assenta seus entendimentos sobre identidade ao comungar de seus pensamentos em que destaca, “a identidade não é mais do que o resultado simultaneamente estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, em conjunto, constroem os indivíduos e definem as instituições”. Assim a Autora conclui que é no conjunto das múltiplas identidades que se encontram as identidades específicas, mescladas dinamicamente e dialeticamente com a

identidade individual que por sua vez vai incidir na construção da identidade docente, objeto de seus estudos.

Herli (2016), na sua Tese de Doutorado cujo título é *No chão quilombola os rebentos narram suas percepções acerca da escola de infância da comunidade Cajueiro I em Alcântara – Maranhão*, em que busca compreender as percepções sobre a escola atribuídas por crianças quilombolas, ao refletir no Capítulo I sobre *As memórias e identidades de uma aprendente em formação*, traz reflexões conceituais sobre memórias, identidade e formação, em que toma os conceitos de Thomaz Thadeu, Stuart Hall e Kathryn Woodward para a construção da sua posição conceitual referente ao tema. Nesse sentido, destaca inicialmente Woodward (2011) para quem as identidades “adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais são representadas [...] a identidade é relacional [...] é assim marcada pela diferença”. Também toma Hall (2000) para afirmar que as identidades são definidas “[...] historicamente e não biologicamente [...] o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos [...] Dentro de nós há identidades contraditórias [...] sendo continuamente deslocadas”. E conclui que esses movimentos se estabelecem entre identidade contraditórias e requerem que o ser em formação efetive as suas identidades na historicidade e nas experiências.

Partindo desses estudos e entendimento inicial, buscamos nos aprofundar um pouco mais em Pierre Bourdieu para quem a identidade é um “ser percebido que existe fundamentalmente pelo reconhecimento dos outros” (BOURDIEU, 1989: 117). Os agentes apoiados em suas inclinações, escolhas perpassam pelas diversas estruturas adquiridas ao longo do convívio social, o que vai incidir na construção de sua identidade. Então para Bourdieu as práticas e ações dos agentes são produtos da sua história social, que orienta seu olhar sobre o mundo, sobre ele mesmo, compondo assim a sua identidade. No caminho desse entendimento, podemos então refletir que a identidade das mulheres se constroem a partir do habitus que se estabelece através das estruturas que regem suas percepções, norteadas suas ações e comportamento e em específico, delineando seus percursos e atuação. Ou seja, o habitus passa ser essa relação dialética entre o agente (as mulheres) e a sociedade que contribuirá com a cristalização de suas identidades.

Indo mais além, buscamos em Zygmunt Bauman, em entrevista a Benedetto Vecchi (2005) no livro *Identidade*, e no livro *Identidade e diferença* (2011) organizado por Tomaz Tadeu da Silva, Stuart Hall e Kathryn Woodward de forma a contribuir na construção conceitual de identidade tanto individual como coletiva.

Então, primeiramente Bauman vai afirmar que [...] as comunidades às quais as identidades se referem são de vida ou de destino, cujos membros vivem juntos [...], o que nos permite acreditar que no movimento comunitário, a construção da identidade das mulheres como líderes se dá tanto no aspecto individual, mas também coletivo e que Elas independente do espaço geográfico onde exercem sua liderança [...] “vivem juntas numa ligação absoluta”. Em outro aspecto, independente de seus espaços de atuação, a própria objetividade desse tipo de movimento permite que [...] fundidas unicamente por ideias ou por uma variedade de princípios” a ação se dá numa mesma direção, o interesse coletivo. Como podemos evidenciar nesse trecho da fala das mulheres:

Me identifico muito como uma líder comunitária. Me identifico com as lutas diárias à frente desta Entidade e da Comunidade em que fazemos acontecer em diversas áreas em que atuamos. (AQUALTUME).

Eu me identifico muito com a luta comunitária porque são grandes os desafios de uma mulher que é liderança comunitária, mas acredito que com amor, dedicação podemos alcançar um nível na comunidade que nos ensina que esse trabalho nos exige atitude e muita dedicação para lutar pelas pessoas. (DANDARA).

Na verdade eu acho que ainda fiz muito pouco. Acho que preciso de mais. Preciso fazer mais para melhorar a vida das pessoas e aí vou me identificar. Porque acho que ainda faço pouco. (TEREZA DE BENGUELA).

O relato das mulheres nos remete ao entendimento da presença do sentimento de pertencimento, de identidade, de ideias associadas aos princípios da luta comunitária que é estar junto, lutar com, para e pelo outro e ainda o todo empenho dispensado diante de tantas necessidades ainda se configura como pouco. Faz com que num processo de construção identitária ao longo desse percurso seja necessário um deslocamento de pensamentos, comportamentos e atitudes que irão relacionar essa identidade em construção ao pertencimento a determinados movimentos, e neste caso o movimento comunitário, e assim [...] comparar, fazer escolhas, fazê-las repetidamente, reconsiderar escolhas já feitas em outras ocasiões, tentar conciliar demandas contraditórias e frequentemente incompatíveis [...], leva ao entendimento de que a identidade é um construto permanente, nos fazendo pertencer ou não a aquele grupo ou “comunidade”, conforme ainda destaca Bauman (2005),

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não tem a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age- e a determinação de se manter firme a tudo isso-são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”. (BAUMAN, 2005).

Os estudos de Bauman (2005) permite-nos reverberar que nas múltiplas situações da vida pessoal e ao longo de sua trajetória, as mulheres que atuam como líderes comunitárias,

experienciam múltiplas identidades, por ser mulher, às vezes negra, mãe, professora, trabalhadora, esposa entre outras especificidades e responsabilidades, e esse arcabouço de referências por si só já configura uma complexidade de desafios para serem vivenciados nesse percurso de vida. Assim, Bauman (2005) afirma que “as ‘identidades’ flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas à nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas”.

Em resposta a essa dubiedade de referenciais, é oportuno destacar que pode haver a partir dos desconfortos existentes, um percurso identitário a ser definido e seguido, conforme descreve Bauman (2005),

Pode-se reclamar de todos esses desconfortos e, em desespero, buscar a redenção, ou pelo menos o descanso, num sonho de pertencimento. Mas também se pode fazer desse fato de não ter escolha uma vocação, uma missão, um destino conscientemente escolhido - ainda mais pelos benefícios que tal decisão pode trazer para os que a tomam e a levam a cabo, e pelos prováveis benefícios que estes podem então oferecer a outras pessoas. (BAUMAN, 2005).

Como podemos observar na fala de uma das mulheres,

[...] e essa para mim é uma grande missão, uma coisa sem explicação. Às vezes por conta da minha luta em casa com marido e filhos eu chego até pensar em desistir, mas aí surgem algumas situações, alguns problemas e quando vejo já estou lá tentando reunir o povo pra gente buscar a solução. Pra mim é missão mesmo, eu nem consigo mais me ver fazendo outra coisa. Gosto disso, de ajudar outras pessoas, de correr atrás dos benefícios pra minha comunidade. Sei que às vezes nem somos reconhecidos, mas assim mesmo me sinto bem fazendo o que faço”. (DANDARA).

Nesse sentido, as mulheres inseridas no contexto dos movimentos comunitários compartilham de uma identidade que é bem individual de suas vivências pessoais, que muitas vezes é relacionada com uma espécie de missão aqui vista como incumbência, tarefa a cumprir, definida por um envolvimento bastante e profundamente internalizado, mas podendo ser também coletiva, ou seja, uma identificação comum recheada de encontros e desencontros, mas com realidades peculiares de seus pertencimentos a um grupo bem definido social, histórico e culturalmente, de distintas relações com suas identidades individuais. Assim, nos questionamos quem é essa mulher, às vezes jovem, de meia idade, idosa, com vidas pessoais de realidades diversas, que se insere nesse contexto do movimento comunitário, que carrega consigo características de várias vivências, experiências, memórias e identidades nas suas trajetórias, mas que independente das diversas realidades se mantém na liderança e nas frentes de ações na sua comunidade?

Essa inquietude continuará buscando respostas ainda mais profundamente nos estudos de Tomaz Tadeu da Silva, Stuart Hall e Kathryn Woodward, que num olhar pós-

moderno, traçam novos contornos sobre a Identidade e diferença. Wordward (2011, p.08/09), destaca que “as identidades adquirem sentidos por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais são representadas [...], a identidade é relacional [...] é, assim marcada pela diferença”.

Já para Stuart Hall (2000, p.13) “As identidade são definidas” [...] historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos [...]. Dentro de nós há identidades contraditórias [...] sendo continuamente deslocadas.

Mas é com Claude Dubar (1997) que encontramos aconchego na nossa construção conceitual de identidade e que se relaciona de forma íntima com o objeto de estudo ora pesquisado. Dubar (1997) ao analisar a teoria sociológica da identidade, afirma que “A identidade nunca é dada, é sempre construída e a re(construir) numa incerteza maior ou menor e mais ou menos durável”. Tal assertiva que nos permite compreender que a construção identitária das mulheres líderes comunitárias tem sua gênese nas vivências e experiências construídas ao longo do percurso de vida. Esse entendimento se justifica exatamente pela afirmativa de que “[...] as identidades e as suas eventuais fracturas como produtos de uma tensão ou de uma contradição interna ao próprio mundo social (entre o agir instrumental e o comunicacional, o societário e o comunitário, o econômico e o cultural, etc.) [...]”. (Dubar 1997, p.105). E assim,

[...] a identidade predicativa de si” que exprime a identidade singular de uma dada pessoa, com a sua história individual vivida, e as identidades “atribuídas por outro”, quer se trate das identidades numéricas que vos definem oficialmente como ser único[...]quer se trate das identidades genéricas que permitem aos outros classificarem-vos como membros de um grupo[...]. (DUBAR 1997, p.106).

E nessa dinamicidade de realidades comuns e individuais que se caracterizam as diferentes identidades, que partem das histórias de vidas individuais, perpassando pelas trajetórias e percursos e, direcionando para a construção de identidades de cada uma das mulheres para sua atuação como líderes de movimentos estando à frentes das Organizações Comunitárias. É assim que me identifico, com o traçado de uma identidade que se relaciona com o meu eu (o individual) e com o outro (o coletivo) incidindo na relação com o social e no seu trajeto possibilita a construção das “identidades possíveis”.

Comungando desse entendimento e indo um pouco mais além, buscamos em Boa Ventura Santos (1994) que ao abordar sobre identidades e culturas, destaca a natureza mutável, permanente-transitória destas identidades. O poder de influenciar individual (personalidade) e social (coletividade) vem destas características flexível e permanente. Assim, a construção de identidade das mulheres que experienciam o exercício da liderança comunitária precisam ser

consideradas como peculiaridades que estão em constante construção, que a cada instante se ressignifica dependendo das ações, reações e dos contextos sociais históricos aos quais estão envolvidas.

A partir desses contextos, as mulheres que estão no anonimato, invisibilizadas no fazer da luta comunitária promovem uma dinâmica de movimentos no seu entorno que se realinham, se reestruturam a partir dos conhecimentos, saberes acumulados nos seus percursos históricos e a partir das demandas postas ressurgem como uma força vital, intervindo, enfrentando, transformando, construindo novas realidades sociais e redimensionando outras possibilidades de mobilização, de envolvimento de todos para buscar soluções para todos, como podemos observar no relato de uma das mulheres pesquisadas:

Para mim ser mulher e estar dirigindo uma entidade, conduzindo um grupo de pessoas que transformam uma comunidade, que busca resultados através de habilidades e motivação é muito importante. Contribuir no voluntariado e alcançar os objetivos que desejamos na organização é muito bom. (DANDARA).

A mulher nesse contexto, contribui para o fazer de uma história em determinada localidade, é a história individual que possui uma identidade, influenciando na mudança da vida de todos, no desenvolvimento da história coletiva da comunidade.

É, na História como possibilidade que a subjetividade, em relação dialética-contraditória com a subjetividade, assume o papel do sujeito e não só de objeto das transformações do mundo. O futuro deixa, então, de ser inexorável e passa a ser o que historicamente é: problemático. (FREIRE, 2008, p. 51).

É nessa construção dialética que relacionamos o definir da identidade com o percurso formativo que é ao mesmo tempo essa atuação, horizonte político, passando a ser uma reconstituição permanente de vontade e do fazer coletivo, a partir do estabelecimento de ações, perspectivas e ideais que emergem desse movimento comunitário.

Assim, o percurso formativo aqui tratado como objeto desse estudo, está intrinsecamente relacionado com a trajetória de vida das mulheres, com a construção da identidade permeando o exercício da liderança comunitária a partir de seus processos formativos formais e/ou informais nos quais ao longo da vida estiveram envolvidas e que subsidiarão essa construção para essa atuação, conforme em suas reflexões, destaca Dominicé (2010), ao afirmar que,

[...] a história de vida é outra maneira de considerar a educação. Já não se trata de aproximar a educação da vida, como nas perspectivas da educação nova ou da pedagogia ativa, mas de considerar a vida como espaço de formação. A história de vida passa pela família. É marcada pela escola. Orienta-se para uma formação profissional, e em consequência beneficia de tempos de formação contínua. A

educação é assim feita de momentos que só adquirem o seu sentido na história de uma vida.

Nesse entendimento, a compreensão das histórias de vida das mulheres líderes comunitárias revelam aspectos, elementos e marcas que contribuíram para que construíssem seus percursos, suas identidades de sujeito mulher e de mulheres líderes. O olhar sobre esse percurso formativo a partir do olhar sobre si pelas próprias mulheres, a partir de suas histórias de vida, parte da leitura de que essa é uma dinâmica que possibilita o reconhecimento dos saberes adquiridos subjetivamente ao longo da vida, adquiridos nas experiências e relações sociais, sendo ela a própria histórias da formação individual e coletiva de cada sujeito mulher, conforme afirma Antonio Nóvoa (2002, p. 39),

[...] A formação não se constrói somente pela acumulação de conhecimentos e de técnicas desenvolvidas durante um curso, mas num movimento de flexibilidade crítica sobre a prática e de reconstrução permanente da identidade pessoal e da profissão, consequentemente. [...] os momentos de balanço retrospectivo sobre os percursos pessoais e profissionais são, também, momentos de formação e de investigação.

Aqui os percursos pessoais descritos por Nóvoa (2002), que constitui o *corpus* desta pesquisa, trazem elementos significativos para a compreensão do percurso formativo vivido e experienciados pelas mulheres líderes comunitárias. Então, tratar do percurso formativo para construção da identidade é perpassar pelas histórias de vidas, pelas trajetórias percorridas, pelas formações e autoformação que possibilitaram de alguma maneira, aprendizagens, conhecimentos, compreendendo se houve ou não nesse percurso, vivências de formações sistemáticas ou assistemáticas que constituíram saberes e identidades para essa atuação, observando os significados atribuídos a esses possíveis processos formativos experienciados, entendendo as escolhas e os desafios enfrentados no exercício dessa liderança.

3.2 Construindo a categoria percurso para entender o percurso formativo

*Idas e vindas
O mesmo percurso
Pensamentos pulsam
Anseiam mudar o curso*

*Desnudar a essência
De lembranças tantas
Exilar a ausência
Que se faz presente*

Cingir-se do novo

*Surpreender o acaso
Mesmo que necessário
Mudar o passo*

*Deixar atrás a enlaça
Que indolente embaraça
Mimosear a alma
Que demanda calma*

*Abraçar o estéril
Mesmo que haja dor
Pra germinar o fértil
Rega-se com vigor*

*Idas e vindas
O mesmo percurso
Pensamentos pulsam
Anseiam mudar o curso*

(JANE ALVES LEAL)

Eis aqui um dos maiores desafios desse estudo, podendo até ser visto como audacioso pela ousadia (a minha) em pretender trazer à tona uma nova categoria de análise que se configura como a base fundamental dessa investigação, e que após incessantes buscas para o entendimento dessa terminologia nos estudos e pesquisas já elaboradas e diga-se de passagem, sem muito êxito, partimos para a tentativa de construí-la. Esse momento nos desequilibra, nos faz compreender quão exigente é a produção acadêmica e ao mesmo tempo quão intelectual é. Mas, é tempo de construir e reconstruir novos significados, é tempo de “*Idas e vindas. O mesmo percurso. Pensamentos pulsam. Anseiam mudar o curso*”. (Trecho da poesia de Jane Alves Leal).

Nesse sentido, partimos para explicitar a concepção da categoria denominada *percurso* que trará significativos entendimentos para o alcance da objetividade aqui proposta que é de conhecer e compreender as peculiaridades que entremeiam o percurso formativo para a construção identitária das mulheres líderes comunitárias. Haja vista ser um termo muito presente nas diversas pesquisas já produzidas, porém até então sem uma definição profunda, específica e analítica do seu conceito.

Para essa construção partimos inicialmente da apreensão do termo “categoria de análise” em que conceitualmente categoria origina do grego: *κατηγορία*, *kategoría* ('acusação, atributo'). Pelo latim *categoria* são conceitos gerais que exprimem as diversas relações que podemos estabelecer entre ideias ou fatos. Termo utilizado por Hipócrates, Heródoto e por

último Aristóteles que passou a utilizar "categoria do ser" ao que denominava de predicados gerais atribuídos ao ser, que seria às distintas classes do ser. Esse entendimento permaneceu sofrendo constantes mudanças durante toda a história antiga e medieval até ser compreendida na contemporaneidade como sendo “conjunto de pessoas ou coisas que podem ser abrangidas ou referidas por um conceito ou concepção genérica”. Podendo admitir significados diferentes: como sendo cada uma das partes de um todo, as divisões ou subdivisões de um grupo e suas características individuais.

Já a *análise* origina do grego ἀνάλυσις, transl. *análisis*, ("dissolução") que se refere ao processo de decomposição de uma substância ou tópico complexo em seus diversos elementos constituintes, a fim de se obter uma melhor compreensão sua. A análise é muito utilizada nos estudos matemáticos e lógicos desde Aristóteles, Descartes, Galileu, Isaac Newton nos seus estudos dos fenômenos físicos e posteriormente por Platão e Aristóteles na filosofia analítica (MARCONDES, 2004).

Partindo dessa apreensão conceitual, *categoria de análise* pressupõem-se como sendo um conjunto de conceitos que exprimem as diversas relações que podem ser estabelecidas entre ideias ou fatos a partir da decomposição dos elementos constituintes de um todo. Nesse sentido, para analisar o percurso formativo, torna-se necessário primeiramente compreender o *percurso* como uma categoria de análise a ser construída e explorada dentro de todo contexto desse estudo.

Então, etimologicamente, o termo “*PERCURSO*” vem do Latim PERCURSUS, “ato ou efeito de percorrer”, espaço *percorrido*, de PER, “por completo, totalmente”, mais CURSUS, “caminho, trajeto” que por sua vez vem do Latim *trajectus*, “atirado, lançado sobre”, participio passado de *trajicere*, “atirar sobre, por cima de algo”. Este verbo é formado por *trans-*, “através, sobre” e *jacere*. (Dicionário Infopédia). Também tem origem do Latim vulgar CAMMINUS, um termo de origem celta, e deriva de uma raiz Indo-Europeia GAM-, que passa a ideia de “deslocar-se, andar”.

O percurso, é então assim, um caminho a ser ou percorrido em que o sujeito o vivencia independentemente de suas escolhas, de sua autonomia construindo um trajeto próprio. Esse trajeto que percorre, as alterações, as conexões, as paradas, assim como as novas partidas, decorre de um ponto, de um início. Tudo seguido a partir das necessidades individuais. O percurso é então vivencial, é experienciado por parte daquele que o percorre. Dessa forma, podemos definir um percurso como sendo o percorrer de um caminho, um trajeto que se dá por determinadas interfaces com vistas a um ponto de chegada, podendo ser vivenciado de maneiras

diversas: construídos, reconstruídos, planejados, delineados ou a partir de algumas especificidades como um trajeto mais curto, mais longo, de forma linear ou com curvas sinuosas, mas sempre com um ponto de chegada, um fim, um resultado que vai incidir sobre novos começos e recomeços. É como “Cingir-se do novo. Surpreender o acaso. Mesmo que necessário. Mudar o passo”. (Trecho da poesia de Jane Alves Leal), quando necessário.

Partindo do pressuposto de que formativo se refere à um formato ou forma, àquele ou àquilo que constitui ou é constituído e ainda, concernente ao aspecto formativo que está associado à formação, à educação, que tem cunho formativo ou pedagógico, o percurso formativo é então, um trajeto percorrido demarcado por diversos aspectos que permeados por processos específicos, delineiam uma trajetória, que nesse caso são os aspectos da formação dos sujeitos e aqui em específico das mulheres que atuam no exercício da liderança comunitária. Essa formação é aqui entendida a partir das diversas concepções encontradas no campo da educação que se origina dos diferentes pressupostos filosóficos e epistemológicos, conforme destaca Porto (2000, p.13):

[...] essas concepções podem ser reunidas em duas grandes tendências: a estruturante, numa configuração tradicional, tecnicista e a interativo-construtivista que se apresenta crítica, investigativa, reflexiva [...] e adota-se a partir dos contextos e necessidades dos sujeitos a quem se destina.

Porto (2000) ao definir conceitualmente o significado de formação, a define como sendo a “ação e efeito de formar, constituir-se, desenvolver-se. Ideias que mantém relação com o estado de busca permanente por saberes diversos que influenciarão na sua atuação. Tal assertiva nos leva a compreender que os percursos formativos das mulheres aqui analisados se relacionam aos processos de formação que perpassam pelo transcorrer das suas trajetórias de vida pessoal e nas vivências coletivas de seu cotidiano, quer seja o educacional formal, a busca por uma formação que esteja associada ao profissional e aqui muito entrelaçada com a ação do campo da educação ou ainda através da autoformação que surge da necessidade de aprimoramento dos conhecimentos necessários pra agir nas diferentes situações que se apresentam, além de outros mecanismos que vai incidir nas suas escolhas, desafios, remetendo-as à necessidade de construir e reconstruir permanentemente possibilidades diversas de saberes e fazeres no agir individual e coletivamente. Assim, compreendemos que os processos formativos acontecem de maneira indissociável da experiência de vida. (PORTO, 2000).

Muito embora alguns estudos apontam para os processos formativos que ocorrem com uma intencionalidade, direcionados a uma formação específica, como podemos referendar no estudo feito por Castro (2013) em seu trabalho de Dissertação de Mestrado cujo título é

EDUCAÇÃO PARA LÍDERES COMUNITÁRIOS: REPRODUÇÃO IDEOLÓGICA OU DEMOCRATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA? Em que objetiva saber se a educação para líderes comunitários, nesse formato, redundou numa reprodução ideológica ou numa democratização das políticas de segurança pública. Para tanto, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, uso de questionários, observação direta e entrevistas formais aplicadas a alguns líderes comunitários que realizaram tais curso. Para a análise desse estudo aborda inicialmente o conceito de Comunidade em que destaca os estudos de Baumam (1925, p. 7) que a compreende como:

Para começar, a comunidade é um lugar “cálido”, um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual esquentamos as mãos num dia gelado. Lá fora, na rua, toda sorte de perigo está à espreita; temos que estar alertas quando saímos, prestar atenção com quem falamos e a quem nos fala, estar de prontidão a cada minuto. Aqui, na comunidade, podemos relaxar – estamos seguros, não há perigos ocultos em cantos escuros (com certeza, dificilmente, todos nós entendemos bem, podemos confiar no que ouvimos, estamos seguros a maior parte do tempo e raramente ficamos desconcertados ou somos surpreendidos. Nunca somos estranhos entre nós. Podemos discutir – mas são discussões amigáveis, pois todos estamos tentando tornar nosso estar juntos ainda melhor e mais agradável do que até aqui e, embora levados pela mesma vontade de melhorar nossa vida em comum, podemos discordar sobre como fazê-lo. Mas nunca desejamos má sorte aos outros, e podemos estar certos de que os outros à nossa volta nos querem bem. (BAUMAM 1925, p. 7).

Esse entendimento de comunidade como espaço da coletividade, onde todos se encontram, se juntam, se protegem, demonstrando que a conectividade sempre está presente e a busca de soluções às inquietações e dificuldades é uma constante para a melhoria de vida em comum. Por conseguinte o autor desse estudo busca compreender o que é e como se dá o processo formativo das lideranças nos cursos de promotor e multiplicador de polícia comunitária, a partir do olhar de cada participante e destaca: “Os líderes comunitários, após terem feitos os cursos, passam a contribuir mais com a segurança pública” (Fala de um cursista).

Segundo o autor, para a maior parte dos entrevistados, após o curso, a pessoa se torna mais ativa em sua comunidade, dialoga e questiona com mais frequência assuntos atinentes à segurança pública e, busca com mais intensidade as soluções para os problemas comuns. A pesquisa identificou também uma parcela significativa de pessoas que participam diretamente de associações de moradores de bairro, sendo que: 3,70% são presidentes dessas entidades e 14,83% são membros. Aponta ainda que um percentual muito elevado também, (77,78%), acreditam que o curso de polícia comunitária contribui com a tomada de decisão pelos líderes de bairros. Outro tópico da pesquisa abordou a questão do “papel do líder comunitário junto a sua comunidade” e, para 81,47% dos pesquisados, ele é muito bem definido. Os ensinamentos explicitam muito bem quais são as funções desse líder na

democratização das políticas de segurança pública. Como resultado, observa-se que de acordo com o olhar dos próprios líderes comunitários, a participação nos cursos não possibilita maior entendimento ou preparação para atuarem na comunidade e em específico na segurança pública, foco da temática.

Partindo desse olhar e relacionando ao nosso objeto de estudo que é o percurso formativo, podemos evidenciar aqui a concepção de processo formativo de lideranças comunitárias a partir de uma intencionalidade e em específico voltados aos cursos formais sistemáticos, planejados, formatados com um fim a ser alcançado. E essa produção, embora tendo um foco na formação de lideranças no contexto da segurança pública e ainda não especificamente no sujeito mulher, mas nos permite e nos interessa aqui uma análise sobre o percurso formativo das lideranças comunitárias apontados pelo autor, a oferta e impacto dos cursos de formação oferecidos a pessoas atuantes nos movimentos comunitários. Abordando o olhar dessas lideranças sobre esses processos de formação com foco na sua atuação, bem como as metodologias dessas formações, além dos aspectos pedagógicos e os resultados destas na sua objetividade.

O autor se fundamentando ainda em CZAJKOWSKI JR (2003), GOLDMAN (1979), TÖNNIES (1979), FREIRE (2003) entre outros autores, refletindo sobre a dinâmica da comunidade na construção de estratégias para solução das problemáticas vivenciadas e análise dos cursos ofertados, a partir da visão ideológica e pedagógica, segundo os interesses do Estado. Outro destaque se refere ao perfil dos líderes comunitários no que tange ao nível de escolaridade relacionadas com a visão da importância, inferências e resultados dos cursos ofertados, sobre o olhar de cada liderança pesquisada, bem como esses resultados associados a autonomia e tomada de decisões na comunidade, em que os líderes tomam para si a responsabilidade da ação pública que seria de responsabilidade do Estado.

Uma outra produção que nos aponta para o caminho da objetivação e intencionalidade do processo formativo é o de Rebollar (2013) na sua Dissertação de Mestrado, sobre os PROCESSOS FORMATIVOS NA OPAN E OS NOVOS DESAFIOS POLÍTICOS-PEDAGÓGICOS em que busca compreender as mudanças e desafios presentes nos processos de formação indigenista vivenciados pela organização não governamental (ONG) OPAN ao longo de quarenta anos (1969 a 2009), cuja uma de suas categorias de investigação é os processos formativos. Para tanto utiliza-se da metodologia de entrevistas a lideranças envolvidas nesse processo e a análise dos relatórios anuais entre outros documentos de interesse, como seminários, atas de assembleias e algumas cartas dos quarenta anos da OPAN.

Inicialmente recorre ao conceito de *Estado Ampliado* proposto por Antonio Gramsci (2011), ou seja, a compreensão de um Estado que não se percebe somente como sociedade política ou aparelhos governamentais, mas que é também sociedade civil organizada e participativa, em relações sociais ancoradas numa dinâmica dialética e permanentemente tensionada, num sistema de correlação de forças na luta hegemônica. Por conseguinte, a autora em seus estudos reflete, por que o processo formativo na OPAN?

E salienta,

Porque é o alicerce da instituição para a interlocução qualificada com os povos indígenas, os quais representam no Brasil uma camada social subalterna e sempre em disputa, principalmente pelas suas visões de mundo diferenciadas e, frequentemente, contrapostas à proposta hegemônica da sociedade envolvente. Entendemos que, ao analisar as mudanças no processo formativo, desde seu viés político e pedagógico, poderemos apontar com maior propriedade os novos desafios que a instituição enfrenta para manter uma ação que vise um projeto hegemônico alternativo. (REBOLLAR, 2013).

Como base de sua fundamentação, aponta Gramsci, (2011, p.13), para quem a educação deve ir além da preparação técnica, deve preparar para pensar, criar, dirigir, para tomar consciência, algo que só é possível promovendo *práxis criativas*, processos formativos que levem à conscientização. A autora destaca ainda que Gramsci (2010) considera todo ser humano intelectual e pretende com isso inscrever as classes subalternas como produtoras de história, portanto, capazes de criar seus próprios intelectuais orgânicos. Gramsci rompe com a lógica que separa e fragmenta o intelectual e o operário, a teoria da prática, o político do econômico, do filosófico, do cultural. Porém, salienta a importância da presença nos coletivos sociais, dos “intelectuais orgânicos” especialistas, os que têm a função de ajudar a analisar, agregar, refletir, teorizar, pesquisar a realidade (crítica e dialeticamente), engajados numa luta concreta, fortalecendo, dessa forma, a vontade coletiva em prol da conquista real de outra hegemonia.

Esses estudos de Rebollar (2013) nos instiga e em parte sua investigação se relaciona com o objeto de estudo ora pesquisado, por trazer uma análise pertinente sobre os processos formativos que envolve os agentes que estão inseridos no contexto dos movimentos comunitários como forma de possibilitar a construção de novos rumos, de novas percepções para transformação da sua realidade social, conforme o que destaca a autora:

Os processos formativos visam, em primeira instância, a superação da subalternidade em prol de novos intelectuais orgânicos que sejam capazes de promover mudanças concretas e coerentes, de forma engajada e comprometida. Uma parcela importante da sociedade civil brasileira, organizada através de movimentos populares, e organizações não governamentais desenvolveram nos anos da ditadura *práxis “contra hegemônicas”* que visavam maior democracia, maior justiça, maior igualdade, produzindo seus próprios intelectuais orgânicos e dirigentes. O diálogo, a “escuta”, a

reflexão crítica, e um horizonte comum de “libertação” fermentavam coletivamente. Este “terceiro setor” que invade o cenário nos anos de 1990, marca um antes e um depois no papel e identidade das ONGs de forma geral. Longe de questionar a estrutura-superestrutura social (o bloco histórico), o “terceiro setor” passa a representar um “voluntarismo” civil, para suprir lacunas do Estado ou do setor privado, em prol de uma suposta “humanização” do capitalismo, sem por isso questioná-lo. (REBOLLAR, 2013).

Essa assertiva nos direciona a refletir sobre o potencial da ação individual e coletiva no contexto dos movimentos organizados, cabendo aqui destacar o olhar sobre a percepção desses próprios agentes envolvidos nesses processos de formação e nesse caso indigenista, *“A formação era o trabalho. Porque minha formação não foi um curso de 15 dias. Eu me formei no trabalho”* (MONTEIRO, entrevista pessoal, 2012). O que nos direciona para compreender que, uma das principais características apontadas no estudo do processo formativo da OPAN se dá a partir desse “estar” local, “era a busca do equilíbrio entre a teoria e prática”. (REBOLLAR, 2013).

Outro aspecto relevante nos estudos se refere a análise sobre a capacidade de multiplicação dos processos formativos entre os próprios dirigentes e a autora traz Torres (2011) que ao analisar sobre essa questão enfatiza as possibilidades de os “movimentos sociais se constituírem em condutores do processo de formação de dirigentes” e, desta forma, gerar condições de construir outro modelo social, nesse novo contexto onde se multiplicam as experiências alternativas, e a articulação em redes, concordamos com ela que “a força atrativa que tem conseguido reunir grupos tão diversos ao debate e articulação de suas forças em prol de uma sociedade distinta é reveladora das potencialidades revolucionárias que vêm sendo acumuladas em todas as partes do mundo”. (TORRES, 2001, p. 102).

A autora se fundamenta ainda no olhar de Schroeder (1995), de Gohn (1970), Gramsci (1978), Montañó (2013), dentre outros autores para enfatizar a importância do fator “escuta” e “diálogos” no processo formativo da liderança – de mim, do eu que preciso conhecer e ser conhecido para estabelecer a troca diferenciada, “libertadora” rumo a construção de novos conhecimentos. Aborda o surgimento e intensidade dos movimentos comunitários a partir dos anos de 1970 e 1980, com destaque para o crescimento do chamado Terceiro Setor que passam a assumir as funções do Estado para dar respostas às demandas sociais e ainda analisa as atividades desses movimentos e das ONG’s. Apresenta uma profunda análise de Gramsci (1978) para abordar esse conceito de Estado ampliado que não se dá somente como sociedade política ou aparelho governamental, mas como sociedade civil organizada e participativa, ancorada na dinâmica das relações dialéticas e permanentes a partir da busca de novas formas de autonomia. Por fim, aponta de forma conclusiva para a

necessidade de ultrapassagem das relações dicotômicas que se estabeleceram na sociedade que se dá basicamente entre: “aculturação e autonomia”; profissionalismo e tecnicismo; “velho” e “novo”; saberes indígenas e ocidentais; processos e resultados; local x regional x global, etc.

Portanto a pesquisa em referência analisa os percursos formativos dos indigenistas da OPAN Operação Amazônia Nativa, localizada no Mato Grosso – de 1969 a 2009, trazendo-nos conhecimentos pertinentes sobre os processos formativos e sua significância dentro das organizações não governamentais. Na produção, embora a autora se atenha aos percursos formativos em uma comunidade indígena, mas o foco desses processos formativos são os membros que atuam na liderança desse movimento. É o que podemos evidenciar em outros estudos já elaborados sobre percurso formativo em destaque nas produções acadêmicas. Diversas pesquisas e em diferentes campos do conhecimento tem sido publicadas sobre essa temática, cujo conteúdo discorre sobre variadas formas e entendimento sobre percurso formativo, a exemplo de mais um estudo que apresentamos a seguir, mais um resultado de buscas que nos possibilitou analisar e compreender os olhares que tem sido construídos sobre essa categoria.

Assim, destacamos a produção de Silva (2007) com o Título “PERCURSO FORMATIVO DE PESQUISADORA: Pesquisa, Formação e Produção de Conhecimento”, que objetivou apresentar as trilhas do seu percurso acadêmico e no trabalho docente, além da sua experiência vivida no interior do Grupo de Estudos Qualitativos Formação de Professores e Prática Pedagógica em Educação Física de Ciências e Esportes da UFRS. Ao discorrer sobre o percurso formativo e seus desdobramentos no exercício da pesquisa e no trabalho docente, concentra na sua trajetória formativa de pesquisadora e docente e nas suas principais aprendizagens ao longo desse processo. No seu estudo comunga com a afirmativa e destaca que percurso formativo são experiências de formação que, de algum modo, transformam identidades e subjetividades (JOSSO, 2004). Afirma que “tais experiências são tão diversas que a maneira mais geral de descrevê-las pode consistir do ato de falar de acontecimentos, de atividades, de situações ou de encontros, que servem de contexto para determinadas aprendizagens”.

Nesse mesmo caminho, Faria (2008), na sua dissertação de mestrado, cujo título é “O PERCURSO FORMATIVO DOS PROFESSORES/PESQUISADORES DA EJA NA CONTEMPORANEIDADE em que discute o processo de formação dos Professores(as) pesquisadores(as) da EJA, analisa o contexto das Universidades e os processos nos Centros de

Pesquisas, assim como os desafios vivenciados durante seu percurso formativo. No seu estudo ao tratar desse processo de formação dos professores (as) pesquisadores(as) da EJA, aponta como ele ocorre assim como as limitações da formação inicial e continuada, perpassando pela análise do contexto das Universidades e seus atuais desafios. Trata sobre a construção dos sujeitos e nesse aspecto dialoga com Hall (2002) para quem o sujeito não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente, mas é contraditória, constantemente deslocada e enraizada.

Um outro estudo que consideramos relevante é o de Roque (2012) que no seu trabalho de conclusão de Mestrado em Administração Educacional produziu estudos sobre “PERCURSOS FORMATIVOS AO LONGO DA VIDA: Três percursos, três histórias de vida. No referido estudo a autora faz uma incursão pelos percursos, trajetos e vivências de três pessoas adultas que interromperam seu percurso escolar. Na investigação busca conhecer as representações dos sujeitos do estudo sobre o seu percurso escolar e os efeitos e resultados da frequência de um curso de educação e formação na fase adulta, em termos pessoais, formativos e profissionais, utilizando-se da história de vida como estratégia para a análise.

A autora faz essa análise partindo do conceito e paradigma da educação ao longo da vida numa perspectiva global a partir da ideia de formação permanente, utilizando das análises de Delors (1996, p.90) ao destacar que “[...] a educação ao longo da vida, [...] deve fazer com que cada indivíduo saiba conduzir o seu destino [...]. Destaca ainda que todos podem experimentar diversas situações educativas [...]”. “A educação ao integrar o informal no formal corresponde assim a uma produção constante de sociedade que passa a ser inteiramente responsável por ela, e se transforma através dessa mesma educação”. (DELORS, 1996, p. 100).

Aponta que a educação ao longo da vida significa um aprender que encontra formas de desenvolver, em permanência, as competências necessárias nas diferentes esferas da vida, obedecendo uma lógica de construção distinta da que é traduzida no contexto educativo formal. Assim nesse caso, a investigação apontou que a aquisição do conhecimento se dá no curso da Educação e Formação de Adultos – EFA em processo permanente e não em um período limitado da vida.

Outro aspecto pertinente e evidenciado nesse estudo se refere ao Memorando sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida (Comissão das Comunidades Europeias, 2002) que enfatiza e sublinha a valorização da aprendizagem em si mesma, independente das modalidades e dos contextos em que tem lugar. Perpassa pela reflexão e conceito de aprendizagem ao longo da vida, sobre as competências e o olhar dos adultos envolvidos na pesquisa sobre seus percursos formativos relacionados ao processo de aprendizagem e formação, através de suas histórias de

vida, analisando e refletindo sobre o sentido que cada um/uma dá aos seus percursos e elementos que caracterizam sua formação com contundente análise sobre o abandono escolar e incursão nos cursos EFA, bem como a qualificação profissional e as situações de aprendizagem, como enfatiza Roque (2008),

As aprendizagens dos adultos não se limitam aos espaços e tempos institucionalizados, pois a vida é em si mesma um contexto de aprendizagem, onde se fazem e pensam as experiências; os adultos aprendem, e constroem os seus saberes e competências a partir de uma multiplicidade de situações e de contextos (formais, não formais e informais) que constituem a sua história de vida. (ROQUE, 2008, p.19).

O autor ainda, destaca,

A aprendizagem ultrapassa os limites espaço-temporais das instituições tradicionais de educação/formação (escolas, centros de formação, universidades), e desenvolve-se ao longo da vida ativa, para além dos espaços/ tempos formalizados. Diversificam-se os contextos e os processos de aprendizagem, e reconhece-se a emergência da Sociedade do Conhecimento, marcada por novas formas de produzir, utilizar e difundir o conhecimento. (ROQUE, 2008, p.20).

E nessas assertivas destacamos exatamente a intrínseca relação desse estudo com os achados teóricos da investigação que ora nos lançamos sobre os percursos formativos das mulheres líderes comunitárias ao que concordamos com os achados até aqui destacados da maneira como ocorre o percurso e como se dá os processos formativos dessas mulheres.

Outra análise bem pertinente para essa pesquisa se refere ao trabalho de Santos (2007) na Dissertação de Mestrado cujo título é “FORMAÇÃO CONTINUADA E PROFESSORES DE ESCOLAS COMUNITÁRIAS: Sentidos do percurso formativo”. Em seu estudo refletiu sobre a formação continuada e professores que atuam em escolas comunitárias com um foco voltado para seus percursos formativos a partir do olhar das próprias professoras sujeitos da investigação. Esse estudo tem como objetivo compreender os sentidos atribuídos aos percursos formativos e experiências vividas pelas professoras capitadas através de suas narrativas. A autora traça essa investigação a partir de sua própria trajetória enquanto aluna e professora, destacando que um “percurso não é linear; ele tem rupturas, é complexo, possui (des) continuidades, é singular”. Enfatiza ainda que: “os percursos formativos também são assim, singulares”. São os sujeitos que os constroem com as suas experiências e vivências, individuais e coletivas, mas são os que também formam as pessoas. E referenda em Moita (1992, p.115): “Um percurso de vida é assim um percurso de formação, no sentido em que é um processo de formação”. Indo mais além, Moita (1992), destaca,

[...] processo de formação pode assim considerar-se a dinâmica em que se vai construindo a identidade de uma pessoa. Processo em que cada pessoa, permanecendo ela própria e reconhecendo-se a si mesma ao longo da sua história, se forma, se transforma, em interação. (MOITA, 1992, p.114).

O que nos leva a enfatizar que a partir desses estudos, podemos concluir que para a compreensão dos percursos formativos é necessário entender que estes perpassam pela construção da identidade. Então, “Compreender como cada pessoa se formou é encontrar as relações entre as pluralidades que atravessam a vida”. (Moita, 1992, p.114).

4 NOVAS PERCEPÇÕES EMBRIONÁRIAS: o movimento comunitário em movimento

Figura 4 - O movimento



Fonte: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br>

O MOVIMENTO

“A vida leva. Mas onde e como? É na exploração desse continente obscuro da autoformação ao longo da vida...”

(PINEAU, 2006)

A descoberta é sempre o primeiro passo para o desbravar de novas conquistas, e é assim na vida de um novo ser, as descobertas, mudanças, transformações são como um veraz percurso que nos remete a concepção de novos momentos como o que trazemos nessa efígie, metaforizando essa nova fase da vida, das novas percepções embrionárias associada a um novo ciclo do ser, rumo aos novos caminhos e descobertas para mudança e transformações de realidades, nos levando a compreender que *“A vida leva. Mas onde e como? É na exploração desse continente obscuro da autoformação ao longo da vida...”* (PINEAU, 2006). Tal aspecto nos demonstra como inicia as concepções desse ser em movimento, que saindo do lugar comum, de um determinado habitat, se movimenta, construindo uma variação de posição espacial que vai de um ponto ao outro, construindo seu próprio trajeto, seu movimento ao longo do tempo e assim construindo novas percepções.

Esse movimento e em específico a trajetória do movimento comunitário pode ser aqui entendida como essas novas percepções que se configura nessa efígie como a coragem humana para o enfrentamento cotidiano, de permanentes buscas, de aprendizagens diárias, de pensamentos ativos, de criações e ações, buscando no desconhecido o alcance do possível, sem nunca parar, sem deixar de ir, num movimento interminável e evolutivo de alcance de novas conquistas. A partir do travamento de diversas lutas, os seres trazem à tona outras práticas humanas capazes de construir um processo que integra cada ser, integra as pessoas numa unicidade, na dinâmica extraordinária da criação humana, o movimento do ser, buscando o fortalecimento da sua capacidade de ser, de ir, de vir, de crescer.

Assim se deu o princípio do movimento comunitário, que tem sua gênese num contexto de extrema necessidade de busca, de reinvenção, de autoformação, de outras possibilidades de soluções para as inquietudes sociais vigentes. E é no contexto de efervescências sociais que o movimento comunitário vai se constituindo, vai se moldando e fazendo (re)descobrir perspectivas capazes de mover as pessoas para o enfrentamento dos problemas vivenciados pela população residentes nos bairros mais empobrecidos e, através de iniciativas individuais que aglutinam e mobilizam pessoas para as ações coletivas, para a construção de um novo viés de estratégias e possibilidades, a partir da tomada de consciência em que os envolvidos passam a compreender e identificar as diversas raízes dos problemas sociais e no trajeto de novas descobertas, traçam suas estratégias de desenlace dessas problemáticas que insere-se sobretudo, questões relacionadas a saúde pública, educação, falta de emprego, moradia e tantas outras, possibilitando a busca de uma chamada promoção de cidadania para todos.

Podemos considerar que o movimento comunitário, assim como essa fase pós-embrionamento, é uma ação em constante movimento, um permanente processo de amadurecimento rumo ao direito a vida, a formas de vida independente, que embora presa por cordões umbilicais e no caso do movimento comunitário, às amarras das dificuldades burocráticas dos campos sociais, ainda assim seu desenvolvimento se processa pela altivez, força e formação permanente de seus atores e protagonistas nas e das lutas sociais.

4.1 O movimento comunitário e sua trajetória

Ao adentrar na trajetória do movimento comunitário, cabe aqui uma breve discussão sobre duas categorias imprescindíveis para o surgimento deste, trata-se dos termos democracia e participação que constitui o caminho para essa trajetória dos movimentos sociais e por conseguinte o movimento comunitário. Então discorrer, sobre democracia e participação é afirmar que esses dois aspectos e suas concepções presentes no contexto social estão umbilicalmente ligados um ao outro. São categorias que nos permite pensar, verbalizar e mobilizar os agentes sociais para uma organização social, coletiva e política. Para que essa organização aconteça é necessário o engajamento, a participação que permite às pessoas a tomada de consciência para o seu envolvimento e decisão em determinada ação, incidindo nas mudanças ou alteração das realidades vivenciadas.

Participar por si só já é um termo significativo por possibilitar ao sujeito tomar parte em algo, envolver-se e a partir daí, agir. E nesse rumo, a participação social vai mais além, por significar a “distribuição de poder entre os membros de uma comunidade” (PINTAUDI, 2007), permitindo a influência desse sujeito nas diversas formas de organização da sociedade, bem como a maneira como se integram, discutem e se relacionam nos seus diferentes grupos sociais como forma de dialogarem sobre assuntos, estratégias que envolvem suas realidade de vida. Porém, no exercício da vivência em sociedade, especificamente no Brasil, no que se refere a participação político social nem sempre se deu dessa forma, pois está intrinsicamente ligada à democracia, ou ao estado democrático, a primeira estando inserida na segunda e que em um largo período da história foi retirado o direito ao exercício da democracia, da participação popular. Momento, sobretudo que o país vivenciou dura repressão com a Golpe Militar de 1964, em que foram cerceados os direitos à participação nos mais diferentes movimentos sociais principalmente das camadas sociais em minoria e em efervescência de suas lutas como das mulheres, negros, estudantes entre outros.

Os registros históricos nos mostra que houve então uma ruptura em que foram ceifados os laços de associativismo, das ações coletivas, das experiências democráticas de participação popular tanto no campo quanto na cidade. Porém, a partir dessa forte repressão é que os movimentos partiram para sua reorganização, mobilização e enfrentamento no campo das lutas sociais e essa realidade foi se modificando para a volta de um regime democrático constituído na atual organização social brasileira em que teoricamente o controle social é exercido pelo povo e que nos garante direitos de cidadania e a busca por igualdade e justiça social, sobretudo a partir da participação popular.

Aqui reside o contraditório, pois, observa-se os entraves e dificuldades que ocorrem para de fato essa participação social acontecer tal e qual seu significado. A dificuldade se encontra exatamente no vivenciar essa participação, conforme destaca Pintaui (2007): *“sociedad y estado tienen objetivos contradictorios en lo que respecta al poder. Y hay grados de subordinación al estado muy distintos entre miembros de una comunidad local”*. Ou seja, apesar de existir uma pseudo participação social, não há efetiva autonomia aos sujeitos, dada as dificuldades e entraves burocráticos que ocorrem nas mais diferentes formas, a partir da ação do Estado que em sua maioria é opressor. Podemos assim considerar que há uma tímida participação social dos sujeitos nos diversos espaços já conquistados por direito, e aqui o destaque se dá na efetivação desses direitos no que pese sobre a garantia das políticas públicas sociais.

Touraine (1989) ao fazer uma análise sobre essa questão, situa a democracia e o sujeito social no contexto da sociedade, destacando que na ampliação de um, também é a ampliação do outro. Para o autor, a democracia não se efetiva ou se materializa no conjunto das garantias institucionais e formais, mas sim representa a luta dos sujeitos, na sua cultura e sua liberdade, contra a lógica dominadora dos sistemas sociais. Pensando dessa forma, a mobilização e luta desses sujeitos resulta na manutenção de sua memória, combinando o pensamento racional, a liberdade pessoal e a sua identidade cultural. Nesse sentido, a democracia passa a trilhar caminhos distintos, criando espaços para a participação social cada vez mais perceptível de um lado, e do outro, garantindo o respeito às diferenças individuais e o pluralismo de ideias. A democracia passa a ocupar então o centro do debate tanto no que se refere às suas diferentes interpretações teóricas, como nos modelos operacionais que são desenhados e executados na prática cotidiana das organizações, dos movimentos da sociedade civil e nas políticas públicas. Esses dois movimentos são fundamentais no enlace entre participação e democracia.

Eis que nesse emaranhado de obstáculos para essa participação social no sentido de conquistar direitos e da manutenção dessas conquistas, surgem os movimentos sociais que se configuram como sendo os meios e estratégias, vivenciadas pelos sujeitos para enfrentamento das desigualdades sociais existentes, como bem destaca Touraine (1989),

Não é o papel dos pobres como trabalhadores, como cidadãos ou como membros de uma comunidade que dá a este tema a importância que tem; não é o que fazem, mas o que sofrem; não é o que possuem, mas aquilo de que são privados[...]. Sua miséria, a exclusão e a repressão que eles sofrem; não é o que possuem, mas aquilo de que são privados [...]. Sua miséria, a exclusão e a repressão que eles sofrem é que dão ao seu protesto um valor fundamental. Porque é quando os problemas da vida privada e os da vida pública se unem da forma mais intensa para dá origem a um protesto cujo objetivo é a defesa da vida. (TOURAINÉ, 1989, p. 276).

E esses enfrentamentos se dão numa intervenção direta por parte dos indivíduos de grupos minoritários que se mobilizam para ingerir-se nos contextos políticos e sociais quando suas necessidades não são supridas pelo Estado, passando essas necessidades a serem representadas ou reivindicadas pelos movimentos sociais. Ou seja, a partir dos interesses individuais e/ou coletivos, os agentes sociais se organizam politicamente em grupos associativos e passam a produzir ações em busca dos seus anseios, agindo como agentes construtores que traçam, (re) organizam e mobilizam outro/as para alterar, mudar ou até transformar algum aspecto do seu entorno social, como afirma o próprio autor,

Um movimento social é a combinação de um conflito com um adversário social organizado e da referência comum dos dois adversários a um mecanismo cultural sem o qual os adversários não se enfrentariam, pois poderiam se situar em campos de batalha ou em domínios de discussão completamente separados. (TOURAINÉ, 2006a, p. 18-19).

Alguns autores em seus estudos, conceituam e definem movimento social, de diferentes aspectos. Tomemos inicialmente Karl Marx (1982) que dedicou grande parte de sua vida a estudar a sociedade e o capitalismo, bem como a forma em que as pessoas se relacionam na construção da chamada superestrutura social, para quem a dinâmica da ação social e coletiva, estando embutida aí os movimentos sociais, possuam uma explicação racional, alicerçada nos modos de produção e que se estes variarem e qual tal feito ocorrer, também varia a sociedade. Dessa forma a sociedade se configura como uma variável que depende do movimento dos modos de produção. Marx afirma que,

Em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e influência sobre as outras. É uma luz universal de que se embebem todas as cores, e que as modifica em sua particularidade. É um éter especial, que determina o peso específico de todas as coisas emprestando relevo ao seu modo de ser. (MARX, 1982, p. 180).

Já ao retomarmos os conceitos de Alain Touraine (1973) evidenciamos que em cada sociedade existe um movimento social que encarna não uma simples mobilização, mas um projeto de mudança social e que este possui, para além de vivenciar conflitos, uma aspiração ao controle do movimento na história e afirma ainda que “movimentos sociais são a ação conflitante de agentes das classes sociais, lutando pelo controle do sistema de ação histórica”. Para este autor, os movimentos sociais se dá a partir dos seguintes princípios: Princípio de identidade: que corresponde à autodefinição do ator social e a sua consciência de pertencer a um grupo ou classe social. Um movimento social só pode se organizar se essa definição for consciente, entretanto a formação do movimento precede essa consciência. É o conflito que constitui e organiza o ator; Princípio de oposição: um movimento só se organiza se puder nomear seu adversário, mas a sua ação não pressupõe essa identificação.

Assim, para Touraine (2006),

Um movimento social é a combinação de um conflito com um adversário social organizado e da referência comum dos dois adversários a um mecanismo cultural sem o qual os adversários não se enfrentariam, pois poderiam se situar em campos de batalha ou em domínios de discussão completamente separados. (TOURAINÉ 2006a, p. 18-19).

O conflito faz surgir o adversário, forma a consciência dos atores; e Princípio de totalidade: os atores em conflito, mesmo quando este seja circunscrito ou localizado, questionam a orientação geral do sistema. Um movimento social não é inteligível senão na luta, tendo em vista o "controle da historicidade", isto é, dos modelos de conduta a partir dos quais uma sociedade produz suas práticas. Mas, o próprio Touraine (2006) nos alerta para a seguinte questão:

É necessário não aplicar a noção de movimento social a qualquer tipo de ação coletiva, conflito ou iniciativa política [...]. O essencial, aqui, é reservar a idéia de movimento social a uma ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação social generalizada. [...] Só há movimento social se a ação coletiva – também ela com um impacto maior do que a defesa de interesses particulares em um setor específico da vida social – se opuser a tal dominação. (TOURAINÉ, 2006, p. 18-19).

Para o sociólogo Manuel Castells (1996), ao enfatizar sobre o papel dos movimentos sociais, destaca que estes resultam da articulação de um conjunto de forças definidas e pela inserção de agentes que funcionam como suportes tanto na estrutura urbana como na estrutura social, culminando com suas transformações. Para Castells, os movimentos sociais, sobretudo os urbanos, funcionam como um “sistema de práticas contraditórias, isto é que convertem a ordem estabelecida, a partir das contradições específicas da problemática urbana”. Ressalta ainda a importância de compreender os movimentos sociais em seu processo de formação, dinâmica, valores e perspectivas de transformação social e destaca,

Ao longo da história, os movimentos sociais foram e continuam a ser as alavancas da mudança social. Geralmente se originam de uma crise nas condições de vida que torna insustentável a existência cotidiana para a maioria das pessoas. São induzidos por uma profunda desconfiança nas instituições políticas que administram a sociedade. (CASTELLS, 2013, p.127).

E ainda enfatiza que,

O verdadeiro objetivo desses movimentos é aumentar a consciência dos cidadãos em geral, qualificá-los pela participação nos próprios movimentos e num amplo processo de deliberação sobre suas vidas e seu país, e confiar em sua capacidade de tomar suas próprias decisões em relação a classe política. (CASTELLS, 2013, p.139-140).

Já para Montañó e Duriguetto (2011) os movimentos sociais se dão em duas frentes: a dos movimentos clássicos e mais recente os “novos movimentos sociais” “NMS”. Os movimentos sociais clássicos estão ligados à luta de classes, que por sua vez estão vinculados à contradição, capital/trabalho. Surgem em meados do século XVIII da luta dos trabalhadores através do movimento sindical. Esses movimentos advêm do contexto da Revolução Industrial em que emergem diferentes meios de produção e divisão do trabalho, com eles, outras formas de exploração como a jornada de trabalho e suas piores condições, sobretudo no que se refere às mulheres e crianças, passando a surgir mecanismos organizacionais, tanto dos meios de produção como da organização do trabalho. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). Todo esse processo contribuiu para o avanço e proliferação em várias partes do mundo, das associações sindicais que mesmo com forte opressão do Estado continuaram crescente, conforme destacam:

Consideramos que as ‘lutas sociais’, inclusive aquelas orientadas mais diretamente às manifestações e não ao cerne da ‘questão social’, representam desdobramentos das ‘lutas de classes’, mesmo tendo objetivos imediatos [...]. Mas na medida em que essas diversas ‘problemáticas’ são manifestações, sequelas da ‘questão social’, ou seja, fundadas na contradição capital-trabalho, as lutas desenvolvidas em torno delas não podem ser entendidas realmente se desconsiderarmos tal contradição fundante do MPC, se autonomizarmos ou isolarmos da ‘questão social’ suas manifestações (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011, p. 119).

No Brasil essas lutas e movimentos não são de um período mais recente, se dão ainda na era colonial em que as diferenças de cor de pele, de classe e até de religião definiam as categorias sociais entre os que detinham regalias e direitos e os inclusos no processo de total exclusão, originando as desigualdades e por conseguinte insatisfações e permanentes conflitos sociais, como destaca Gohn (2000)

A maioria das lutas e movimentos no Brasil Colônia foi empreendida por negros escravos e pela plebe, vulgo "ralé". Eram os indivíduos pobres e livres. A categoria "povo" na época colonial era dada aos comerciantes e artesãos. No topo da pirâmide social estavam os senhores de engenho, os militares e funcionários graduados e o clero. Eles eram seguidos pelos lavradores, grandes mercadores e artesões. Os pobres

livres eram os penúltimos, pois os últimos eram os cativos, os escravos. (GOHN, 2000, p. 15).

E esses conflitos foram diversos, com as mais diferentes causas e localidades como bem enfatiza Gohn (2000),

Eis uma lista das lutas mais famosas no Brasil Colônia e na fase do Império: Zumbi dos Palmares (1630-1695), Inconfidência Mineira (1789), Conspiração dos Alfaiates (Minas, 1798), Revolução Pernambucana (1817), Balaiada (Maranhão, 1830-1841), Revolta dos Malés (Bahia, 1835), Cabanagem (Pará, 1835), Revolução Praieira (Pernambuco, 1847-1849), Revolta de Ibicaba (Estado de São Paulo, 1851), Revolta de Vassouras (Estado do Rio, 1858), Quebra-Quilos (Pernambuco, 1873), Revolta Muckers (Rio Grande do Sul, 1874), Revolta do Vintém (Rio de Janeiro, 1880), Canudos (Bahia, 1874-1897, massacrada pelas forças da República. (GOHN, 2000, p. 15).

Mas adiante, outras lutas e movimentos passam a surgir a partir de novas necessidades, como em meados de 1889-1930 ainda na República Velha com a constituição do movimento operário e da própria classe trabalhadora, tendo como ponto inicial a chegada dos imigrantes europeus que influenciaram nas novas concepções políticas e ideológicas dos trabalhadores brasileiros e, sobretudo nas formas de organização de suas lutas que culminou com a fundação de diversas associações e partidos políticos, fazendo emergir um “novo sindicalismo” com diferentes movimentos associativos populares de bairro e rural que tiveram forte influxo das Comunidades Eclesiais de Base², as CEBS da Igreja Católica. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Já os “novos movimentos sociais” afloram a partir dos anos de 1960 como alternativa ou complementariedade aos movimentos de classe tradicionais, com sua atuação fora da esfera do trabalho e da produção, sendo uma nova forma de contestação de lutas sociais. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). Esses autores defendem que o surgimento desses “NMS” pode ser entendido como parte dos processos de ofensiva dos trabalhadores, das suas estratégias revolucionários de resistência às ditaduras militares, que inspirados no *Maio Francês* ocorrido em 1968 na França com a aliança entre trabalhadores e estudantes, promoveram importantes mobilizações e manifestações político-ideológica progressistas, com

² As Comunidades Eclesiais de Base surgem como novo modo de ser da Igreja Católica nos anos 60 no seio das classes populares do Brasil. As CEBS são grupos de pessoas que se reúnem em vários espaços sociais para refletir, nutrir e celebrar sua vida de fé. Essas comunidades de aglutinam e lutam juntos por várias frentes de lutas como, melhorias no bairro, conquista da terra ou da moradia, uma vida melhor. São eclesiais porque o eixo em torno no qual giram é a palavra de Deus, o uso da Bíblia dentro da realidade conflitiva em que vivem, a comunhão com a Igreja, da qual são células vivas. São de base porque integradas por subempregados, aposentados, jovens, lavradores, operários, donas de casa, em fim gente pobre e oprimida que forma a base da sociedade (BETTO, 1991, p.152).

influência em várias partes do mundo. Esses acontecimentos inspiraram e fez emergir a necessidade de busca a novas alternativas aos movimentos sindicais, contribuindo assim para o seu surgimento e avanço mundial.

Compreender esse surgimento perpassa por uma breve análise histórica do seu percurso que se dá com o avanço do capitalismo no Continente, passando a ser crescente a relação de dependência entre os países centrais, além da subordinação e condições de dominação economicamente dos países periféricos, ou seja, se institui o *neocolonialismo* que é exatamente o predomínio econômico cultural e político de um país sobre o outro menos desenvolvido. Esse contexto decorre a partir do desenvolvimento dos processos de industrialização que modifica as estrutura sociais e, de um lado possibilita a ascensão de novos modelos de hegemonia do poder dominante e do outro, a construção de estratégias de resistência que passa a estimular o crescimento e fortalecimento dos movimentos sociais, das lutas de classes, favorecendo as diversas maneiras organizacionais dos movimentos sociais para o enfrentamento das situações postas. Nesse sentido, diante de todo contexto de avanço do capitalismo mundial que acelera o processo de crescimento das desigualdades sociais, emergem novas formas de contestação e de lutas a partir dos “NMS”, trazendo outros aspectos de reivindicações e de protestos,

[...] como o de colocarem no cenário político temas como as questões de gênero, de raça, etnia, religião, sexualidade, ecologia, as referentes à esfera da reprodução social – os bens de consumo coletivo: saúde, educação, transporte, moradia etc. –, o que contribuiu para revelar que as condições da reprodução do capital ultrapassam seu simples movimento econômico para se estender à totalidade das condições sócias de existência. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 266).

No entendimento de Maria da Glória Gonh (2001) em seus estudos ao analisar os movimentos sociais, destaca que

[...] são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Retomando essa trajetória no Brasil, a história dos movimentos sociais caminha de forma interligada com a História do Brasil. História essa demarcada por intensas lutas e revoltas populares nas diferentes situações. Mas, é a partir do Golpe de 64 em plena Ditadura Militar que efervescem os movimentos sociais em oposição a esse regime ditatorial. Após o Golpe foi

necessário uma ampla e forte mobilização para construção de estratégias de enfrentamento e resistência à manutenção da luta social, mas especificamente através do movimento estudantil e a classe operária que a partir de suas organizações e sindicatos, além das CEBs, esses movimentos foram se fortalecendo e formando uma massa de combate organizada alavancando cada vez mais novas frentes de movimentos. (GOHN, 2011), conforme a autora destaca,

No final dos anos 70 no Brasil, quando se falava em novos movimentos sociais, em encontros, seminários e colóquios acadêmicos, tinha-se bem claro de que fenômeno se estava tratando. Era sobre os movimentos sociais populares urbanos, particularmente aqueles que se vinculavam às práticas da Igreja Católica, na ala articulada à Teologia da Libertação. A denominação buscava contrapor novos movimentos sociais aos ditos já velhos, expressos no modelo clássico das sociedades amigos de bairros ou associações de moradores. O que estava no cerne da diferenciação eram práticas sociais e um estilo de organizar a comunidade local de maneira totalmente distinta [...] A categoria teórica enfatizada era a da autonomia. Na realidade tratava-se mais de uma estratégia política embutida no olhar sobre os movimentos populares, pois se reivindicava um duplo distanciamento. De um lado em relação ao Estado autoritário. De outro lado em relação às práticas populistas e clientelistas presentes nas associações de moradores, nos sindicatos e nas relações políticas em geral (o corporativismo era também negado como prática não-democrática e impeditivo para a manifestação das novas forças sociais que estavam sufocadas no cenário de um regime militar autoritário) (GOHN, 1997, p. 281-3).

Assim, já no trajeto dos “novos movimentos sociais” ao buscar construir uma sociedade mais igualitária, com menos injustiças sociais e acesso igualitário a direitos, vivemos a partir dos anos 1990 um novo ciclo de ação coletiva baseada não somente na contestação-pressão dos anos 1970, ou na pseudonegociação dos anos 1980, porém, “em práticas que envolvem um agir coletivo” (GOHN, 2001, p. 84). E é exatamente nesse contexto de conflitos e lutas do novo milênio é que ocorre a retomada do movimento popular urbano de bairros, ganhando força e favorecendo a constituição de redes associativas por setores populares. Nesse momento é fundada formas diferenciadas de contestações com uma cultura política de base local onde as formas de mobilização dependem de relações de sociabilidades que culmina com o surgimento de diferentes organizações sociais. Esse conjunto de redes dá origem a verdadeiras comunidades políticas nas quais os atores sociais buscam concretizar seu direito a ter direitos (GOHN, 2001).

Com o processo de industrialização há o crescimento urbano exponenciado pela migração da população que contribuiu com o surgimento de grandes aglomerados de bairros periféricos desprovidos dos bens de consumo coletivos e equipamentos sociais necessários à qualidade de vida da população, tais como ausência de transporte coletivo, do sistema de saúde, do saneamento básico, iluminação, escolas, habitação etc., o que passa a dar lugar às lutas coletivas. Esse processo avança em meados de 1970 quando passam a surgir mais

especificamente os movimentos populares que se mobilizam e se organizam localmente através dos Clube de mães, nos grupos de jovens, de mulheres, de educação popular, nas associações de moradores, como bem destaca Gohn (2000),

[...] o novo sujeito que surge é um coletivo difuso, não-hierarquizado, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico de seus efeitos nocivos, a partir da fundamentação de suas ações em valores tradicionais, solidários, comunitários. Portanto, a nova abordagem elimina a centralidade de um sujeito específico, predeterminado, e vê os participantes das ações coletivas como atores sociais” (GOHN, 2000, p.123).

Essa assertiva fica evidenciada no relato de uma das mulheres lideranças entrevistada,

Eu iniciei através da Igreja Católica, participando de Grupos de Jovens da Igreja São Paulo, localizada na minha comunidade. Passei a representar a Igreja na Pastoral da Juventude, da Catequese, depois no Conselho Comunitário. Ingressei aos 17 anos nesta Entidade como colaboradora e depois professora e me identifiquei com os trabalhos aqui desenvolvidos, estando até hoje como representante legal e dirigente. Encerrei um mandato de 04 anos, fui reeleita e estou no 2º mandato. (AQUALTUME).

Esses movimentos de bairro nascem a partir das fortes contribuições da *Teoria da Libertação*³ da Igreja Católica através das *Comunidades Eclesiais de Bases – CEBs* com as Pastorais Populares que conforme já destacado se organizavam nas Igrejas ou nas próprias associações de moradores, constituindo formas associativas “comunitárias”, despertando seus seguidores e militantes para a luta política nos mais diversos contextos sociais e em específico nas comunidade. Eles vão se constituindo, se estruturando e institucionalizando a partir de interesses e das necessidades evidenciadas por seus próprios integrantes no interior das comunidades, que a propósito, cabe aqui alguns entendimentos: O termo Comunidade, vem do Latim *communitas*, que se refere a “comunidade, companheirismo” ao que é “comum, geral, compartilhado por muitos, público”. Tem seu surgimento referendado na ação da Igreja Católica com contextos de definições variados como o que define Max Weber (1973, 140-143) em seus estudos sobre comunidade, apontando que esta se refere a “Uma relação social quando a atitude na ação social - no caso particular, em termo médio ou no tipo puro – inspira-se no sentimento subjetivo (afetivo ou tradicional) dos partícipes da constituição do todo”.

Para Ferdinand Tönnies (1995, 239) “a onde quer que os seres humanos estejam ligados de forma orgânica pela vontade e se afirmem reciprocamente, encontra-se alguma

³ Teologia da Libertação nasce das CEBs surgidas na América Latina a partir dos anos 60. É a reflexão da fé dos pobres, dentro de suas lutas por libertação, que produz as bases da Teologia da Libertação. Porém foi sistematizado pela primeira vez pelo teólogo peruano Gustavo Gutiérrez, em 1971, em sua obra *Teologia da Libertação* (Petrópolis, Vozes). A Teologia da Libertação é um novo modo ou método de ser fazer teologia. Ou um novo olhar sobre as fontes bíblicas da revelação cristã e a tradição da Igreja. Esse modo, esse método e esse olhar têm um centro ou lugar social: os pobres (BETTO, 1991, p.172).

espécie de comunidade”. No olhar de Banck (1990:74), a comunidade é vista como “a identidade de uma população definida pela proximidade física, pelo interconhecimento e por problemas ou questões comuns relativas a um local”.

Nesse sentido, o envolvimento, engajamento e participação dos indivíduos com as situações existentes dá origem aos organismos sociais através do trabalho “comunitário”. Em sua maioria essa ação é voluntária, ou seja, sem ganho material ou mesmo financeiro e está ligado a valores como a “solidariedade”, o “amor ao próximo”, “as pessoas”, “a humanidade”, valores bastante difundidos pela Igreja, o que pode ser compreendido como uma ação de militância que é a “adesão” à determinada “causa” e engajamento continuado dela sem interesse econômico. (GRAXIE, 1997, p. 130; 2005, p. 161). E estão relacionadas às formas socialmente consagradas de atuação feminina, ou seja, as mulheres aderem mais naturalmente e de forma voluntária assumindo a liderança dos problemas sociais, quer seja em defesa da família, da infância ou das pessoas de modo geral.

Assim tem se dado especificamente no Brasil, em que nos diferentes momentos pontuais da história sobretudo, no período da redemocratização, surgem importantes movimentos de denúncias, de enfrentamentos dos diversos problemas sociais que despertam indivíduos para se mobilizarem, se organizarem para as lutas e para avançar sobre as problemáticas que afetam toda a população, mas em específico foram as mulheres que, a partir das organizações sociais e comunitárias estiveram na militância, como destacaremos alguns a seguir:

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua que denunciava e lutava pela cidadania e os direitos das crianças e adolescentes, Movimento de Moradia Popular que defendia o direito à moradia digna, Movimento pelo alto custo de vida que denunciava os altos preços e custo de vida, e ainda a proliferação do Movimento das Associações de Moradores ou de Amigos do Bairro que passou a assumir várias frentes de lutas na esfera dos bens de consumo coletivo. Em meio a esses ativistas de diversos segmentos no campo dos movimentos através das ONG's que compunha o MNMMR, em sua maioria estavam as mulheres levantando suas bandeiras de lutas como educadoras sociais, militantes que passaram a fazer um grande levante e assumiram também essa frente de luta, inclusive do lugar de mãe de parte das crianças que se encontravam em situação de rua, pautando também as questões de gênero e a situação das meninas na rua.

Esses e outros importantes movimentos nas suas diferentes áreas de atuação, demarcaram o contexto das lutas sociais no Brasil. Assim, “Os movimentos geram uma série

de inovações nas esferas pública e privada, participando direta ou indiretamente da luta política de um país e contribuindo para o desenvolvimento e transformação da sociedade civil e política”. (GOHN, 2000, p.13), conforme descrevem as imagens abaixo:

Figura 5 – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua



Fonte: <http://www.vermelho.org.br/noticia/306597-1>

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua surgiu em 1982 com a temática de garantia dos direitos de crianças e adolescentes, sobretudo como forma de implementar uma lei específica para efetivação de políticas para esses sujeitos de direito que vivenciavam uma realidade de ausência de seus direitos e carência de atenção, considerando que a Constituição Federal de 1988 estava em processo de construção. Foi um movimento amplo que tomou grandes proporções, atingindo todo o país e envolvendo diversos segmentos da sociedade como juristas, outros movimentos sociais, sociedade civil, além dos próprios sujeitos criança.

Os objetivos do Movimento foram alcançados, a lei foi aprovada, o ECA, o movimento passa a ser uma entidade oficialmente constituída, realizando o primeiro Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, contribuindo significativamente para o reconhecimento e valorização das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e protagonistas da sua própria história.

Figura 6 - Movimento Nacional pela Moradia Popular



Fonte: <https://www.google.com.br/=Movimento+Nacional+de+Moradia+popular>

O cenário de negação de direitos e em específico da moradia tem sido uma constante no Brasil e como forma de enfrentamento a essa dura realidade, erguem-se os movimentos sociais como sujeitos coletivos em busca da conquista dessa política. Assim como ocorrido nas áreas definidas como *locus* dessa investigação, no processo de construção da cidade e espaço de moradia da comunidade, o exercício de aquisição desse bem material que é a moradia como um direito que deve ser assegurado á todas e todos, há constantes disputas e conflitos que envolvem interesses distintos e de classes. Foi nesse espaço de disputa que se constitui o movimento de moradia, pelo direito à cidade, tornando-se um movimento de centralidade para o ato de organização, mobilização na luta pela moradia. Gonh (2010, p. 25) afirma que “dentre os movimentos populares urbanos, a luta pela moradia continuou a ter centralidade desde os anos de 1980, como a luta popular mais organizada nas grandes cidades, embora tenha perdido visibilidade nos anos de 1990, parcialmente recuperada nos anos 2000”.

E nas lutas urbanas, apesar do pouco ou quase nenhum destaque, lá estavam as mulheres inseridas e no movimento pela moradia não foi diferente, conforme destaca Castells (1999, p. 123) “o processo mais importante a partir dos anos 80 foi o extraordinário aumento no número de organizações de base popular, em sua grande maioria criada e dirigidas por mulheres nas áreas metropolitanas dos países em desenvolvimento”.

E assim, no contexto de efervescência da participação popular nos movimentos sociais das lutas urbanas é que surge o Movimento Nacional de Moradia Popular, iniciando sua

trajetória em 1989, com a finalidade de articular e mobilizar os movimentos de moradia para lutarem pelo direito à moradia, colocando em pauta a necessidade da reforma urbana de forma a resgatar a esperança da parcela da população que estavam inseridos no contexto da exclusão social. O principal foco do Movimento Nacional de Moradia Popular são as áreas de favelas, cortiços, os sem-teto, locais de mutirões populares, as ocupações e loteamentos urbanos.

Em 1990 com o Movimento já bem consolidado foi realizado o I Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia, que nesse momento já materializava representações em 14 estados, discutindo diversas questões voltadas de necessidades urgentes de uma política habitacional para o país. Esse é mais um Movimento que teve forte influência da metodologia das Comunidades Eclesiais de Base, originando diversas lideranças em muitos estados do Brasil, se articulando regionalmente e atuando de forma contundente com ocupações em vários conjuntos habitacionais. Como resultado mais audacioso do Movimento, foi o processo de coletas de assinaturas para o primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular que criou o Sistema, o Fundo e o Conselho Nacional por Moradia Popular no Brasil a partir da Lei. 11.124/05.

Figura 7 - Movimento contra a Carestia



Fonte: <https://radiopeaobrasil.com.br/mulheres-protagonismo-no-movimento-custo-de-vida/>

Durante o período da Ditadura Militar houve a abertura econômica para o capital estrangeiro, havendo o crescimento econômico do país, porém com crescente desigualdade social, com trabalhadores desvalorizados e aumento constante dos preços dos produtos, além de péssimos indicadores em diversas áreas públicas. A situação ficava insustentável, momento

em que o Movimento comunitário como associações se unem com o Movimento dos trabalhadores, os sindicatos e criam o Movimento contra a Carestia, (MCC) ou Movimento do Custo de Vida, (MCV) iniciado no ano de 1974 em São Paulo, que segundo Gohn (2015) passa a ser considerado como um dos maiores movimentos que emergiu no contexto das lutas populares, se espalhando para outras partes do País, mobilizando milhares de pessoas para ir de encontro à política econômica do momento.

Em específico nesse movimento a participação das mulheres teve um papel fundamental não somente por defender questões que diziam respeito a carestia, o alto custo de vida que assolava e dificultava a vida dos brasileiros, situação que afetava sobremaneira o espaço privado e a vida das mulheres, mas por influenciar fortemente, através das mulheres outros movimentos para esse levante, tendo o mérito de agrupar grande parte da sociedade civil para esse que foi um dos maiores movimentos no processo de redemocratização do país se alastrando como ponto comum por diversos outros como estudantes, trabalhadores e demais parcela da sociedade.

Numa mesma frente de lutas, uniram-se várias forças sociais, como partidos políticos e setores da Igreja Católica, através das CEBs. O Movimento contra a Carestia culminou em vários feitos, como o abaixo-assinado com 1,25 milhão de adesões pelo congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade; a Assembleia Popular com 7 mil pessoas; a Passeata das Panelas Vazias; a fundação e a reorganização de milhares de associações de moradores e sociedade amigos de bairro, além de várias conquistas sociais. E nesse aspecto, o movimento comunitário foi primordial para a organização e mobilização das massas populares para os diversos levantes, inclusive fundando um organismo nacional que fortaleceu ainda mais as ações de enfrentamentos, a exemplo da Conam, conforme a imagem a seguir:

Figura 8 – Fundação da Confederação Nacional das Associações de Moradores



Fonte: <http://www.vermelho.org.br/noticia/306597-1>

É importante destacar que nesse contexto das lutas e movimentos populares está imbricado o denominado movimento comunitário que especificamente no Brasil surge de forma tímida entre as décadas de 1920 para os anos 30 e ascende na efervescência das necessidades de enfrentamento das graves crises vivenciadas pelos sujeitos, sobretudo no período da Ditadura Militar, formando lideranças nos bairros que levantaram bandeiras históricas juntamente com outros movimentos no enfrentamentos para a reestruturação democrática do país. Esse movimento se dá sobretudo, no emaranhado das populações mais empobrecidas e principalmente aquelas que vivem em bairros periféricos, desprovidas dos serviços públicos que são básicos e essenciais à sobrevivência. As principais frentes de atuação do movimento comunitário são pautas diversas de interesse da população que luta por melhorias de suas condições de vida, reivindicando melhor infraestrutura e bens de consumo coletivo como abastecimento d'água, luz, esgoto, asfalto, segurança, moradia, transporte público, saúde, educação, entre outros.

Com o crescimento do movimento comunitário em todo Brasil através das Entidades e Organizações representativas das comunidades, bairros e favelas, surge a necessidade de criação de um organismo nacional que aglutinassem todas as demais organizações comunitárias e em 1982, a partir do primeiro Congresso Nacional das Associações

de Moradores, foi fundada a Confederação Nacional das Associações de Moradores, a Conam. Entidade existente há 36 anos que é representativa do movimento comunitário brasileiro e está presente em todos os Estados do Brasil, com atuação em diversas frentes de lutas sociais e coletivas como Saúde, Cidades, Políticas Públicas para as Mulheres, Esportes, Cultura, Segurança Alimentar e Meio Ambiente; nos Fórum Nacional de Reforma Urbana, no Fórum Brasileiro de Orçamento e na Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental entre outros.

Em meio a essas trajetórias dos movimentos sociais e especificamente do movimento comunitário, não somente os homens estiveram levantando suas bandeiras, mas foram as mulheres suas principais protagonistas, atuando com forte influência no contexto dessas diversas lutas sociais, quer seja pautando questões bem específicas como custo de vida, a carestia, moradia, necessidade de Creches para as crianças, como também as desigualdades de gênero que permeava quase todas as áreas sociais. E essa atuação remonta o período colonial, sobretudo no Brasil, quando especificamente as mulheres negras ainda no período da escravidão estiveram à frente, resistindo, organizando e mobilizando outras mulheres e homens para as batalhas abolicionistas, e depois das mulheres trabalhadores, da emancipação feminina entre outras. Com o Golpe de 1964, as mulheres não ficam passivas diante dos acontecimentos. Se engajam ativamente para estarem nos diversos espaços de debates, opinando, enfrentando e resistindo para possibilitarem as mudanças que a sociedade almejava, conforme destaca Gohn (2007) no seu artigo Mulheres – atrizes dos movimentos sociais,

As mulheres são maioria nos movimentos feministas, nos movimentos populares de luta por melhores condições de vida e trabalho e nas redes e fóruns transversais que ultrapassam as fronteiras nacionais. Nos movimentos organizados segundo a temática do gênero, as mulheres destacam-se por serem as que têm tido os maiores índices de participação e de organização de suas demandas em entidades associativas (certamente estamos considerando nos movimentos de gênero a presença feminina e a masculina). [...]O conjunto dessas ações une categorias sociais, que criam sujeitos, que produzem movimentos sociais. Apesar dessa presença toda, existe uma invisibilidade da atuação das mulheres. (GOHN, 2007, p. 45).

Portanto, ao longo do percurso, os movimentos sociais, a partir das lutas populares e o movimento comunitário se configuram como importantes mecanismos de construção de estratégias para a mobilização social e que foram decisivos para as mudanças ocorridas no Brasil com clara e evidente participação, além do ativismo de diversos segmentos da sociedade, mas, sobretudo das mulheres que à frente dessas diversas lutas sociais, fortalecem seus grupos quer seja os feministas, das lutas urbanas, dos estudantes, trabalhadores ou mesmo nos partidos políticos deixando significativas contribuições nos processos organizativos que vivenciaram e ainda experienciam, sobretudo quando assumem a função de lideranças nesses processos.

Como já destacado nesse estudo no cerne dos movimentos sociais e comunitários, estão as ações coletivas que funcionam como instrumentos diversos quer seja de estratégias, pressão, reivindicações, organizando e mobilizando os agentes para obtenção de resultados que vão desde soluções de demandas individuais e/ou coletivas para aquisição de bens de consumo ou serviços, à montagem de projetos sociais em áreas específicas como a educação, saúde entre outras a exemplo do que ocorre nas ONGs (Clube de Mães, Associações de Moradores etc.) que promovem essas políticas ou outras formas, tanto na esfera pública como privada (Gohn, 1997) de forma a suprir as ausências e problemáticas vivenciadas.

Segundo Gohn (1997), as reflexões sobre estudos que trata da ação coletiva são bastante diversas e divide-se em cinco grandes correntes que a própria autora denominou de “teoria dos movimentos sociais” e “ações coletivas”, conforme destaca,

Assim, as cinco grandes correntes que listaremos a seguir foram agrupadas por nós; as três delas chamamos teoria dos movimentos sociais; às outras duas, ações coletivas, porque seus formuladores, originalmente, assim as caracterizaram. Elas são:

1- A Escola de Chicago e alguns interacionistas simbólicos do início deste século. Como um dos produtos desta corrente, temos a primeira teoria sobre os movimentos sociais, no trabalho de Herbert Blumer (1949).

2- A segunda corrente desenvolveu-se ao longo dos anos 40 e 50, com as teorias sobre a sociedade de massas de Eric Fromm (1941), Hoffer (1951) - também militante de movimento social - e K. Kornhauser (1959). Este último exerceu forte influência sobre algumas produções posteriores; ele caracterizava os movimentos como formas irracionais de comportamento e os considerava ante-modernos.

3- A terceira corrente predominou nos anos 50 com um forte acento em variáveis políticas e está presente nos trabalhos de S. Lipset (1950) e Heberle (1951). Ela articulava as classes e relações sociais de produção na busca do entendimento tanto dos movimentos revolucionários como da mobilização partidária, do comportamento diante do voto e do poder político dos diferentes grupos e classes sociais.

4- A quarta corrente foi uma combinação das teorias da Escola de Chicago com a teoria da ação social de Parsons e se fez presente nos trabalhos de Goffman (1959), Turner e Killian (1957), N. Smelser (1962) e David Aberle (1966). Eles analisaram desde formas elementares de comportamento coletivo até a construção das ações coletivas em grande escala, retomando o approach psicossocial e deixando de lado os vínculos entre as estruturas e a política, tão caros à corrente anterior. A terceira grande teoria sobre os movimentos sociais na abordagem dos clássicos decorre desta corrente, nos trabalhos de Smelser. 5- A quinta e última corrente da abordagem clássica, denominada organizacional-institucional, está representada pelos trabalhos de Gusfield (1955) e Selznick (1952). Teve grande influência nas teorias que substituíram o paradigma clássico, mas não gerou, em sua época, nenhuma teoria específica sobre os movimentos sociais. Nos anos 90 foi retomada por alguns pesquisadores dos movimentos sociais, entre eles o próprio Gusfield. (GOHN, 1997, p. 25).

O extenso destaque dispensado aos estudos de Gohn (1997) no que se refere a essas correntes teóricas se faz necessário para compreendermos que os movimentos sociais, a partir da ação coletiva não é simplesmente ação do cotidiano dos indivíduos envolvidos nos agrupamentos sociais, mas tem sido temáticas de diferentes estudos e correntes ao longo da historicidade, e que especificamente com a Escola de Chicago e os interacionistas é que essas

reflexões se aprofundam, sobretudo no que tange aos estudos das relações, bem como as mudanças e transformações sociais que permeavam as sociedades naquele período, considerando que a participação dos indivíduos nos movimentos e nas comunidades teria um sentido integracionista através de seu envolvimento e dos mecanismos educativos, ordenando assim os processos sociais, como destaca Gohn (1997),

O nexó fundamental que nos leva a um interesse pela Escola de Chicago como uma das matrizes de produção teórica explicativa sobre os movimentos sociais é dado pela concepção de mudança social e pelo interesse particular de seus mestres pelos temas do "desenvolvimento de comunidade" e pelos processo de participação e educação "para o povo". A participação dos indivíduos na comunidade teria um sentido integracionista, ou seja, por meio daquela participação, e utilizando-se de alguns mecanismos educativos, acreditava-se que era possível ordenar os processos sociais. (GOHN, 1997, p. 27).

Assim, os resultados, positivos ou não, obtidos a partir da atuação desses agrupamentos sociais ocorrem em decorrência dos diferentes mecanismos de aglutinação e sustentação que permeia esses grupos e dentre eles estão os seus líderes, ou seja, as lideranças que os integra, que funcionam como uma espécie de catalizadores, mobilizadores dos demais integrantes que organizam-se em busca de um ideal, objetivando interesses coletivos e atuando em busca da solução de seus problemas ou qualquer outra forma de ação. Assim,

A participação ativa e a interação eram elementos indispensáveis no cotidiano do trabalho dos líderes. Não se admitia que as lideranças não fossem engajadas ou que não falassem e vivessem as necessidades dos grupos sociais considerados menos avançados, dentro do marco referencial evolucionista que a concepção mais ampla do grupo abrangia. (GOHN, 1997, p.28).

Em oportuno, no que concerne ao termo líderes e/ou liderança, cabe uma busca da origem dessa terminologia, que por sua vez deriva da palavra líder e esta origina-se etimologicamente do inglês *leader* que se refere ao adjetivo destinado ao indivíduo que exerce influência sobre outros em prol de uma causa coletiva ou podendo ser ainda a capacidade de ter influência social de forma a aglutinar outros para uma determinada ação. Indo mais além, tomemos os estudos de alguns teóricos para que possamos analisar ainda mais profundamente a conceituação de liderança, como o que destacou Platão em *A República* que argumenta que aquele que rege precisa ser educado com a razão, descrevendo com seu líder de “rei filósofo”.

Para Max Weber em seus achados, a liderança está relacionada a uma espécie de dominação de um indivíduo sobre o outro, como destaca o próprio autor, ao afirmar que a “dominação é a probabilidade de encontrar obediências para ordens específicas (ou todas) dentro de um determinado grupo de pessoas”.

E ainda, em cada caso individual, a dominação “(autoridade)” assim definida pode basear-se nos mais diversos motivos de submissão: Desde o hábito inconsciente até considerações puramente racionais referentes a fins. (WEBER, [1921]; 1999, p.1).

Para Chiavenato (1999), a “Liderança é uma influência pessoal, exercida em uma situação e dirigida através do processo de comunicação, para se alcançar um objetivo específico ou objetivos”.

Nesse mesmo caminho, para Hunter (2004, p. 25), a “Liderança é uma competência, é uma habilidade de influenciar pessoas para trabalharem entusiasticamente visando atingir aos objetivos identificados como sendo para o bem comum”.

Mas é em Bourdieu (1985) que encontramos acento para nosso entendimento sobre o sentido de ser e/ou estar, ou mesmo da atuação enquanto liderança em que a partir do conceito de *habitus* que para o autor em seus estudos, nomeia o indivíduo como um agente dentro do campo social e essa posição assumida corresponde a posição social que o indivíduo ocupa, lhe permitindo pensar, visualizar as problemáticas e agir mediante as mais diversas situações, sendo o *habitus* aqui um meio de ação que possibilita a esse agente, a partir da criatividade, desenvolver estratégias para a ação, tanto de forma individual quanto coletiva.

Tal fato também ocorre no contexto dos movimentos sociais e/ou comunitário, e nesse aspecto, segundo o autor, ocorre uma disputa em que um agente se sobressai perante o outro, fazendo surgir a liderança. Baseado nesse pensamento, é pertinente destacar que no interior dos movimentos sociais, ocorre uma espécie de deslocamento e que Bourdieu (1985) define como “deslocamento hierarquizado”. Esse, segundo o autor, ocorre de forma verticalizada, ou seja, uns passam a estar à frente dos movimentos comandando e os demais ficam na posição de comandados.

E um dos aspectos importantes a serem considerados na posição do líder, daquele que lidera, é exatamente como estes produzem resultados, como a partir de suas ações e estratégias possibilitam a interação e o engajamento dos demais integrantes que fazem ocorrer as mudanças necessárias daquilo que almejam (GOHN, 1997). Nesse sentido, essas mudanças ocorrem a partir das tomadas atitudinais das lideranças em que “Os agentes básicos nesses processos de mudanças eram as lideranças”. (GOHN, 1997, p 26), possuindo funções primordiais, como de equacionadores dos conflitos existentes, dinamizadores de mudanças sociais, agentes apaziguadores e desmobilizadores dos conflitos surgidos, além da criatividade que segundo Gohn (1997), estaria no próprio processo de educação informal vivenciada por essas pessoas que atuam como lideranças.

Nesse contexto também se insere as lideranças que atuam a frente do movimento comunitário, os denominados “líderes comunitários” ou “lideranças comunitárias”, pessoas que se destacam na sua localidade de atuação a partir da forma organizacional e implementária com a construção de estratégias e ações articuladas mobilizadoras de interesses com vistas à solução de suas demandas emergentes nas comunidades fazendo ocorrerem as mudanças e transformação social. (GOHN, 2006, p. 248).

4.2 A mulher no contexto do movimento comunitário

Conforme os estudos até aqui tem nos apontado, as mulheres ao longo da história sempre estiveram lutando para romper a ideia de que o lugar da mulher é no espaço privado, doméstico com uma função limitada a um papel conservador e por consequência reprodutora das condições da vida privada. Estudos apontam que essas ideias advêm do pensamento de Rousseau para quem o “ideal” de mulher deve ser de “mãe” e “fada do lar”, mas não de cidadã, estabelecendo como natural a família patriarcal, um modelo de família em que a mulher fica reduzida ao espaço real e simbólico, ou seja, o espaço privado e assim, na condição de subordinação e inferioridade frente aos homens que são os que devem sair para ocupar o mundo exterior, o espaço público (TELES, 1993).

Para um melhor entendimento dessa questão adentramos brevemente às discussões relacionadas a gênero de forma a compreender as dinâmicas das relações e ocupação dos espaços na sociedade pelas mulheres. Assim, nos reportamos ao título do artigo bem interessante de Raúl Turra (1996), intitulado: *Yo soy hombre y mando: tu eres mujer y callas. La inferioridade de la mujer es socialmente construída em la infância*. Esse título nos remete à leitura de que desde a infância seguimos as imposições da sociedade no que se refere ao comportamento e o lugar a ser ocupado pela mulher, ou seja, desse bem cedo há uma inculcação culturalmente construída das diferenças entre ser mulher e ser homem. Isso nos remete ao entendimento da existência de uma hierarquização se dando aí as diferenças em que pese às características culturais que não são levadas em consideração em relação às biológicas, havendo a hierarquização que nos limita na ocupação dos espaços sociais ao longo da história (VIEIRA, 2003; 2007).

Porém, as mulheres a partir do ativismo, rompem com esse pensamento e demonstram que esse lugar deve ser em todos os lugares de lutas sociais. Assim na historicidade, embora distante e invisibilizada nos registros historiográficos, as mulheres

sempre estiveram envolvidas ativamente nos diversos movimentos de contestação, protagonizando e desafiando o lugar da ociosidade, da passividade e da domesticidade, como bem destacou Gohn (2007, p. 46),

Sabemos que as lutas das mulheres para constituírem-se como sujeitos históricos datam de vários séculos. Pesquisas têm destacado o papel das mulheres desde sociedades antigas e primitivas. Mas foi com o feminismo que elas geraram uma visibilidade pública, de um coletivo. (GOHN 2007, p.46).

Nesse sentido, buscamos na literatura ou mesmo nas produções acadêmicas estudos que destacam o percurso da atuação das mulheres nas diferentes lutas sociais e observou-se que durante um longo período a historiografia oficial tentou anular as resistências e as lutas protagonizadas pelas mulheres. De acordo com Saffioti (2015), essa construção, que está baseada na invisibilidade, é sustentada na interseccionalidade que estruturam a sociedade de gênero, raça etnicidade e classes sociais, colocando a mulher num plano inferior, sendo historicamente segregadas e aqui cabe um recorte às mulheres negras que embora ainda mais segregadas e discriminadas em diversos aspectos, também demarcaram e continuam demarcando sua participação na liderança das frentes de batalhas e dos movimentos sociais diversos. Seu protagonismo que num primeiro momento se deu pelo desejo de liberdade, pelo resgate da sua humanidade que lhe foi retirada pela escravidão, num momento mais adiante se faz pela participação nas ações coletivas, a partir das mais diversas organizações de mulheres negras com um percurso de novas perspectivas e cenários que vem recobrando as perspectivas históricas (CARNEIRO, 2003, p. 129).

E especificamente no Brasil, esse protagonismo tem se dado desde a era colonial com destaques há algumas dessas mulheres negras que não resistiram a escravidão de maneira passiva e de submissão, bem diferente do que conta a historiografia oficial, mas que enfrentaram, mobilizando e organizando outras mulheres e homens para as batalhas surgidas, apontando que as mulheres negras também sempre estiveram em movimento, nas frentes de batalha e na construção de estratégias para se subverter a condição de população e de mulher escravizada. A seguir destacamos algumas dessas mulheres:

Figura 9 – Aqaltume



Fonte: <https://www.ceert.org.br/noticias/historia-cultura-arte/12428/conheca-aqaltune-avo-de-zumbi-dos-palmares>

Aqaltume Ezgondidu Mahamud da Silva Santos, conhecida como Aqaltume, considerada a guerreira escravagista. Viveu no século XVII. Era princesa, filha do Rei do Congo, vendida como escrava para o Brasil, em razão das rivalidades existentes entre os diversos reinos africanos. Ao ter suas terras invadidas, Aqaltume deixou de lado o lugar de princesa e se tornou uma lutadora, indo para a frente de batalha defender o reino, comandou um exército de 10 mil guerreiros. Derrotada, tornou-se prisioneira, tendo sido batizada e marcada com uma flor de ferro quente no seio esquerdo. Foi levada como escrava para um navio negreiro e desembarcada em Recife. Dentro do sistema aviltante em que foi colocada como prisioneira, foi obrigada a manter relações sexuais com um escravo, para fins de reprodução. Engravida, foi vendida para um engenho de porto Calvo, onde pela primeira vez teve notícias de Palmares. Já nos últimos meses de gravidez organizou sua fuga e de alguns escravos para Palmares. Começa, então, ao lado de Ganga Zumba, a organização de um Estado negro, que abrangia povoados distintos confederados sob a direção suprema de um chefe. Aqaltume instalou-se, posteriormente, num desses mocambos, povoados fortificados. Uma de suas filhas deu-lhe um neto, que foi o grande Zumbi dos Palmares. Segundo estudos, Aqaltume era avó de Zumbi.

Alguns estudos afirmam que morreu queimada quando já era idosa, outros que teria fugido, mas o fato, é Aqaltume se tornou uma lenda e que muitos acreditam que os deuses da

África teriam tornado essa uma mulher guerreira imortal, um espírito ancestral que conduziu seus guerreiros até a queda definitiva do quilombo dos palmares em 1694. Sua história se destaca como exemplo de que a força feminina, e aqui a negra, é capaz. Pois mesmo sob a condição de exploração e violação, jamais desistiu da luta, tornando-se uma das principais referências de liderança e resistência feminina. Lembrada em Pernambuco até os dias atuais.

Nas nossas buscas não identificamos a formação de Aqualtume, que embora não ficando evidenciada, observa-se que se trata de uma princesa que viveu em terras africanas e que ao ser trazida para o Brasil como escrava reprodutora, utilizou de suas habilidades, possuindo um determinado grau de conhecimento, a partir de um percurso formativo específico da sua trajetória, de suas vivências que se constituíram como ferramenta estratégica para sua atuação nos diversos momentos de enfrentamentos durante o processo escravagista.

Figura 10 – Dandara



Fonte: <https://jornalggn.com.br/noticia/08-de-marco-mulheres-negras>

Dandara que foi uma grande guerreira na luta pela liberdade do povo negro. Não se sabe ao certo se nasceu no Brasil ou no continente africano, mas teria se juntado ainda menina ao grupo de negros que desafiaram o sistema colonial escravista por quase um século. Ela participava também da elaboração das estratégias de resistência do quilombo. Além de cuidar das crianças e idosos se dedicou à caça, impunha armas e liderava militarmente outras mulheres que faziam parte do exército negro.

Ainda no século XVII, participou e liderou as lutas palmarinas, sempre lutando e organizando o Quilombo para conquistar a liberdade para todos os negros, conquistando assim espaço e liderança. De forma intransigente enfrentou todas as batalhas em Palmares ao lado de Zumbi dos Palmares de quem foi companheira. Ao ser vencida na batalha e para não ser capturada novamente, decide se jogar de uma pedra, preferindo morrer na condição de mulher livre a ser escravizada e torturada por seus algozes. Dessa forma, Morreu em 1694 na frente de batalha para defender o Quilombo dos Macacos, mocambo pertencente ao Quilombo dos Palmares.

Segundo registros historiográficos marcados com muitas ausências sobre Dandara, evidencia-se que as marcas do machismo e do racismo impostas na sociedade não deram o reconhecimento devido a essa importante mulher e a maior parte de sua trajetória é envolta em grande mistério, mas contudo verifica-se que foi uma grande líder, uma das mais capazes lutadoras dos quilombos, uma guia entre a legião feminina do exército palmarino. A história de Dandara representa a história de uma mulher guerreira que inspira outras mulheres, que lutou contra a humilhação, que não se curvou a opressão e exploração, mas sobretudo, demonstrou que a luta e a resistência permeia a vida das mulheres.

Figura 11 – Tereza de Benguela



Fonte: <https://jornalggn.com.br/noticia/08-de-marco-mulheres-negras>

Mais uma vez, os registros deixam lacunas, como na biografia de Tereza de Benguela em que não se sabe se ela nasceu no continente Africano ou no Brasil, muito menos

a data em que ela veio ao mundo. O que se tem conhecimento é que a Rainha Tereza como era conhecida viveu durante o século XVIII no Vale do Guaporé, no Mato Grosso, e foi a maior liderança tendo comandado o Quilombo do Quariterê, hoje município de Vila Bela da Santíssima Trindade, há 548 km da capital do estado, Cuiabá. O quilombo, território de difícil acesso, foi o ambiente perfeito para Tereza coordenar um forte aparato de defesa e articular um parlamento para decidir em grupo as ações da comunidade, que vivia do cultivo de algodão, milho, feijão, mandioca, banana, e da venda dos excedentes produzidos.

Governava esse quilombo a modo de parlamento, tendo para o conselho uma casa destinada, para a qual, em dias assinalados de todas as semanas, entravam os deputados, sendo o de maior autoridade, tido por conselheiro, José Piolho [...]. Isso faziam, tanto que eram chamados pela rainha, que era a que presidia e que naquele negral Senado se assentava, e se executavam à risca, sem apelação nem agravo” (Anal de Vila Bela do ano de 1770).

Tereza de Benguela, considerada a liderança negra brasileira, mulher valente e guerreira, chegando a comandar e agregar índios bolivianos e brasileiros no seu quilombo. Isso incomodou muito as autoridades das Coroas, espanhola e portuguesa. A Coroa Portuguesa, junto à elite local agiu rápido e enviou uma bandeira de alto poder de fogo para eliminar os quilombos. Tereza de Benguela foi presa e aqui fica mais uma vez um ponto nebuloso de sua trajetória que não se sabe ao certo se, em não se submetendo a situação de escravizada, surgem duas versões sobre a morte da líder quilombola, uma diz que ela se suicidou depois de ser capturada por bandeirantes a mando da capitania do Mato Grosso, por volta de 1770, e outra afirma que Tereza foi assassinada e teve a cabeça exposta no centro do Quilombo. Porém o que se evidencia é que não há registros que de fato transcorra sobre seu percurso de vida mais detalhado, sua trajetória a partir da formação, nível de escolaridade, domínio da leitura ou escrita, mas sobretudo das especificidades das lutas e conquistas que permearam sua história de vida como forma de exaltar seu protagonismo. O certo é que Tereza de Benguela é a figura dessa mulher que representa a luta de tantas outras mulheres e negras, com uma história que permeia o imaginário da população que habita a região onde viveu e que representa o 25 de Julho no Brasil, dia internacional da Mulher Afro-latinoamericana.

Figura 12 - Adelina



Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=adelina+a+charuteira&source>

Adelina, que trata-se de uma escrava de nome pouco conhecido do Maranhão, inclusive sem localização de seu nome por completo, que participou ativamente na campanha abolicionista da capital maranhense. Não era comum entre as mulheres negras da época, mas Adelina sabia ler e escrever e, aos dezesseis anos, já frequentava os movimentos políticos como comícios e passeatas da sociedade abolicionista denominado Clube dos Mortos que eram realizados no Largo Du Carmo, algo não tão comum nos registros historiográficos sobre a trajetória das mulheres negras. Adelina era uma mulher militante e consciente da causa que defendia e de forma estratégica utilizava a venda de charutos que seu pai fabricava como forma de acesso a todas as casas da cidade de São Luís e assim funcionava como uma informante aos demais integrantes do Clube dos Mortos, além de ter colaborado em várias fugas de escravos por conhecer bem toda a cidade. Com essa estratégia, passava os planos secretos de perseguição aos seus companheiros e formas de mobilização e enfrentamento nas situações. Adelina é mais uma mulher que fez parte da luta contra a escravidão, mas teve seu nome invisibilizado na historiografia em razão do machismo e do racismo. A atuação de Adelina foi de grande importância, tornando-se figura estratégica nas atividades das lutas abolicionistas.

Esse recorte para o registro do percurso de vida das mulheres negras e de algumas aqui em destaque, se dá exatamente pela nulidade da sua participação na história registrada e nas poucas produções que trata das lutas sociais. É comum suas ausências também nos livros didáticos, nas produções acadêmicas. A tentativa aqui é de demonstrar especificamente, mas

não profundamente a sua existência em várias frentes de batalha e como se deu essa participação feminina negra nas lutas sociais no Brasil. Mas é salutar evidenciar que a luta das mulheres tem se dado no âmbito da diversidade, mulheres negras e não negras vivenciam cotidianamente e ao longo da história mais brasileira a necessidade de estarem nos movimentos sociais, sobretudo nos espaços das comunidades mais periféricas, lutando por melhores condições de vida pra seu povo e efetivação das políticas públicas mais urgentes.

Mas é salutar também destacar as lacunas que foram deixadas pelo registro historiográfico do protagonismo dessas mulheres em diversos aspectos, como a invisibilidade na história brasileira, em que a biografia de cada uma delas ressaltam apenas pequenos feitos, havendo ocultação até nos nomes verdadeiros e completos como é o caso de Dandara, Adelina e Teresa de Benguela em que nas buscas bibliográficas não foi possível localizá-los, nem tão pouco as datas de nascimento e de morte que se apresentam com algumas divergências e ainda os seus percursos de vida, deixando de demonstrar uma trajetória positiva de seus feitos. As informações localizadas se dá basicamente pelo enfrentamento e protagonismo dessas mulheres reconhecidos e exaltados pelos movimentos e nesse caso, organizações de mulheres do movimentos negro.

Contrapondo a essas ausências da história protagonica das mulheres, evidencia-se que estas romperam com o espaço privado, de submissão que era tradicionalmente “designado” a elas, fortalecendo o grau de envolvimento nos diversos movimentos, de enfrentamento ao poder, da contestação das “relações de poder, tanto no mundo naturalizado das relações entre homem e mulher, quanto em todos os âmbitos da sociedade, articulando as relações de gênero à estrutura de classes”. (Sarti, 2004, p.37). E ainda, esse ativismo nos aponta que a presença feminina marca mais uma vez o rompimento para o processo de emancipação da mulher em suas diversidades, considerando que os movimentos, sobretudo das mulheres negras se inseriram, com forte militância política e eram movimentos que iam de encontro e contestavam a ordem estabelecida. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

Associados a essas lutas, também crescia o movimento feminista, que era composto em sua maioria por militantes ou ex-militantes de organizações de esquerda, de integrantes de movimentos sociais, que já inicia no enfrentamento dessas ordens estabelecidas, quer seja pelo sistema capitalista, pelo patriarcado, pela família ou visão da igreja, como bem destaca Montaña e Duriguetto (2010, p. 266),

O movimento feminista, desde suas primeiras expressões já inicia como sujeito político, empreendeu lutas de enfrentamento aos elementos estruturantes do sistema patriarcal-capitalista, como propriedade privada, bem como confrontou “com o papel

biológico-normativo de instituições como o Estado, família e igreja na elaboração e reprodução dos valores, preconceitos e comportamentos baseados na diferença biológica entre os sexos.

Enveredando pelo percurso histórico, o movimento feminista, parte de ideias revolucionárias iniciadas na Europa no século XIX, expandindo por vários outros países como Estados Unidos e alguns da América Latina, além de diversas partes do mundo, eclode na Convenção dos Direitos da Mulher em 1848 em Nova Iorque, passando a se popularizar ocidentalmente, questionando o poder social, político e econômico, desempenhado e monopolizado pelos homens, como bem destacou Perrot (1991, p. 503),

Os homens do século XIX europeu tentaram, efectivamente, conter o poder crescente das mulheres – tão fortemente sentido na época do Iluminismo e nas Revoluções, cujas infelicidades se lhes atribuíram facilmente – não só fechando-as em casa e excluindo-as de certos domínios de actividade – a criação literária e artística, a produção industrial e as trocas, a política e a história – mas, mais ainda, canalizando-lhe as energias para o doméstico revalorizado ou, mesmo, para o social domesticado.

Esses comportamentos são questionados e “as mulheres souberam apoderar-se dos espaços que lhes eram deixados ou confiados para alargar a sua influência até as portas do poder”, salienta a mesma autora (PERROT, 1991, p.503), contribuindo assim para o avanço do movimento feminista que num primeiro momento se configurou como lutas pelos direitos sociais para toda sociedade, homens e mulheres, mas sobretudo para sua inserção como cidadã no estado moderno industrializado, numa procura por identidade própria, reivindicando questões específicas e gerais de interesse de toda sociedade brasileira, como direito ao voto e de ser eleita, à educação para as mulheres, fim do período da escravidão negra, direitos trabalhistas femininos, além dos ideias republicanos.

Mais à frente o movimento feminista, emerge com a luta ideológica contra o patriarcalismo e o machismo com forte denúncias da situação de subalternidade a que as mulheres estavam imersas, sobretudo considerando as mudanças sociais, políticas e econômicas do momento que se dá com o processo de industrialização, colocando ênfase nas questões como alteridade, diferença sexual em que as mulheres passam a travar outras lutas, agora com novas realidades como chefe de famílias, competitividade no mercado de trabalho, novas tecnologias, além de intensa discriminação. (TELES, 1993).

Um terceiro momento é permeado pelas lutas sindicais que teve como forte aliado o movimento operário, sendo marcado por demandas que atendiam os anseios mais diretamente das mulheres como construção de creches, igualdade salarial entre outros. Nesse contexto passa a surgir outras necessidades e formas de organização para as lutas e reivindicações, surgindo assim as organizações as instituições, os grupos coletivos feministas, nos bairros, nas periferias

se estendendo para as fábricas, sindicatos, igrejas e outros espaços. Toda essa luta e ativismo com o movimento feminista pela e para a emancipação das mulheres, foi demasiadamente útil para difundir e legitimar esse movimento no campo social, democrático e popular, como destacou bem Pitanguy (2003),

O feminismo questionava os alicerces culturais nos quais se assentava a desvalorização do feminino, expressa em leis, em práticas, em linguagens simbólicas e chamava a atenção para o fato de que, ao longo da nossa história, a hierarquia e a desigualdade permearam as relações de gênero, constituindo um elemento fundamental na organização do poder nos sistemas de valores que alicerçavam os conceitos de masculino e de feminino em nossa sociedade. Neste sentido a agenda feminista era diversa da de outras formas de participação feminina em movimentos pela paz, pela anistia, em clubes de mães e em associações de bairro, em lutas contra a carestia. (PITANGUY, 2003, p.26).

Assim, as mulheres sempre estiveram em movimento e conquistando seu espaço no contexto social, demarcando seu percurso de lutas das mulheres como a própria efervescência e crescimento do movimento feminista. Porém é oportuno destacar que embora com muitas outras conquistas efetivadas, sobretudo no avanço e crescimento das organizações que encamparam e encampam as lutas das mulheres, ainda assim, as desigualdades e diferenças entre homens e mulheres continuam. E considerando que na sociedade brasileira os problemas sociais evoluem e se avolumam cada vez mais, principalmente em relação a posição das mulheres nesse espaço social, como crescimento da violência de gênero, ausência da mulher ocupando os espaços de poder, aumento da disparidade no que se refere a equiparação salarial, as desigualdades das mulheres negras tanto em relação à educação quanto ao mercado de trabalho, é necessário e fundamental que as mulheres continuem em movimento, desenvolvendo estratégias de ação que possam vir dar conta de minimizar essas diferenças e os distanciamentos sociais e econômicos que ainda prevalecem entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres.

5 A CHEGADA DE UMA NOVA VIDA A PARTIR DE NOVAS PERCEPÇÕES.

Figura 13 – Novos percursos



Fonte: <http://aildadeiro.blogspot.com.br>

Figura 14 – A chegada de uma nova vida



Fonte: <http://aildadeiro.blogspot.com.br>

“O nosso desejo não é que as mulheres tenham mais poder sobre os homens, mas que tenham mais poder sobre si próprias”.

(WOLLSTONECRAFT, 1792 apud MACEDO; KONING, 2009)

Por fim, passamos a viver o recomeço, a chegada de uma nova vida após longos meses de espera e apresto em que esse se torna um momento muito especial, momento de concretizar os sonhos e expectativas. Um novo ser chega ao mundo trazendo uma energia pura e inocente em que tudo o que se espera começa a fazer mais sentido. A ansiedade daqueles que o aguarda é suprida pelo gerar das novas adaptações no cotidiano onde tudo passa a ser uma grande aventura, desde a preparação do emocional, psicológica, energética e espiritual inerente a todo esse processo. Agora é o momento de novos olhares, percepções de novos percursos que se configuram com o traçar de outras trajetórias que de forma individual e coletiva passam a aprender juntos, durante o caminhar da vida, assim como o ensinar-se mutuamente, para que todos cresçam juntos.

Essa metáfora nos permite discutir aqui o longo processo desse estudo que se configurou como uma gestação, desde a fecundação, passando pela formação do embrião, pelo crescimento fetal, desenvolvimento de todo um conjunto de elementos corporais que se fez chegar a uma nova etapa da criação, da vida, de um ser que chega ao mundo para construir um novo, o seu percurso de vida. Entranhado por várias nuances, aspectos biológicos e sociais que construídos, individualmente ou coletivamente, irão moldando uma trajetória através de constantes buscas empíricas ou abstratas, estarão associadas às trajetórias reais que assim como as descobertas alcançadas a partir dos enfoques, metodologias e suas transformações, culmina com o momento do nascer, da produção concreta de algo que assim como a vida, não está acabada, mas ainda em análise de todo um processo em que observamos uma relação com um misto de sentimentos que perpassam por sensações relacionadas com sentimentos de conquistas, mas também de medo, ansiedade, angústia, preocupação, insegurança, além de muitos outros.

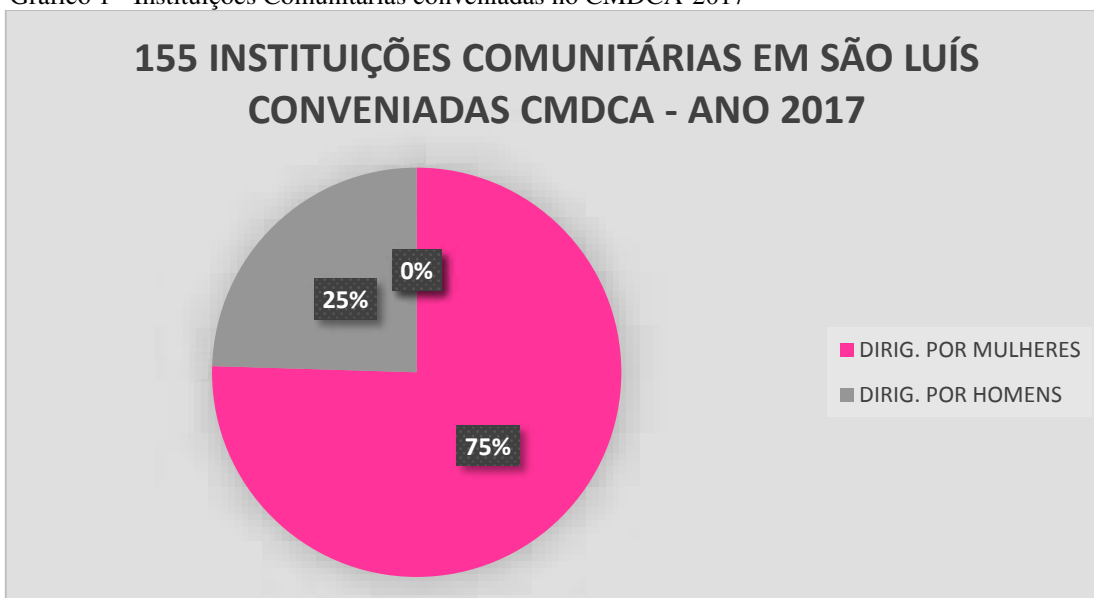
Mas assim como esse momento de geração da vida, o trajeto até aqui também o é constituído de uma longa jornada em que o percurso formativo e aqui das mulheres, permanece em constante movimento, um movimento inebriado dos sentimentos já expostos, mas acima de tudo de força, de lutas, enfrentamentos, desafios e muita proeza, que aqui metaforizado como uma gestação, perpassa por diversos aspectos e processos até culminar com o momento final, o nascer, o surgir de novas perspectivas no alinhar e realinhar das trajetórias de vida pessoal e coletiva.

5.1 Entre o percurso formativo e o exercício liderança feminina

É nesse contexto do percurso de vida, da trajetória de vivências e lutas que as mulheres emergem e vão se constituindo e construindo suas identidades enquanto lideranças com forte atuação nos movimentos sociais e comunitários, lutando coletivamente pela diminuição das diferenças, desigualdades, mas especificamente buscando soluções para as problemáticas de cunho coletivo e social. As mulheres se movimentam, se mobilizam, organizam as pessoas, as instituições para a atuação no campo social e a partir de sua trajetória se dar também seu percurso formativo para o exercício da liderança feminina nos espaços dos organismos sociais.

São as mulheres as principais mobilizadoras dos laços relacionais que movimentam e dinamizam a comunidade. Foi o que encontramos nos levantamentos realizados no decorrer dessa pesquisa junto aos Órgãos públicos que lidam diretamente com as ONG's em São Luís, nos apontando um perfil das Instituições sociais existentes relacionadas com várias frentes de lutas populares, mas sobretudo por quem elas estão sendo fundadas e dirigidas que em sua maioria são por mulheres, conforme destaca os quadros a seguir:

Gráfico 1 - Instituições Comunitárias conveniadas no CMDCA-2017



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, a partir dos dados obtidos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente-São Luís –Ma (2017).

Gráfico 2 – Instituições Comunitárias conveniadas na Semed - 2017



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, a partir dos dados obtidos na Semed -São Luís –Ma (2017).

Esses dados nos revelam que as mulheres suplantam a sua nulidade e ausência nos registros historiográficos e se firmam cada vez mais na luta incessante e na presença atuante enquanto protagonistas nos movimentos sociais, sobretudo nas diversas lutas populares, construindo uma trajetória de desafios e possibilidades no seu entorno. E as mulheres que atuam no exercício da liderança comunitária aqui destacadas nesse estudo são em sua maioria mulheres que não se acomodaram diante das dificuldades vivenciada, quer seja pela rotina da vida cotidiana, pelas dificuldades vivenciadas no entorno do seu local de habitação ou por ser mulheres que vivenciam diferentes formas de construção familiar que em muitas situações lhes coloca frente a necessidades específicas, o que contribui ainda mais para a sua atuação, mulheres que estão nos mais distintos campos religiosos, mulheres pertencentes às diversas etnias raciais entre outros aspectos. Porém, o que se destaca aqui é a maneira organizacional e protagônica de mobilização social e de como essas mulheres se movimentam para o enfrentamento das suas inquietudes.

Retomando o quadro acima, com o intuito de posicionar a trajetória de vida das mulheres líderes comunitárias na vanguarda das lutas e conquistas femininas, buscamos levantar junto a algumas Instituições e órgãos, informações acerca das Organizações Não Governamentais lideradas por mulheres no Município de São Luís-Ma, iniciando pelo Cartório Cantuária de Azevedo, estabelecimento responsáveis pelo registro Civil de Pessoas Jurídicas, que efetiva os procedimentos de fundação e legalização das ONG's em que obtivemos dados sobre o quantitativo de Organizações Não Governamentais regularizadas e dirigidas por

mulheres no Município de São Luís, cujo resultado nos aponta para um número de 207 ONG's até meados de 2017.

Relacionada a essas informações, identificamos junto à SEMED – São Luís - Secretaria Municipal de Educação, órgão responsável pelos convênios com as ONG's para atendimento da política educacional desenvolvida nessas Instituições que também funcionam em sua maioria como Escolas Comunitárias e o resultado nos aponta para um dado importante, das 206 Instituições conveniadas, 180 são dirigidas por mulheres.

Da mesma forma, localizamos alguns dados na SEMCAS – São Luís - Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social, órgão que executa a política da Assistência Social e gerencia os convênios com as ONG's voltados para o atendimento dos projetos sociais desenvolvidos nessas instituições.

Por fim, obtivemos junto ao CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Luís, que é um órgão deliberativo e formulador das políticas públicas para a infância e adolescência no município, além de manter o registro das organizações que atuam com crianças e adolescentes, bem como de seus projetos, zelando para que todas as atividades sejam executadas de acordo com o ECA. Nesse órgão há diversas Instituições Comunitárias conveniadas para a execução de projetos sociais e os dados obtidos nos revelam que das 155 ONG's cadastradas/conveniadas no ano de 2017, 117 são dirigidas por mulheres.

Outro olhar pertinente, a partir desses levantamentos, é que as mulheres no processo de atuação como líderes comunitárias, encontram-se desenvolvendo e executando várias frentes de trabalhos políticos e sociais, tanto no que se refere a política educacional, considerando que no decorrer da pesquisa constatamos que das ONG's às quais estão sendo dirigidas pelas mulheres, em cerca de 90% realizam atividades educacionais através das “Escolas Comunitárias”, atendendo um contingente significativo de crianças, adolescentes e adultos e as mulheres líderes comunitárias em sua maioria também desenvolvem a função de Gestora dessas escolas, o que possui relação direta com os processos formativos das mesmas pela necessidade direta de ampliação e aprofundamento da qualificação profissional para atuação no âmbito da educação, até como maneira de atender as exigências da área da política educacional. Evidenciou-se ainda forte atuação também no âmbito da política da assistência social que também é uma ação marcante desenvolvida dentro das ONG's no tocante ao atendimento às famílias, crianças, adolescentes, idosos, mulheres, bem como em diversas outras áreas de cunho sócio educacional, como observa-se em Gohn (2007),

[...] as mulheres estão nas redes associativas e de mobilização estruturadas em organizações não-governamentais (ONGs), nas associações de bairro e nas associações comunitárias, em entidades assistenciais, nas organizações criadas por empresas a partir de políticas de responsabilidade social, em organizações populares que atuam junto a mediadores (como entidades articuladoras e fóruns), nos movimentos sociais propriamente ditos e nos diversos conselhos de gestão pública compartilhada existentes. (GOHN, 2007, p. 44).

Esse entendimento dos processos evolutivos e de movimento da atuação das mulheres está evidenciado em diversos outros estudos como é o caso do estudo de Silva (2013) em sua Dissertação cujo título é **MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS NA TRAJETÓRIA FEMINISTA BRASILEIRA: UMA EXPERIÊNCIA DE LUTA POR DIREITOS E LIBERDADE**, tendo como objetivo apreender a concepção das mulheres militantes do MMC acerca da exploração-dominação das mulheres e das relações sociais de sexo, tendo em vista a leitura do movimento sobre essas questões; compreender de qual leitura da realidade das mulheres o movimento parte para fazer suas análises, sua formação política e pensar ações; desvendar, junto ao movimento, o porquê da opção pela construção de um movimento auto organizado de mulheres. Para esse estudo, a autora elege como categorias de análise: Feminismo, Movimento de Mulheres Camponesas, Auto-organização das mulheres, que embora não seja especificamente o foco de nosso estudo, mas nos interessa aqui compreender o processo organizativo das mulheres e a trajetória dessa construção de ação para a atuação coletiva, que nos subsidiará para análise do contexto dos movimentos comunitários e organizações comunitárias lideradas por mulheres. Utiliza como metodologia entrevistas, pesquisa documental e observação participante em um encontro do MMC.

Como resultado da investigação, a autora aponta que esses movimentos adotam uma perspectiva que vão além das reivindicações específicas das mulheres e que a sua inserção deve se dar no contexto atual, como afirma Silva (2013), a participação feminina não pode ser um projeto para o futuro, ela precisa ser garantida desde agora pelas organizações das classes trabalhadora e camponesa. Nesse sentido, a autora destaca que “as organizações de esquerda – movimentos sociais e partidos políticos - tem que aprender um novo jeito de fazer luta de classes, respeitando as diferenças e criando condições objetivas e subjetivas para as mulheres participarem”. (SILVA, 2013).

Sobre os movimentos sociais, afirma que estes tem a características de tratarem sobre questões que vão para além das reivindicações específicas das mulheres – como o combate à violência sexista, a luta pela autonomia das mulheres, etc, colocando em pauta outras mais gerais, como a soberania alimentar, a reforma agrária, a agroecologia, a paz e a desmilitarização, dentre outras e destaca que,

Apesar dos avanços políticos conquistados por estes movimentos sociais, em termos de participação das mulheres e da construção de um feminismo classista, os mesmos ainda possuem contradições, reproduzindo, muitas vezes, valores e práticas deste sistema patriarcal e capitalista em que vivemos. (SILVA, 2013).

Nos estudos em referência a autora ainda aponta que

A presença ativa da mulher nas lutas sociais contribuiu para o questionamento e/ou a ruptura com algumas práticas cotidianas que relegam a ela um papel secundário na sociedade. Contribuiu, ainda, para que a mulher se organizasse para lutar por direitos que lhe foram negados historicamente, inclusive, no seio da esquerda. E desse contexto que o MMC encontra uma das suas determinações de existência, a necessidade da auto-organização das mulheres no seio da Via Campesina. Mas um aspecto bem pertinente comumente, quando envolvidas na militância, as mulheres tendem a cumprir tarefas dentro da organização que são vistas como um prolongamento das suas atribuições “naturais”, ligadas a educação e aos cuidados. (SILVA, 2013).

Outro destaque bem pertinente da pesquisa é que os resultados apontam que foi possível a autora perceber que “as mulheres estão mais inseridas em setores como o de Educação, Gênero e Saúde, enquanto os homens estão em sua maioria nos setores de Produção e Frente de Massas, que tem maior visibilidade dentro da organização”. (SILVA, 2013). E ainda “Quando existe uma hierarquia entre as tarefas, as consideradas secundárias, na maioria das vezes, ficam com as mulheres e as consideradas “mais importantes” são assumidas pelos homens.”

Assim, a pesquisa em destaque traz relevantes contribuições para o foco dos nossos estudos, sobretudo por analisar a participação feminina nas questões da luta de classes e nos movimentos sociais, a partir do movimento camponês em que a Autora se fundamenta em Marx e Engels (2010), Duriguetto (2007), Montañó (2013) entre outras referências para aprofundar suas abordagens sobre as novas formas de opressão e as novas formas de lutas da mulher do campo. Reflete sobre a participação das mulheres e do debate de gênero nos movimentos sociais em que salienta o processo de surgimento e construção destes como uma nova alternativa de luta e as associações, ONG's nesses bojo de práticas alternativas de luta. Como base de sustentação de toda análise, busca as contribuições do marxismo para compreensão materialista-histórica das situações de opressão e subordinação vivenciadas pelas mulheres nesses modelos de organização, cujo embasamento é econômico associado à civilização do capitalismo que perpassa por uma construção social, surgindo então os movimentos sociais e comunitários como espaço de construção de luta.

Nesse mesmo entendimento, buscamos complementar com os estudos de Teixeira (2013), na sua Dissertação de Mestrado em que nos apresenta reflexões pertinentes no que se

refere às mulheres no espaço de liderança, cujo título é “VIVER E LUTAR NO SERTÃO DAS GERAES - MULHERES LÍDERES NUM CONTEXTO DE DESTRADICIONALIZAÇÃO”, em que analisa o fenômeno do surgimento da figura de mulheres líderes não nas grandes metrópoles, mas no interior do país, mas especificamente na Região Leste de Minas Gerais, a partir das mudanças significativas que aconteceram no Brasil desde o início da década de 80. As categorias de análise desse estudo foram as mulheres líderes, movimentos sociais e rurais, e identidade.

Os estudos trazem inicialmente a análise de liderança, fundamentados em C. I. Barnard, (para quem liderança se refere a situações em que “indivíduos guiam pessoas ou suas atividades num esforço organizado”). Para o autor, “qualquer situação concreta de liderança envolverá, naturalmente elementos de influência informal, domínio emocional e autoridade”. (TEIXEIRA, 2013). Barnard registra que o conceito de liderança se aproxima, por um lado, de outros tipos informais de influência sem importância fundamental para o esforço coletivo reforçando, por outro lado, que seu conceito de liderança se aproxima da dominação e da autoridade formal. A autora destaca ainda esse conceito afirmando que

A liderança é sempre *ação efetiva*, e não mero prestígio, talento ou competência, registraram H. D. Lasswell e A. Kaplan. A liderança, além disso, envolve *interação social*. O terceiro elemento do uso do termo [liderança] é o requisito de que o *líder ocupa uma posição de centralidade* no sentido de que é o ponto focal da atividade do seu grupo. O líder frequentemente inicia a ação pelo grupo, sem esperar sugestões de seus seguidores. Podemos agora afirmar que as mulheres que ouvimos nas pequenas cidades, nos assentamentos rurais, sítios, na maior cidade da região, Governador Valadares, têm se organizado internamente com suas próprias memórias de família, seus aprendizados da vida privada, e externamente, em seu aprendizado de estar na vida pública nesse momento no chamado espaço do sertão mineiro para superar a ordem patriarcal. Esse nos parece ser o esforço maior que fazem ao tomar as iniciativas que relatamos aqui e tomar as rédeas de suas próprias vidas. (Teixeira, 2013).

Observamos ainda nesse estudo que algumas mulheres no exercício da liderança, possuem maior amparo de familiares mais próximo, que até se envolvem no contexto das ações desenvolvidas e outras convivem com enfrentamentos objetivos na ordem familiar. Interessante observar que essas mulheres se deparam com muitos desafios, tendo que reverter toda uma tradição de submissão que estão arraigadas no seu entorno. Na pesquisa, o autor destaca que ao observar a fala das mulheres, os discursos apontam que os comportamentos de submissão e enfrentamentos estão presentes, nos remetendo a compreender que essas mulheres que atuam no exercício da liderança dos movimentos vêm desempenhando funções de muita relevância, mas sobretudo de “tentar romper com a ordem patriarcal ainda presente dentro da vida contemporânea”. (Teixeira, 2013).

Outro aspecto relevante do estudo se refere a análise quanto ao exercício no envolvimento comunitário em que a autora destaca,

Ao mesmo tempo, se para alguns estudiosos o envolvimento de várias destas mulheres em atividades de assistência social ou vida comunitária, poderia mostrar o envolvimento em esferas de interesse público que acabam por levar à política, para elas pode não ser indicativo de exercício da atividade política mas da caridade cristã. Isso poderá indicar que suas vivências estão muito próximas das velhas exigências de modos e costumes das sociedades mais tradicionais ocidentais, onde mulheres com alguma habilidade de liderança e vindas de famílias mais abastadas são legitimadas na vida pública na mesma medida em que praticam a assistência social e atendem interesses da vida comunitária. (TEIXEIRA, 2013).

E ainda chama atenção para um paradoxo encontrado,

Tanto na vida rural quanto urbana, estas mulheres líderes encontradas pela pesquisa conjugam a experiência de liderança de movimentos sociais ou políticos ou liderança burocrática com a experiência de liderança no campo religioso. Esse é um dos traços mais marcantes encontrados entre elas, as entrevistadas de 2012 - não importa que perfil socioeconômico tenham ou a qual crença religiosa se vinculem. Não há como separar uma vivência da outra. Elas se constituem em líderes também na medida em que fazem um discurso vinculado ao campo religioso e isso parece ser uma forma de legitimação dessas mulheres líderes. (TEIXEIRA, 2013).

O que nos permite compreender que conforme Bourdieu aponta sobre *habitus*, a partir das determinações e vivências para a construção da identidade e nesse caso com os movimentos que as mulheres estão inseridas,

Os costumes da região abrem espaços para estas lideranças femininas desde que representem um padrão aceito e incentivado do que é ser mulher – tema que aparece estreitamente vinculado à moral religiosa. Pode ser que apenas sejam legitimadas (ou reconhecidas) líderes que reproduzam o ideal feminino aceito localmente – mulheres ousadas, corajosas, com intensa fé religiosa e que exerçam sua fé na vida cotidiana. Grande parte dessas líderes, tanto no meio rural como urbano, com vinculações mais progressistas ou mais à esquerda, sem exceção, passou pelas Cebes (Comunidades Eclesiais de Base- Igreja Católica) ou ainda está estreitamente vinculada a elas. Foi onde aprenderam muitos dos instrumentos de raciocínio que utilizam - da oratória, da negociação política e uma bagagem de recursos e princípios éticos para a vida política que aplicam em sua experiência prática, no cotidiano. (TEIXEIRA, 2013).

Portanto, os estudos de Teixeira (2013) aqui fundamentados pelos teóricos como Barnard (1948), Shumacher e Vargas (1993), Saffioti (1988), Saffioti (1988), Soares (1998) entre outros, que analisam o fenômeno do surgimento da figura de mulheres líderes, a partir das mudanças significativas que aconteceram no Brasil desde o início da década de 80, evidencia-se que esse percurso analítico surge do olhar das próprias mulheres lideranças baseadas nas suas experiências e trajetórias de vida tanto no que se refere a vida pública quanto no espaço privado.

Trata-se de uma pesquisa de grande envergadura e de estreita relação com a investigação que ora nos debruçamos por apresentar para o contexto de análise, as várias facetas do entendimento e conceitos de liderança, a partir da reflexão sobre o surgimento da mulher líder, refletindo sobre as mulheres nos movimentos de bairros populares e sua dinâmica de luta própria associada a utopia feminista. Todo esse movimento apontado na pesquisa leva ao rompimento da ordem patriarcal vigente em que as mulheres historicamente foram submetidas. Por fim, evidencia que de alguma forma essas mulheres vivenciaram construções coletivas a partir das relações com os movimentos religiosos que lhes possibilitam a apreensão de “instrumentos de raciocínio” que são utilizados na prática cotidiana da vivência comunitária.

Por outro lado, para melhor compreensão dos aspectos que permeiam a atuação das mulheres no exercício da liderança, da descoberta de novos percursos e processos que permeiam suas trajetórias de lutas e conquistas, buscamos analisar estudos que possuem como base fundamental, análises sobre a mulher no exercício da liderança, porém sobre a ótica de outros campos como o empresarial.

Para tanto nos aportamos no estudo de Nogueira (2001), no seu trabalho de Dissertação de Mestrado, que possui o título SENTIDOS DO EXERCÍCIO DA LIDERANÇA POR MULHERES EXECUTIVAS BRASILEIRAS, cujo objetivo é analisar os sentidos do exercício da liderança por mulheres executivas, em que dentre as categoria analisadas a que nos chama atenção se refere a liderança feminina no espaço empresarial, a qual iremos nos ater nesse estudo. Como metodologia, utiliza a pesquisa exploratória por intermédio de um *survey* exploratório, que se baseou em um roteiro de questões semiestruturadas que foi aplicado sob a forma de entrevistas em profundidade a 13 mulheres que ocupam cargos executivos em organizações empresariais dos segmentos da Educação, Indústria, Comércio, Serviços e Financeiro, nos Estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Inicialmente a autora aborda sobre o conceito de liderança em que destaca,

É culturalmente influenciado e está sujeito a significados variados. Conforme Bass (1990, p. 11) “existem quase tantas definições de liderança como existem pessoas que têm tentado definir este conceito”, motivo que leva até o momento, à evidência de muitas definições sobre o assunto. Davel e Machado (2001), por exemplo, definem a liderança como sendo a capacidade de influenciar e direcionar os liderados. Além disso, os autores acrescentam que a liderança é um fenômeno social e complexo presente nas organizações, que sofre influência dos traços de personalidade, estilos de comportamento e fatores contingenciais dos líderes e liderados. Para Bass & Avolio (2004) o processo de liderança deve integrar por um lado, o sentido de autorrealização individual, bem como, o sentido de eficácia coletiva, motivando os subordinados a alcançar o envolvimento e o compromisso com a tarefa. (Nogueira (2001).

A partir desse entendimento passa a analisar a mulher no contexto da liderança, e afirma que,

Alguns autores, como Lima, Lima e Tanure (2009) destacam em sua pesquisa que o crescimento da presença da mulher em cargos executivos, só não é maior devido aos vários desafios enfrentados por essa profissional no nível executivo das organizações, porque existem barreiras socioeconômicas que impedem o avanço pleno das mulheres em cargos de comando, sobretudo se comparada ao homem. Outro desafio citado pelos autores se refere à discriminação da mulher executiva quando há avaliação de líderes, visto que os comportamentos exibidos por um líder masculino são avaliados de forma mais favorável do que comportamentos idênticos exibidos por uma líder feminina. Neste contexto, as mulheres estão conseguindo alcançar uma presença em termos quantitativos com o homem nas organizações (as mulheres estão superando os homens em números), porém, apesar do avanço das mulheres nas universidades e no mercado de trabalho, elas ainda sofrem com preconceitos e estereótipos propriamente masculinos, pois de maneira geral a maioria dos homens não admite a concorrência e a influência da mulher no ambiente corporativo. Sendo assim, não se pode desconsiderar o fato de que “ainda há graves componentes socioeconômicos que tornam a trajetória feminina, num contexto qualitativo, marcada por profundas desigualdades se comparada aos homens”. (Nogueira (2001).

Então a pesquisa em destaque nos apresenta um contexto bem peculiar do universo da liderança feminina nos cargos executivos, de comando. Nesse trabalho a pesquisadora por tratar do campo da administração, “os sentidos da liderança de mulheres que exercem cargos executivos nos motiva a ter um interesse por esse estudo, tendo em vista ser um campo diferenciado da área de estudos do campo da educação, mas que no seu bojo maior traz um enfoque para o sujeito mulher e o exercício da liderança que está intrinsecamente relacionado com nosso estudo.

Para abordar a temática, a autora se fundamentou nos estudos de Bass (1990), Bryman (2004), Cappelle (2004), Lima (2009), Souza (2007), Tannenbaum (1986) dentre outros nos apresentando visões teóricas peculiares do campo da administração e abordando temáticas como o conceito de liderança, o crescimento da mulher nos espaços executivos como liderança, bem como as diversas formas de discriminações vividas pelas mulheres líderes na sua trajetória em espaços que ocupam e atuam.

Especificamente nos estudos maranhenses e sobre a mobilização das mulheres à frente das organizações sociais e comunitárias, especificamente em São Luís-Ma, Rocha (2011), em sua pesquisa sobre “A organização das mulheres em São Luís-Ma”, destaca que,

As mulheres dos setores populares urbanos se mobilizam a partir da vivência dos problemas relacionados à infra-estrutura; falta ou precariedade de equipamentos sociais como escola, creche, hospital; a pequena renda familiar ou a ausência de renda própria. Questões diretamente relacionadas aos papéis de mãe e dona-de-casa que exercem e que as motivam a organizar-se e participar de movimentos sociais. (ROCHA, 2011, p. 3).

E ainda,

Em São Luís - MA, a partir dos anos 1960, também, registra-se a existência desses grupos, geralmente articulados com as Uniões de Moradores, as paróquias da Igreja Católica ou instituições públicas e privadas e organizações não governamentais. Os

objetivos de tais organizações não eram colocar em questão o papel ou a condição da mulher. Envolviam-se com os problemas ligados às políticas públicas, especialmente, nas áreas da infra-estrutura e serviços urbanos, qualificação profissional e geração de renda, assistência social e educação (ROCHA, 2011, p. 3).

Nesse sentido, a atuação e luta das mulheres contra as desigualdades e as opressões sociais remonta décadas e até séculos. São muitas as estratégias para a busca de solução para as problemáticas vivenciadas. O estudo apontou que são diversas as Instituições organizadas e fundadas por mulheres que se dedicam a minimizar as mazelas sociais. A luta contínua por direitos torna pujante a organização das mulheres. E é no movimento comunitário oriundo e visto como um movimento social e político de enfrentamento, que as mulheres se organizam para lutar por direitos coletivos.

Mas é oportuno destacar um aspecto muito pertinente evidenciado no decorrer desse estudo, de que apesar das mulheres se destacarem no exercício da liderança comunitária, como uma força mobilizadora e articuladora das Organizações Comunitárias, sua atuação e lutas se dá na maioria das vezes no campo das necessidades emergenciais de cunho coletivo, protagonizadas por mulheres, a partir da comunidade, do seu local de habitação e até do seu local de identidade. Essa atuação não se dá sobre questões específicas das pautas das mulheres, sob uma ótica feminista, como as lutas contra o machismo, racismo, discriminação, violências ou mesmo questões que possibilita a emancipação e empoderamento das mulheres, a exemplo da luta histórica das mulheres feministas por creche em que no âmbito da luta das mulheres líderes comunitárias se dá meramente pela necessidade por mais um equipamento social na comunidade ou no seu entorno de atuação.

Como podemos evidenciar no quadro a seguir, apresentamos apenas uma amostra do surgimento de algumas organizações que proliferaram em São Luís a partir da década de 1980, denominadas Organizações de mulheres e com ações que estão relacionadas especificamente às mulheres:

Quadro 3 – Instituições de Mulheres em São Luís - Ma

Ano de Fundação	Instituição
1989	Movimento de Libertação das Mulheres
1990	União de Mulheres de São Luís
1990	União de Mulheres da Vila Bacanga
1994	Coletivo de Mulheres Trabalhadoras do Estado do Maranhão

1999	Coletivo de Mulheres Aliança
2000	Associação de Mulheres do Anjo da Guarda
2001	Associação de Mulheres Coração de Jesus Tibiri
2001	Coletivo de Mulheres Negras Mãe Andressa
2001	União de Mulheres da Cidade Olímpica
2005	Mov. Organizado de Mulheres da Cidade Olímpica
2006	Movimento de Mulheres da Vila Dom Luís
2007	Movimento de Mulheres do MA Maria Aragão
2008	Associação de Mulheres da Cidade Operária
2009	Grupo das Mulheres do Residencial Tiradentes
2012	Associação das Mulheres da Vitória Sá Viana
2012	Associação de Mulheres de Cajupary

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nas informações fornecidas pelo Cartório Cantuária de Azevedo – São Luís – Ma

Muito embora buscando outros dados, no próprio Cartório Cantuária Azevedo, localizamos outras instituições que possuem denominações relacionadas a atuação das mulheres e ainda como já referendado com mulheres na direção, conforme o quadro a seguir:

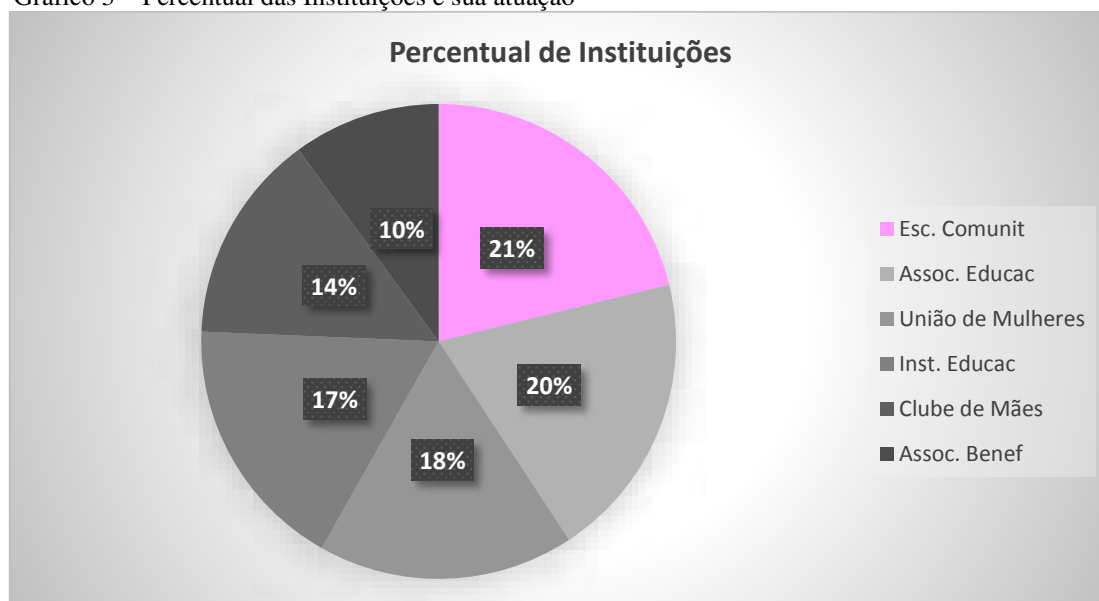
Quadro 4 – Instituições Comunitárias registradas e atuantes em São Luís Ma

Denominações	Quantidade
Associação de Mães	08
Associações de Donas de Casa	10
Associação Beneficente das Mães	19
Clube de Mães	27
Associação Comunitária	10
Associação/ União de Mulheres	33
Associação Educacional	37
Centro Comunitário	9
Associação Beneficente	11
Centro Comunitário	09
Creche Comunitária	08
Escola Comunitária	40
Instituto Educacional	33

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nas informações fornecidas pelo Cartório Cantuária de Azevedo – São Luís – Ma

Representando esses dados graficamente temos:

Gráfico 3 – Percentual das Instituições e sua atuação



Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nas informações fornecidas pelo Cartório Cantuária de Azevedo – São Luís – Ma

Além dessas Instituições, destacamos outras ONG's que apesar das denominações não estarem associadas a atuação das mulheres, mas são estas que estão na direção de suas atividades e inclusive no processo de fundação, como as Uniões de Moradores, Centros Educacionais Comunitários, Institutos de Apoio à Criança, Institutos de Educação, Institutos Filantrópicos entre outros.

Outro aspecto bem pertinente nos dados e como já apontados, se refere a atuação das mulheres à frente das ações nos espaços das ONG's com uma intrínseca relação com a educação em que na maioria das Instituições desenvolve-se atividades educacionais. Porém, observa-se que apesar desses movimentos serem liderados por mulheres, não evidenciamos que seu ativismo se dá especificamente na luta e defesa das questões específicas das mulheres, mas sim por temáticas diversas e de interesses da coletividade, como educação, saúde, abastecimento d'água, transporte coletivo entre outros, como destaca Rocha (2011, p. 3)

As mulheres dos setores populares urbanos se mobilizam a partir da vivência dos problemas relacionados à infra-estrutura; falta ou precariedade de equipamentos sociais como escola, creche, hospital; a pequena renda familiar ou a ausência de renda própria. Questões diretamente relacionadas aos papéis de mãe e dona-de-casa que exercem e que as motivam a organizar-se e participar de movimentos sociais.

Ficando assim evidenciado que os processos de organização local no sentido da promoção, articulação e mobilização própria das pessoas da comunidade se dá efetivamente a partir de demandas surgidas pela ausência do estado. E é exatamente nesse processo de organização social que as mulheres, a partir dos seus percursos e processos formativos, estende

suas fronteiras de atuação para além de si, podendo ser internalizado como um processo formativo e reflexivo, através da dinâmica de sua atuação, já que "a apropriação que cada pessoa faz do seu patrimônio existencial, através de uma dinâmica da compreensão retrospectiva, é fator de formação" (OLIVEIRA, 1998, p. 9).

Nesse aspecto, destaca-se a ação coletiva a partir das necessidades individuais e coletivas, sobretudo no interior das comunidades mais periféricas, de forma bem mais evidente, especificamente no que tange às necessidades que mais atingem as mulheres que se referem ao cuidar dos filhos, crianças e adolescentes como podemos observar na trajetória das Organizações visitadas em que desenvolvem diversas atividades, dentre elas, são mantenedoras de creches e escolas comunitárias.

São ONGs dirigidas por mulheres e grupos de mulheres, que por ausência de espaço para deixarem seus filhos para poderem trabalhar, além de outras problemáticas específicas, as mulheres se mobilizaram e fundaram essas Instituições que desenvolvem, além das atividades relacionadas à educação, várias outras ações, como atividades culturais, de esporte e lazer, posto básico de atendimento à saúde, assistência social entre outras. Mantém convênios junto a órgãos públicos para atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, além de adultos e idosos em alguns casos.

A ONG visitada Clube de Mães Mateus, mantém uma Escola Comunitária que atende o número de 125 crianças distribuídas em 06 salas de aula. Segundo uma das mulheres líderes comunitária e dirigente da Instituição o objetivo principal é desenvolver ações que demonstram cuidado com as crianças e adolescentes da comunidade, como acolhimento, educação, alimentação, ou seja, os cuidados básicos. Destaca-se ainda que em sua maioria essas ONG's se sustentam financeiramente através de convênios com órgãos públicos, desenvolvimento de projetos e doações voluntárias, como destaca uma das mulheres dirigentes em seu relato,

O nosso principal objetivo é dar a elas educação, lazer, alimentação e principalmente carinho, cidadania e valorização. Estamos nessa luta há 25 anos, colaborando com a educação e a formação das crianças da nossa comunidade e adjacências. Contamos com um número de 16 adolescentes devidamente capacitados e dispostos a fazer um bom trabalho. Diariamente são distribuídas 04 refeições às nossa crianças, nosso cardápio foi elaborado por nutricionistas que nos ajudou a entender a importância e a necessidade de uma alimentação balanceada para o desenvolvimento e nutrição de nossas crianças. A nossa escola vem ao longo destes anos em busca de ajuda financeira para gratificar os nossos colaboradores ou que possam adotar uma de nossas colaboradoras. Fazemos este pedido especial, mas, aceitamos tudo que estiver ao seu alcance. (AQUALTUME).

Portanto no movimento comunitário, a forma de resistência tem sido, a partir da ação coletiva, em que as mulheres exatamente através da organização de grupos sociais, ou seja, através das instituições como Clube de Mães, Associações, Centros Comunitários, Pastorais entre outros. Vivenciam as dificuldades, as ausências das políticas públicas básicas, pensam as estratégias de superação, mobilizam os demais sujeitos no seu entorno, em sua maioria mulheres, para discutirem e buscarem soluções a essas mais diversas problemáticas, e unindo-se passam a pressionar o poder público por melhores condições de vida.

Mas em geral, as mulheres partem para agir e essa ação se dá principalmente na execução direta como no caso da educação, mais diretamente ligada ao atendimento de Creches ou primeira infância nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas áreas da saúde através do atendimento básico, da prevenção à violência em defesa de seus filhos, na oferta de cursos de qualificação profissional, nas lutas pelo abastecimento d'água, situação muito presente nas comunidades observadas nesse estudo entre outras, suprimindo assim a ausência do Estado na oferta desses serviços públicos essenciais que impactam em sua maioria a vida das mulheres, como destaca Gohn (2007, p. 44),

As mulheres também sustentam, majoritariamente, as redes solidárias de projetos sociais que trabalham pela inclusão de crianças e adolescentes nas ruas; educadores das escolas articulam-se com grupos comunitários e desenvolvem trabalhos contra a violência e o uso de drogas.

As figuras a seguir retratam um pouco dessas assertivas, com as ações desenvolvidas e lideradas por mulheres no âmbito das instituições comunitárias e, como já mencionado, ações que em sua maioria seriam de responsabilidade do Estado que na sua ausência, as comunidades se mobilizam para sua realização.

Figura 15 – Atividades culturais e educativas na ONG Clube de Mães Mateus



Fonte: <http://cdessnpj.info/escola-comunitaria-caiane-mateus-club-de-maes-mateus/nu43>

Figura 16 – Atividades de mutirão da saúde realizadas na ONG UNIMAR



Figura 17 - Reunião de organização das ações lideradas por mulheres lideranças



Fonte: <https://www.google.com/search?q=atividades+na++união+dos+moradores+do+sol+e+ma>

Associada a essa atuação, a maneira como as mulheres líderes comunitárias compreendem, buscam e dão sentido à construção de seus processos formativos pode ser visto também como mecanismo de fortalecimento para sua atuação. Esse aspecto nos direciona a compreender que esse percurso vai se dando ao longo das suas trajetórias, podendo ser consolidado através dos processos de formação sistemática que se refere a escolarização formal, expandindo-se a cursos específicos voltados para a construção de saberes para essa atuação, a exemplo de cursos vivenciados pelas mulheres líderes comunitárias que lhes foram ofertados por instituições diversas como governamentais ou nas próprias organizações da sociedade civil, multiplicando seus saberes entre seus organismos sociais que possibilitam formas de subsidiar sua atuação em campos sociais distintos.

Quadro 5 - Certificados de cursos das mulheres



Fonte: Disponibilizados pelas mulheres pesquisadas

Assim os percursos e entendimentos desses processos formativos, bem diferenciados uns dos outros, se baseiam na percepção de que a aprendizagem deve ser considerada como a que ultrapassa esse estereótipo de formação moldada, estritamente sistematizada, mas que se dá ao longo da vida, perpassando pelas diversificadas formas de aquisição desses saberes e sobretudo das finalidades para as quais estão sendo adquiridas, podendo ser denominados e caracterizados aqui como os percursos formativos sistemáticos, se referindo àqueles que ocorrem de maneira formal, intencional e sistematizados, e os percursos formativos assistemáticos que são aqueles que irão ocorrer de maneira não formalizada

Nesse contexto podemos destacar que esses percursos se caracterizam a partir de três modelos de educação que permeiam a construção dos saberes do indivíduo: a educação formal, a não formal e a informal, termos de origem anglo-saxônica surgidos a partir de 1960 com os estudos sobre a crise educacional nos países de primeiro mundo. Sobre a educação formal, podemos conceituar como sendo as ações educativas institucionalizadas ocorridas no

espaço escolar e a informal e não formal, as ocorridas fora desse espaço escolar, conforme destaca Gohn (2006, p. 28):

A educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdo previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – na família, bairros, clubes, amigos etc., carregada de valores e cultura própria, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiência, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas.

Para Gohn (2006) cada uma dessas modalidades possui aspectos bem definidos como objetivos, características e resultados. A autora aponta como características da educação formal a maneira metódica de sua organização, que segue com um currículo e disciplinas definidas e visa a aprendizagem por titulação através de “ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados” para preparar o indivíduo com vistas a atuar ativamente na sociedade. Cabendo aqui destacar que o percurso formativo das mulheres líderes comunitárias ora analisados perpassa por esse aspecto da educação formalizada, tendo em vista em algum momento a necessidade e busca por uma formação intencional, sistematizada a exemplo das graduações pelas quais perpassaram, conforme relatado, além de cursos específicos que fundamentam a sua atuação.

Por sua vez a educação informal se refere a um processo permanente, não organizado e objetiva possibilitar ao indivíduo um processo de socialização de forma a desenvolver seus hábitos e atitudes na sociedade a partir da construção de um senso crítico e nesse caso vem permeando a trajetória das mulheres, quando é contínuo, uma busca de saberes permanente para o exercício da sua atuação. E por fim, a educação não formal que tem por finalidade proporcionar conhecimento sobre o mundo que envolve os indivíduos e suas relações sociais por trabalhar com a subjetividade do sujeito e contribuir para a construção identitária a partir do desenvolvimento de processos diversificados. Gohn (2006).

Então com o olhar voltado para o percurso formativo das mulheres, objeto e sujeito desse estudo, podemos evidenciar conforme destaca Gohn (2006) que a educação não formal possui aqui um destaque por estar “voltada para o ser humano como um todo” e que embora distintas, essa forma sistemática e assistemática de aquisição de saberes, se complementam e se tornam os processos pelos quais os indivíduos constroem seus percursos formativos.

Nesse caminho, alguns estudos já realizados sobre percursos formativos, sobretudo das mulheres assumindo a função de lideranças ou à frente de movimentos sociais, apontam para aspectos importantes a serem observados, como o que destaca Eleny Gianini e Passegi

(2013, p. 125) ao defenderem que esta categoria de análise está intrinsicamente relacionada com as histórias de vidas que leva em conta a totalidade da vida e as vivências que compõe os seus elementos formadores, propiciando ao sujeito compreender o seu “processo de formação, identificando, na sua própria história, aquilo que foi realmente formador”.

Essa assertiva nos possibilita refletir que todo contexto vivido pelas mulheres que está envolto às suas histórias de vidas confluem para seus percursos formativos e construção de identidade. Momento em que os saberes vão se constituindo através dos modos de ser e de estar na vivência de uma função bem mais específica. Como nos aponta os estudos de Tardif (2000) sobre esse contexto que ao abordar sobre a docência, afirma que os saberes são temporais, ou seja, antes mesmo de dominarmos os saberes necessários ao desenvolvimento de um ofício, já aprendemos e desenvolvemos muitos dispositivos, crenças e representações a partir de nossas trajetórias de vida, quer seja familiar, escolar, na sociedade, o que vai contribuindo para delinear a construção da identidade individual e coletiva.

Analisar a construção da identidade pessoal e individual do sujeito e aqui, do sujeito mulher, é compreender a constituição do seu percurso formativo, do seu processo de formação e que estão intrinsecamente relacionados à sua trajetória de vida. Conforme afirma Moita (1992, p.114) ao destacar que “Compreender como cada pessoa se formou é encontrar as relações entre pluralidades que atravessam à vida”.

E ainda,

[...] o processo da formação pode assim considerar-se a dinâmica em que se vai construindo a identidade de uma pessoa. Processo em que cada pessoa, permanecendo ela própria e reconhecendo-se a si mesma ao longo da sua história, se forma, se transforma, em interação. (MOITA 1992, p.115).

A partir dessa assertiva, compreendemos que as mulheres líderes comunitárias como protagonistas, produtoras e autoras do seu percurso de vida, na interação, nas relações sociais, constroem suas próprias falas, suas estratégias de formação para atuar nos seus contextos sociais.

Como destaca Moita (1992, p. 115),

Ninguém se forma no vazio. Formar-se supõe troca, experiência, interações sociais, aprendizagens, um sem fim de relações. Ter acesso ao modo como cada pessoa se forma é ter em conta a singularidade da sua história e sobretudo o modo singular como age, reage e interage com os seus contextos. Um percurso de vida é assim um percurso de formação, no sentido em que é um processo de formação.

Então, comungando do pensamento de Moita (1992), compreende-se que o percurso de vida das mulheres pode ser entendido como um percurso de formação, considerando que está permeado de todas as suas vivências e experiências que passam a ser

incorporadas e apropriadas por elas no seu processo formativo, que de acordo com Josso (2002, p. 35): “[...] as vivências atingem o estatuto de experiência a partir do momento em que fazemos um certo trabalho sobre o que se passou e sobre o que foi observado, percebido, sentido’.

Então o movimento vai se dando, entranhado por várias nuances, construídos individualmente ou coletivamente, moldando uma trajetória que vai se dando através das constantes buscas e estas se dão tanto nos diversos processos, quer seja nas buscas para o crescimento pessoal, mas também para a atuação. Nesse movimento de novas descobertas, novos percursos, as lutas surgem, mas as conquistas vão sendo alcançadas.

5.2 Experiências, sentidos e significados

As análises e reflexões até aqui realizadas de forma geral demonstram todo o percurso dessa construção, destacando as experiências, sentidos e significados percebidos ao longo dessa investigação, mas sobretudo evidenciando o olhar das mulheres sobre si, sobre suas identidades e atuação nesse espaço da liderança comunitária que através dos resultados dos estudos foi perceptível compreender, como os percursos formativos influenciam na construção da identidade dessas mulheres, sobretudo no que se refere ao campo da sua formação quer seja sistemática ou assistemática.

Assim consideramos que os espaços ocupados pelas mulheres no exercício da liderança, se configuram também como espaços de formação permanente, em que estando na atuação dos movimentos e nesse caso no comunitário, que envolve também a sua atuação em diversas ações como educação, saúde, social entre outras, possibilita a construção de um percurso formativo, ou seja, os espaços ou posições ocupadas por essas mulheres, se tornando um lugar aprendente e formativo, de aquisição de saberes e aprendizagens para o labutar cotidiano da vida humana e por conseguinte nas vivências comunitárias. Esses saberes se dá tanto entre si nos espaços formais de formação como através dos demais processos envolvidos, que nesse caso ocorre nas instituições e/ou na comunidade, a partir das relações sociais e interpessoais nas quais essas mulheres passam a apreender nas lutas, reforçando a sua atuação no espaço comunitário, da comunidade, passando a tracejar um caminho, uma trajetória de vivências e experiências que lhes ajudam a construir significados no que se refere às várias situações, inclusive sobre o sujeito mulher em que essas mulheres encontram uma realização pessoal, um querer fazer, agir. (GOHN, 1997).

É o que evidenciamos nos resultado dessa investigação sobre o percurso formativo das mulheres líderes comunitárias e consequentemente destacamos seu protagonismo, observando nos relatos a seguir que o enredo apresentado por elas demonstram como foi se dando a construção desse percurso e os processos de construção identitária para essa atuação. Na transcrição dos referidos relatos, optamos por manter os textos por elas descritos na íntegra, salvo alguns ajustes gramaticais, como forma de manter a riqueza das falas.

Nesse sentido ao longo dos relatos, identificamos que está muito presente diversos sentimentos como pertencimento, de realização pessoal ou mesmo da auto realização dessas mulheres sobre sua atuação como liderança comunitária, como alguém que se destina a liderar outras pessoas. Então trazer o relato de sua autobiografia, de suas próprias percepções é dar voz à seu entendimento sobre a construção de um percurso que delineia toda uma atuação, como destacado na leitura da *Aqualtume*:

Eu sou Aqualtume, tenho 40 anos, tenho uma filhinha de 08 e moro no bairro da Divinéia. Eu iniciei nesse movimento da minha comunidade desde bem nova. Sempre gostei de atividades em grupos, desde quando fazia o ensino médio, sempre me envolvi nas coisas e na minha comunidade também. Eu iniciei através da Igreja Católica, participando de Grupos de Jovens da Igreja São Paulo que é localizada na minha comunidade. Passei a representar a Igreja na Pastoral da Juventude, da Catequese, depois no Conselho Comunitário. Ingressei aos 17 anos nesta Entidade como colaboradora e depois como professora e me identifiquei com os trabalhos aqui desenvolvidos, estando até hoje como representante legal e dirigente. Encerrei um mandato de 04 anos, fui reeleita e estou no 2º mandato.

A nossa Entidade já existe há muitos anos e a gente sempre trabalhando aqui pra melhorar nossa comunidade e ela tem muitos objetivos como a promoção de atividades com finalidades de relevância pública, visando realizar um conjunto de ações educacionais, sócio assistenciais integradas à família, Escola e comunidade, tendo em vista o fortalecimento dos vínculos familiar e social, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, reflexivos e participativos. É isso que diz o nosso estatuto. Os anos foram se passando e cada vez mais fui gostando e me apaixonando pelo que eu faço pelas pessoas aqui. E eu me identifico muito como uma líder comunitária. Me identifico com as lutas diárias à frente desta Entidade e da Comunidade em que fazemos acontecer em diversas áreas em que atuamos.

Ao longo de todo meu engajamento aqui no Clube de mães, eu sempre busquei a minha formação escolar durante o meu envolvimento na comunidade. Depois de um certo tempo senti a necessidade de voltar a estudar, me graduei em Serviço Social e depois busquei participar de várias capacitações, oficinas e cursos ao longo destes anos de atuação. E acredito que a Profissional de Serviço Social que me tornei me fez aprofundar em conhecimentos das relações sociais e seus arranjos no que tece a cidadania, direitos, deveres e os mecanismos que garantem ou lutam por garantias de direitos

Eu no decorrer da minha atuação no movimento comunitário, e depois daqui da Creche, nunca mais parei de estudar. E uma das dificuldades que nós mulheres enfrentamos é em relação a vida pessoal. De forma particular me cobra muito o alcance dos resultados, como costume dizer “o abate dos leões” e isso faz você se dedicar mais ao trabalho de que ao lar, à sua família e não esquecendo de destacar que tudo que se faz coletivamente numa comunidade, em rede, se torna relevante e favorável a julgamentos e avaliações positivas ou negativas, você querendo ou não se cobra muito e se coloca ou lhe colocam em evidência e isso interfere em tudo até na sua vida pessoal.

Nossa principal atividade aqui é com as crianças, elas passam o dia todo aqui para as mães irem trabalhar. O nosso principal objetivo é dar a elas educação, lazer, alimentação e principalmente carinho, cidadania e valorização. Estamos nessa luta há 25 anos, colaborando com a educação e a formação das crianças da nossa comunidade e adjacências.

Contamos com um número de 16 adolescentes devidamente capacitados e dispostos a fazer um bom trabalho. Diariamente são distribuídas 04 refeições, as nossas crianças, nosso cardápio foi elaborado por nutricionistas que nos ajudou a entender a importância e a necessidade de uma alimentação balanceada para o desenvolvimento e nutrição de nossas crianças. A nossa entidade e nossa escola vem ao longo destes anos em busca de ajuda financeira para gratificar os nossos colaboradores ou que possam adotar uma de nossas colaboradoras. Fazemos este pedido especial, mas, aceitamos tudo que estiver ao seu alcance. Hoje me sinto realizada por estar à frente dessa entidade fundada e mantida por mulheres determinadas e por ter sido eleita para estar aqui. Para nós mulheres, vejo que enfrentamos algumas dificuldades para nossa atuação, principalmente em relação à burocracia que apresenta dificuldade para todos os lados na comunidade e sempre terá a crítica, isso é enraizado. Muitos não acreditam na capacidade feminina e também em algumas situações de abordagem e intervenções nos sentimos vulneráveis. (AQUALTUME).

No primeiro parágrafo de seu relato, Aqualtume destaca como se deu seu envolvimento no movimento comunitário, como evidenciado nessa investigação muito está relacionado a influência da Igreja Católica, a partir das Comunidades Eclesiais de Base, conforme apontado por Gonh (2011) em que a partir de 1970 com o surgimento dos “novos movimentos sociais” o que estava no “[...]cerne da diferenciação eram práticas sociais e um estilo de organizar a comunidade local de maneira totalmente distinta [...] e essas práticas influenciaram sobremaneira na formação de lideranças e mais em específico das mulheres.

No segundo parágrafo, evidenciamos na fala da dirigente a clareza da objetividade da Instituição, vista sob a ótica das mulheres lideranças em que destaca as ações que ao longo dos anos de existência desta, tem atuado em várias frentes que proporcionam um amparo coletivo para o fortalecimento dos vínculos familiares. Fica destacado no relato, o papel que representam essas ONG's e suas atividades na comunidade e no seu entorno, com especial evidência no aspecto do cuidar, sobretudo das crianças e adolescentes, uma característica que foi ao longo dos tempos sendo relacionado às mulheres, além da profundidade do envolvimento das mulheres no exercício da liderança comunitária nas causas coletivas.

No terceiro parágrafo, o relato nos aponta para o foco desse estudo que é categoria percurso formativo e a construção identitária dessas mulheres atuantes no exercício da liderança comunitária, em que a necessidade dos processos de formação, de aquisição de saberes passa a ser observada pelas próprias mulheres que no decorrer de sua trajetória buscam cursos, formações, graduações, especializações entre outros, passando muitas vezes a construir uma identidade profissional, além da continuidade permanente de construção desse percurso formativo. Essa construção passa a ter profícua relação com as atividades desenvolvidas no

âmbito da atuação comunitária. Como afirmado por Moita (1992) ao destacar que o processo de formação é exatamente essa dinâmica que vai se construindo e relacionada à construção da identidade de cada pessoa.

Nesse sentido, Aqualtume nos aponta que buscou na sua formação pelo curso de Serviço Social se tornando uma profissional dessa área e que está intrinsecamente relacionada com a atuação no âmbito do exercício das atividades comunitárias. E cabendo mais um destaque nesse relato, observa-se a ação do cuidar, do amparo, sobretudo das crianças e adolescentes em que as atividades com esse público se torna a principal atuação e objetivo das organizações lideradas por mulheres. Aspecto que demanda mais um aprofundamento dos estudos.

Cabe ressaltar que em grande parte, essas mulheres, apesar de sentirem-se realizadas nas suas ações, nos seus feitos, de estarem no exercício da liderança e promovendo benefícios a outras pessoas no aspecto social, também passam a impressão de uma realização pessoal, uma espécie de sentir-se “útil” à sociedade.

E um outro destaque bem pertinente identificado nesse estudo se refere a categoria liderança feminina a partir do olhar das próprias mulheres quanto ao ser mulher ocupando um espaço que naturalmente e intencionalmente é ocupado por homens na maioria das vezes, por ser um espaço de poder, mas ao mesmo tempo ao seu próprio protagonismo no exercício da liderança comunitária, atribuindo-lhe altruísmo, coragem, vontade de continuar nas lutas, além da tomada de consciência desse espaço social que também deve ser ocupado por mulheres.

Nesse sentido, consideramos que no percurso de vida das mulheres tudo tem sido resultante de muitas lutas pessoais, individuais e coletivas, lutas de ideias e ideais, de forças que geram novas realidades, mas que podemos caracterizar como um ciclo infinito de necessidades de aprender, reaprender, realinhar sempre organizando e reorganizando essas ideias para gerar novas lutas. Nesse sentido as mulheres líderes comunitárias, compreendem que seu percurso formativo, através dos processos formativos formais ou não, interferem na sua atuação no exercício da liderança. Esse entendimento fica bem evidenciado no relato autobiográfico de Dandara:

Não é muito fácil falar da gente mesmo, não gosto muito ou acho que não estou muito acostumada. Mas vamos tentar. Eu sou Dandara. Tenho 42 anos. Sou casada e mãe de dois meninos, um de seis e outro de oito anos. Conheci meu marido aqui nesse Bairro quando eu vinha fazer parte das atividades voluntária e aqui me casei e construí minha família há quinze anos atrás. Eu vim morar aqui na comunidade do Sol e Mar depois que eu já estava participando de algumas atividades voluntárias aqui na Associação e vim por causa disso e aqui encontrei meu caminho. Passei a participar dessa Entidade que tem como objetivo principal desenvolver ações em benefício das pessoas em situação de vulnerabilidade social como proteção à família, à infância, à maternidade,

à adolescência, à juventude, ao adulto e ao idoso, bem como atividades diversas que integrem a população na busca de respostas às suas necessidades.

Comecei a ajudar na organização e fui me envolvendo tanto sem perceber. Quando vi já estava era organizando as pessoas e coordenando as atividades. Fui secretária, tesoureira, professora voluntária, coordenei e ajudei a montar alguns projetos. Depois fui indicada para ser candidata a Presidente e até hoje estamos aqui. É muita luta, mas vale à pena. Inicialmente me envolvi no movimento comunitário e no decorrer iniciei minha vida acadêmica. Além da faculdade, fiz também vários cursos pra melhorar minha atuação como os cursos Mulheres da Paz, Pacto pela Paz, Líderes de Hoje e outros. Esses cursos me ajudou muito e contribuiu bastante para minha atuação, pois atrelou a teoria com a prática. Eu sempre que posso estou em formação porque acho que o estudo nos ajuda muito e no meu caso, ajudou e contribui bastante para a minha atuação, onde eu pude atrelar a teoria com a prática. E tudo se deu diante de algumas necessidades observadas na comunidade.

Essa para mim é uma grande missão, uma coisa sem explicação. Às vezes por conta da minha luta em casa com marido e filhos eu chego até pensar em desistir, mas aí surgem algumas situações, alguns problemas e quando vejo já estou lá tentando reunir o povo pra gente buscar a solução. Pra mim é missão mesmo, eu nem consigo mais me ver fazendo outra coisa. Gosto disso, de ajudar outras pessoas, de correr atrás dos benefícios pra minha comunidade. Sei que às vezes nem somos reconhecidos, mas assim mesmo me sinto bem fazendo o que faço. Eu me identifico muito com a luta comunitária porque são grandes os desafios de uma mulher que é liderança comunitária, mas acredito que com amor, dedicação podemos alcançar um nível na comunidade que nos ensina que esse trabalho nos exige atitude e muita dedicação para lutar pelas pessoas, mas a nossa luta não é fácil. Para mim ser mulher e estar dirigindo uma entidade, conduzindo um grupo de pessoas que transformam uma comunidade, que busca resultados através de habilidades e motivação é muito importante. Contribuir no voluntariado e alcançar os objetivos que desejamos na organização é muito bom. Não pensem que foi ou é fácil ser mulher e estar na frente de um grupo ou na liderança de uma comunidade. No começo tive quebrar barreiras por conta do preconceito em relação à mulher como nós ocupando um cargo como esse, pois a sociedade infelizmente ainda é muito machista, mas aos poucos isso está sendo mudado.

Ser mulher e estar aqui não é fácil. Às vezes para também dar conta da vida familiar requer abdicar um pouco do movimento e em outras vezes da família. Temos que participar de reuniões e outros movimentos para cumprir os compromissos da Instituição. Mas não desisto. Me sinto muito realizada em fazer o que gosto, em ajudar a minha comunidade, pois além de mim sentir, contribuo com a sociedade. Hoje me sinto uma mulher ativa, sempre buscando soluções para os problemas do Bairro, pois tenho consciência do meu papel como representante e liderança nessa Instituição nas questões gerais como política, econômica e sociais. (DANDARA).

Um dos aspectos iniciais observados nesse relato de Dandara, mulher liderança comunitária, se refere ao não pertencimento de seu lugar de protagonismo, quando as próprias mulheres não se identificam como protagonicas, que lideram pessoas, lideram movimentos, inclusive com a dificuldade de falar de si, de se vê como uma mulher que rompeu paradigmas, estigmas e alcançou um espaço social naturalmente e culturalmente não reservado a elas. Essa negação de seu pertencimento, de ocupação de espaço é refletida na dificuldade de falar do eu, da sua atuação, contribuindo para o sentimento de incapacidade, inferiorização, condensando a ela própria uma construção social naturalizada. Bourdieu (2007).

Corroborando ainda mais com as assertivas de Bourdieu (2007, p.90) ao tratar da naturalização da subalternização em que historicamente as mulheres foram submetidas e por

elas mesmas naturalizada, para o autor essa naturalização “é continuamente legitimada pelas próprias práticas sociais por ela determinadas, resultando em uma verdadeira incorporação, tanto por homens quanto por mulheres, da superioridade masculina”. Então,

“as próprias mulheres aplicam esquemas de pensamento que são produto da incorporação desse habitus a toda a realidade, particularmente às relações de poder em que se veem envolvidas, relações as quais são produto justamente desse modo de pensar” (p.93).

Outro aspecto pertinente no relato de Dandara, destaca-se no segundo parágrafo que está relacionado ao seu envolvimento no contexto comunitário que se dá a partir do voluntariado e aqui cabe um destaque a esse termo. Estudos apontam que este surge a partir da atuação da igreja católica com ações de caridade avançando para o crescimento das organizações religiosas, dentre elas as “Damas da Caridade”, “Servas dos Pobres”, “Filhas da Caridade” e “Irmãs da Caridade”, esta existentes até os dias atuais. Essas organizações foram fundadas no século XVI por mulheres para dedicar-se aos doentes, pobres, assistência às crianças abandonadas, à infância desvalida. (Kisnerman,1983).

Segundo a Organização das Nações Unidas ONU, trata-se de uma relação solidária ao próximo que participa sem remuneração, de forma livre e voluntária de ações de interesse social, coletivo e comunitário que se dá em benefício de uma comunidade. Ainda segundo a ONU e a Rede Brasil Voluntário em pesquisa realizada em 2011, apontou que no mundo há 20 milhões de voluntários e as Mulheres totalizam 53% do voluntariado no Brasil, atuando nas mais diversas áreas direcionadas à solução de problemas sociais. Destaca-se também o trajeto que as mulheres vão percorrendo no interior das organizações que em muitos casos se dá a partir do voluntariado, até chegar ao cargo mais importante dentro da organização.

Evidenciamos esse aspecto no segundo parágrafo, quando Dandara discorre sobre seu percurso para chegar à presidência da entidade que, nesse caso quando não são fundadoras da Instituição, as mulheres iniciam participando como voluntárias, colaboradoras das atividades, ações e projetos de forma mais tímida e no processo, vai perpassando por diversas etapas ou pelos denominados cargos na Diretoria da Instituição e às vezes chegando à presidência, cargo de destaque na composição da diretoria das organizações sociais, como foi o caso de Dandara. Observa-se ainda que esse destaque não se deu somente nos aspectos burocráticos ou administrativos, mas também no social, no relacional em que pese a posição que vai assumindo também perante os beneficiários e na condução das situações surgidas, ou seja, na função de liderança no interior da organização e na comunidade, além de estarem sempre associando esse processo de crescimento na atuação aos percursos formativos de maneira continuada.

Em meio a essa atuação, e assim como tem sido a luta e os desafios enfrentados pelas mulheres nos diversos espaços sociais, também na atuação das mulheres líderes comunitárias toda essa trajetória tem ocorrido entremeada por dificuldades e enfrentamentos, situações estas, que no olhar das próprias mulheres estão intrinsecamente relacionadas aos construtos sociais de incapacidade, subalternidade e discriminação a que as mulheres estão imersas na historicidade (SILVA, 2013).

Essas dificuldades que estão presentes na trajetória das mulheres nos espaços dos movimentos sociais e aqui da vivência comunitária, também se estende à vida pessoal, ao espaço privado das relações familiares em que situações diversas são permeadas por conflitos, cobranças, ausências no que se refere à sua própria vida que às vezes é conjugal, de mãe, “do lar” considerando que à mulher foi “imputado” o dever de cuidar do espaço doméstico e as lacunas nesse lugar de às vezes, esposa, mãe, traz como consequências outras formas de desafios, enfrentamentos, sobretudo consigo e com os outros, surgindo uma espécie de divisão de tempo, de ação e até do sentimento de auto responsabilidade ao ocupar ao mesmo tempo esses diferentes lugares e funções.

Outro aspecto evidenciado nesse estudo se refere a construção das redes solidárias que se dão a partir das percepções de problemas pontuais vivenciados no espaço da comunidade e essas redes se auto sustentam através das diferentes ações que permitem a diminuição das desigualdades e ocorrem corriqueiramente pela ação das mulheres que são perceptivas em relação as situações e passam a desenvolver trabalhos, sobretudo contra a violência e demais mazelas sociais (GOHN 2007). Esse aspecto foi identificado em trechos do relato autobiográfico, conforme descrito por Teresa de Benguela:

Eu sou Tereza de Benguela, tenho trinta e sete anos. Sou casada e casei bem nova, já tenho dois filhos praticamente adultos, um rapaz de 20 anos e uma menina de 17 e já sou avó. Moro aqui mesmo na Vila Luizão há 15 anos e desde que cheguei aqui que ainda era no início da ocupação sempre estava junto de outras pessoas lideranças fazendo alguma coisa pra melhorar nossa comunidade. E meu envolvimento com o movimento comunitário se deu quando eu vi no meu Bairro jovens e adolescentes morrendo pela criminalidade e o desespero das mães que choravam a morte de um filho que estava nas drogas e que foi morto por alguma facção criminosa porque esse jovem não tinha uma ocupação a fazer. Eu via esses adolescentes desde crianças aqui brincando na rua e alguns anos depois eu via eles saindo no caixão e isso me cortava o coração.

E eu também via muitas mães que ficavam sem muito o que fazer na porta das casas porque queriam trabalhar e não tinha com quem deixar os filhos. Um dia eu conversando com uma vizinha e ela me disse que gostaria de trabalhar, mas tinha filhos pequenos e ainda não tinha preparação alguma para o mercado de trabalho. Foi aí que pensei, vou abrir uma associação e lutar pelas donas de casa que não tem capacitação e nem onde deixar seus filhos. E também trazer cursos para os jovens e adolescentes para saírem do meio da violência. Aí daí fui começando. Organizei com um grupo de mães da comunidade e fundei o Centro Social das Donas de Casa.

Quando iniciei no movimento das Donas de Casa eu só tinha o Ensino Médio, mas depois achei que tinha que buscar mais conhecimentos e fiz o Curso de Bacharel em Teologia que conclui em 2010 e hoje estou fazendo Pedagogia. E sempre faço cursos que aparecem. Sempre que tem não deixo de participar. Na minha opinião a minha formação ou eu fazer novos cursos não interfere na minha atuação, mas contribui para auxiliar na minha atuação como liderança. Na verdade eu acho que ainda fiz muito pouco. Acho que preciso de mais. Preciso fazer mais para melhorar a vida das pessoas e aí vou me identificar. Porque acho que ainda faço pouco. Para mim, a minha formação é muito importante, ela não interfere, mas contribui bastante para me ajudar no exercício das atividades aqui da entidade. Eu gosto do que faço, me sinto bem e enquanto eu puder vou lutar por essa causa e confio em Deus que vamos conseguir e que as mulheres sejam vistas por igual ao homem com os mesmos direitos não só no papel, mas na vida. Nós enquanto mulher para estar nesse lugar, enfrentamos muitas dificuldades, então queremos ser vistas e ouvidas. (TERESA DE BENGUELA).

Observa-se inicialmente no relato de Teresa de Benguela que a construção de toda a trajetória dessas mulheres, muitas vezes vai se dando a partir das realidades que está envolta por uma diversidade de situações que é permeada por necessidades específicas do âmbito da coletividade à qual está inserida, que não tem como ponto de partida uma intencionalidade, mas parte da busca por resolução de uma situação, de uma realidade e vai se desenvolvendo de forma espontânea, fazendo surgir essa mulher que lidera outras pessoas, outras mulheres, que possui um olhar mais sensível para com o problema do outro e agindo passa a ser percebida como um referência na localidade de atuação e atrelada a essa trajetória vai se construindo também os processos de seu percurso formativo. Esse está intrinsecamente relacionado a construção da identidade fundamentado pela dinâmica de suas vivências e experiências, além dos saberes acumulados ao longo da vida nesse contexto do exercício da liderança comunitária (BOURDIEU, 1983; MOITA, 1992; NÓVOA, 2002; ROQUE, 2008).

No último parágrafo, nos chama atenção nesse relato o aspecto fundamental dessa pesquisa que é o olhar das mulheres sobre os seus processos formativos e, sobre esse aspecto, Teresa de Benguela nos apresenta uma visão dicotômica sobre a interferência do seu próprio percurso formativo. Ao mesmo tempo em que destaca a sua trajetória formativa de busca de saberes e formação para sua atuação que se dá através da graduação, cursos, entre outros. Destaca que essa formação não interfere na sua atuação, mas contribui para auxiliar nesse exercício da liderança. Tal posição nos remete e nos instiga a continuar buscando compreender o sentido e significado dos processos formativos no olhar das próprias mulheres líderes comunitárias. O aspecto formativo dessas mulheres ao mesmo tempo que passa a ter sentido e significado para o exercício da liderança, também deixa de o ter, considerando que para as mesmas o passa a ser visto como um processo natural, conforme destaca Moita (1992, p. 114) “Um percurso de vida é assim um percurso de formação, no sentido em que é um processo de formação”.

Nesse sentido, observa-se que as mulheres líderes comunitárias aqui pesquisadas relatam e destacam a sua formação sistemática, a formal com uma formação acadêmica e ainda com outras formas de processos formativos construídos e empreendidos no decorrer dessa atuação, além da busca por outras alternativas de conhecimento como cursos diversos, sendo esta vista como uma possibilidade de desenvolvimento de novos saberes para esse exercício.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos até aqui e ainda não podemos expressar o “por fim”, dado que aqui se iniciou um movimento, movimento esse que deve perdurar por um longo tempo com novos percursos e trajetórias entrelaçadas por outros sentimentos e descobertas, porque se inicia um novo trajeto, o da vida que se dará em constante movimento, assim como a própria vida o é, crescimento. Então, nossas buscas, partindo de um ponto, o fecundar, nos levaram a percorrer caminhos, a encontrarmos outros saberes, sensações, sentimentos, reflexões e transformações que a partir de novas teorias, nos possibilitou outros entendimentos e compreensões acerca da atuação do sujeito mulher no contexto do espaço social.

Desta feita partimos da centralidade do falar do eu, rebuscando na memória atitudes, ações, pensamentos e entendimentos desse ser mulher, a partir de suas próprias percepções, de seus percursos formativos na construção identitária para o exercício da liderança comunitária, perfazendo um trajeto do percurso de vida, valorizando as experiências e vivências dessas mulheres que inter cruzadas com as teorias e estudos que fundamentaram essa construção, nos revelaram aspectos significativos na sua trajetória que estão intrinsecamente relacionados aos seus percursos formativos.

Iniciamos pelo aspecto da construção identitária em que os estudos evidenciaram que, fundamentada na teoria bourdieana, base principal dessa investigação, e ainda em outros estudos, essa construção de trajetos para os percursos formativos que influenciam na construção da identidade dessas mulheres não se dá de forma linear, mas ocorre a partir de um conjunto de determinações sociais que expressam os espaços, as experiências e vivências às quais essas mulheres estão inseridas ao longo de uma trajetória, quer seja na família, na comunidade, nos movimentos de modo geral, além das formações consideradas formais realizadas pelos agentes formadores, embora que ao longo do caminho vez ou outra perpassam por elas.

Assim, partindo do conceito de *habitus* foi possível compreender que as determinações sociais que atuam sobre os indivíduos e nos grupos dos quais fazem parte, através dos laços relacionais, da interação nos distintos espaços sociais, são aspectos fundamentais que constituirão sua identidade. Compreendemos ainda que esses processos diversos de socialização passam a ser responsáveis pela construção dos agentes sociais, através dos *habitus* individuais e coletivos, pois a identidade é de natureza interativa, sendo uma construção social. A identidade é o resultado simultâneo dos diversos processos de socialização que em conjunto com vários fatores, constroem os indivíduos e definem as instituições. Nesse sentido, apreendemos que a construção identitária das mulheres aqui pesquisadas se dá a partir

de um conjunto das múltiplas identidades que vivenciam, ou seja, as identidades individuais mescladas com as vivências coletivas numa dinâmica e dialética permanente que vão imbricar na construção da identidade enquanto líderes comunitárias.

Apreendemos ainda que o trajeto da construção identitária se dá intrinsecamente relacionado ao percurso formativo dessas mulheres. Percurso esse que é a própria trajetória de vida, do processo de formação. São as relações plurais que atravessaram a sua vida tanto nos aspectos pessoais, quanto aqueles que levam ao exercício profissional que, nesse caso, é a atuação no exercício da liderança comunitária, considerando que um percurso de vida, é um processo de formação.

Nesse sentido, compreendemos que os percursos formativos das mulheres líderes comunitários não possuem um início ou etapas estanque, como as efígies destacadas nessa produção, com um período determinado para começo, meio e fim, com resultados a serem alcançados, mas deve ser visto como uma construção contínua, a partir das suas trajetórias individuais e coletivas, através dos processos formais ou não, sistemáticos ou assistemáticos, mas de um modo bem peculiar, sem perder de vista suas capacidades altruístas, inventivas, geradoras das disposições adquiridas e socialmente construídas que farão parte dos seus processos de formação para o exercício da liderança comunitária.

Todo esse entendimento foi adquirido ao longo dos relatos, da fala das mulheres, em que diversos aspectos foram localizados, como sentimentos, sensações e significados do ser mulher no exercício da liderança comunitária e que estes passam a ser determinantes e significativos para o entendimento da construção da identidade dessas mulheres com a ação de liderança na comunidade ou em instituições onde atuam. Esses aspectos são reveladores no que tange o sentido dessa construção identitária, do olhar sobre os aspectos formativos para si, da relação destas com a atuação, e ainda da compreensão do ser mulher no exercício da liderança comunitária, perpassando pelos desafios, enfrentamentos, conquistas, mas, sobretudo das dificuldades enfrentadas, além de outros aspectos pertinentes para uma análise mais profunda.

Outros elementos marcantes nessa investigação e que está bem presente na trajetória dessas mulheres se refere às construções ainda arraigadas no que tange ao “lugar” da mulher na ocupação dos espaços sociais, o sentido dado de não pertencimento a esse lugar de protagonismo, tendo em vista os preconceitos enfrentados, a necessidade constante de provação da sua capacidade enquanto mulher de liderar, além de que, esses espaços estão sempre associados à educação, ao cuidar.

Assim, nossa investigação continuará nos conduzindo por caminhos ainda não desvendados sobre o ser mulher, o ser mulher no exercício da liderança e seus percursos formativos que interferem na construção identitária. Aspectos que se enlaçam e que cada vez mais vai requerendo novos estudos dada a sua complexidade e a necessidade de novas indagações, haja vista também as condições de vulnerabilidade que envolvem as mulheres no exercício da atuação nos movimentos sociais e comunitários, as situações de insegurança, ameaças, conflitos de interesses às vezes até político, tornando-as às, em muitos casos, vítimas em potencial de situações de violência.

Nesse sentido, os estudos até aqui realizados nos impulsiona a continuar compreendendo sobre a atuação dessas mulheres, suas identidades, além de outros elementos importantes nesse contexto, redefinindo seus lugares de ação, produção e valorização, a partir da construção do respeito ao seu lugar protagônico, dos avanços através das suas lutas e conquistas. Com esse percurso, desejamos revelar, visibilizar e fazer emergir a ação das mulheres historicamente invisibilizada em todos os diversos espaços de atuação, mas, sobretudo na atuação comunitária. É necessário a continuidade desse movimento, de mobilização, de articulação e organização transversalmente em todos os sentidos, em todos os tempos e espaços para que as mulheres estejam sempre em movimento e sendo capaz de evidenciar sua luta, sua voz e seu protagonismo.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, M.H.M.B. (org.). **História e Histórias de Vida** - destacados educadores fazem a história da educação rio-grandense. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- _____. 2005. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- BOURDIEU, P. **Esquisse d'une théorie de la pratique**. Geneva: Librairie Droz, 1972.
- _____. (1985). **Gostos de classe e estilos de vida** (Montero, P. & Auzmendi, A., Trad.). In Ortiz, R. (Org.). Pierre Bourdieu: sociologia (pp. 82-121). São Paulo: Ática.
- _____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.
- _____. **Sociologia**. (Organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983b.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- _____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- _____. **Por um movimento social europeu**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. **Esboço de Uma Teoria da Prática, Precedido de Três Estudos de Etnologia** Cabila, Oeiras: Celta Editora, 2002
- _____. **A Distinção: crítica social do julgamento**, Porto Alegre, Editora Zouk, 2007.
- _____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007a.
- BRANCO FILHO, José Carlos Castelo. **A construção da identidade**: tentativa de empreender um diálogo sobre a temática. 2017
- Disponível em: <<http://www.castelobrancopsi.com/pdf/construcao-da-identidade.pdf>>. Acesso em: 15 maio, 2017.
- CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; BRITO, Maria José Menezes and BRITO, Mozar José de. **Uma análise da dinâmica do poder e das relações de gênero no espaço organizacional**. *RAE electron*. [online]. 2004, vol.3, n.2.
- CARRILHO, M. F. P. **Torna-se professor formador pela experiência formadora**: vivências e escrita de si. 2007. 281f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.
- CASTRO, Clarindo Alves de. **Educação para líderes comunitários**: reprodução ideologia ou democratização das políticas de segurança pública? 2013. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2013.

CARVALHO, H. S. **No chão Quilombola os rebentos narram suas percepções acerca da Escola de Infância da Comunidade Cajueiro I em Alcântara/MA**. 2016. 248f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

CASTELLS, Manuel. **The information age: economy, society and culture**. London: Blackwell Publishers, 1996. 3 v.

_____. (1999) **A sociedade em rede**. São Paulo, Paz e Terra.

_____. **Rede de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**: Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando Pessoas** – 3º Ed. São Paulo: Makron Books, 1994.

CORDEIRO, Rosineide de L. M.; SCOTT, Russel Perry (Orgs.). Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v. 15, n. 2, p. 419-423, 2007.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 1996.

_____. **Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica**. Revista Brasileira de Educação, v. 17, n. 51, p. 523-535, set./dez. 2012.

DESLAURIERS J. P. **Recherche Qualitative**. Montreal: McGraw Hill, 1991

DINIZ, Juarez. Soares. **A Dinâmica do Processo de Segregação Sócio-espacial em São Luís (MA): o caso da Vila Cascavel**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1999.

_____. **As condições e contradições no espaço urbano de São Luís (MA): traços periféricos**. Ciências Humanas em Revista, Núcleo de Humanidades, São Luís, v. 5, n.1, p. 167-180, 2007.

DOMINICÉ, Pierre. **Biografização e mundialização: dois desafios contraditórios e complementares**. In: PASSEGGI, Maria da Conceição; SOUZA, Elizeu Clementino de. (Auto)biografia: formação, territórios e saberes. Natal: EDUFRN, São Paulo: Paulus, 2008.

_____. **O processo de formação e seus componentes relacionais**. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias. O método (auto)biográfico e a formação. São Paulo: Paulus, 2010

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Tradução de Annette Pierrette R. Botelho, Estela Pinto Ribeiro Lamas. Porto: Ed. Porto 1997.

DURIGUETTO, M. L. **Sociedade civil e democracia**: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003

_____. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. (Organização e apresentação Ana Maria Araújo Freire). São Paulo: UNESP, 2008.

FURTADO, E. A. Conversando sobre identidade profissional. **Revista de Terapia Ocupacional da USP**, São Paulo, v. 10, n.2-3, p.46-48, 1999.

GIANINI, Eleny; PASSEGGI, Maria da Conceição. **A constituição de si como docentes surdos de libras**: herdeiros do oralismo, filhos do bilinguismo. In. :**Pesquisa (auto)biográfica: narrativas de si e formação**/ Org. Maria da Conceição Passeggi, Paula Perin Vicentini, Elizeu Clementino de Souza. Curitiba, PR: CRV, 2013. 266p.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Movimentos Sociais e Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Movimentos sociais e lutas pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo. ed. Loyola, 1997.

_____. **500 anos de lutas sociais no Brasil**: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. Londrina. **Rev. Mediações**, 2000.

_____. **Educação não formal e o educador social**. São Paulo: Cortez, 2010

_____. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **Teoria dos movimentos sociais**. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. (org.). **Movimentos sociais no século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2003

_____. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Loyola. 2001.

_____. **Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

HALL, Stuart. **Identidade cultural e diáspora**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, n. 24, 1996.

- _____. (2000) **Diásporas ou a lógica da tradução cultural**. (Trad. Elizabeth Ramos) Conferência de abertura, VIII Congresso da ABRALIC Associação Brasileira de Literatura Comparada. Salvador.
- HUNTER, James C. **O monge e o executivo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.
- KAINGÁNG, Azelene. **Depoimento de uma militante**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2012, p. 410-422.
- LIMA, Maria Socorro Lucena. **A formação contínua do professor nos caminhos e descaminhos do desenvolvimento profissional**. Tese (Doutorado em Educação) - São Paulo: Faculdade de Educação, USP, 2001.
- LIMA, T. M. (Org.). **Políticas públicas, trabalho e movimentos sociais no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2003, p. 81-197.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MARTINS, Gilberto de Andrade. Metodologia convencionais e não-convencionais e a pesquisa em administração. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 0, n. 0, p. 1-5, 1994.
- MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. Tradução de Edgard Malagodi, Leandro Konder, José Arthur Giannotti, Walter Rehfeld. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1998.
- _____. Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MOCELIN, Daniel Gustavo; GEHLEN, Ivaldo (Org.). **Organização Social e Movimentos Sociais Rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- MOITA, Maria da Conceição. **Percursos de formação e trans-formação**. Vida de Professor. Porto; Porto Editora, 1992.
- MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2013.
- MONTAÑO, C., DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. 1ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

- NÓVOA, Antonio. **Os professores e as histórias de suas vidas**. Porto: Editora Porto, 1992. p.15-38.
- NUNES, Iran de Maria Leitão. **Ideal Mariano e docência**: a identidade feminina da proposta educativa marista. Nunes, Iran de Maria Leitão. Natal, 2006.
- OLIVEIRA, Admardo S. de et al. **Introdução ao pensamento filosófico**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- PASSEGI, Maria da Conceição; BARBOSA, Tatiana Mabel Nobre (Org.). **Memórias, memoriais: pesquisa em formação docente**. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008.
- PAULILO, Maria Ignez; SILVA, Cristiani Bereta da. **A luta das mulheres agricultoras**: entrevista com Dona Adélia Schmitz. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v. 15, n. 2, 2007, p. 399-417.
- PAULILO, Maria Ignez. **Trabalho familiar**: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, vol. 12, n.1, 2004, p. 229-252.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. (Org.). **História das mulheres: o século XIX**. Lisboa: Afrontamento, 1991. p. 503-540.
- PIMENTA, Selma G. **Pesquisa em educação**: possibilidades investigativas/formativas da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2006.
- PINTAUD, Silvana Maria. **Urbanismo**: é possível projetar um futuro coletivo para a cidade? *Scripta Nova* (Barcelona), v. XI, p. 245, 2007.
- PORTO, Yeda da Silva. **Formação continuada**: a prática pedagógica recorrente. In: MARIN, Alda Junqueira (Org.). **Educação continuada: reflexões, alternativas**. Campinas: Papirus, 2000.
- REBOLLAR, Maria Dolores Campos. **Os processo formativos na Opan e os novos desafios político-pedagógicos**. 2013. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2013.
- RICHARDSON, R. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- ROCHA, L. de M. L. N. **Abrindo os olhos e botando a boca no mundo**: a emergência do movimento feminista em São Luís-MA, na década de 80. In: COSTA, Cândida da; LIMA, T. M. (Org.). **Políticas públicas, trabalho e movimentos sociais no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2003, p. 81-197.

ROCHA, L. de M. L. N; NASCIMENTO, S. M. V e LIMA, T. M. **Mulheres, Organização e Mundo do Trabalho: processos de lutas e participação**, São Luís, 2008, mimeo. Relatório Final de Pesquisa.

_____. **Organizações de Mulheres Em São Luís – MA**: expressões dos movimentos feministas? Artigo apresentado na Jornada Internacional de Políticas Públicas (2011). UFMA. São Luís –Ma.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. (1988) “**Movimentos sociais: face feminina**”. In Carvalho, Nanci Valadares de. (org.) A condição feminina. São Paulo, Revista dos Tribunais Ltda., Edições Vértice

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCHILPP, Paul Arthur (Org.). *The Philosophy of G.E. Moore*, La Salle, Open Court, 1968. In: MARCONDES, Danilo. **Filosofia Analítica**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004. p. 16-17.

SCHÜTZE, Fritz. **Biographie forschung und narratives**. Interview. Neue Praxis, v. 13, n. 3, p. 283-293, 1983.

_____. **Pesquisa biográfica e entrevista narrativa**. In: WELLER W.; PFAFF, N. (Orgs.). **Metodologia da pesquisa qualitativa em Educação**: teoria e prática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 210-222.

SCOTT, Joan W. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. **Revista Debate Feminista**: cidadania e feminismo. México: Produtos Culturales; São Paulo: Melhoramentos, 2000.

SCHROEDER, Ivo. **Indigenismo e política indigenista entre os Parintintin**. Dissertação de Mestrado em Educação Pública no Instituto de Educação da UFMT. Cuiabá, UFMT, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Apostila de metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2000.

SILVA, Lisandra Oliveira. **Pesquisa de Mestrado**. Percurso formativo de pesquisadora: pesquisa, formação e produção de conhecimento. 2013. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/149147>.

TELLES, Maria Amélia de Almeida. 1993. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense.

TEIXEIRA, F. M. et al. **Metodologias de pesquisa no ensino de ciências na América Latina**: como pesquisamos na década de 2000. *Ciência & Educação*, v. 19, n. 1, p. 15–33, 2013.

TÖNNIES, F. (1979). **Comunidad y asociación** – El comunismo y el socialismo como formas de vida social. Barcelona: Ed. Península.

_____. **Comunidade e Sociedade**. In: MIRANDA, Orlando (Org.). *Para Ler Ferdinand Tönnies*. São Paulo: Edusp, 1995.

TORRES, Artemis. **Os movimentos de cultura pedagógica subterrânea rumo a “outro mundo possível”** In TORRES; SEMERARO (ORGs). *Sobre saberes, educação e democracia*. Cuiabá, EdUFMT, 2011.

TOURAINÉ, Alain. **Palavra e Sangue**: Política e Sociedade na América Latina. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

_____. **Um novo Paradigma para compreender o mundo hoje**. 3ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

WEBER, M. (1973). **Comunidade e sociedade como estruturas de socialização**. In F. Florestan (Org.) (2003), *Comunidade e sociedade: Leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação* (pp. 140-143). São Paulo: Editora da USP.